



UNICAMP

Número:
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA: ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ORLANDO LEONARDO BERENGUEL

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CATADORES DE
RECICLÁVEIS DENTRO DA DINÂMICA E GESTÃO
TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA – SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

PROFA. DRA. ARLÉUDE BORTOLOZZI
ORIENTADORA

CAMPINAS - SP
2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO

Sistemas de Bibliotecas da UNICAMP /

Diretoria de Tratamento da Informação

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

B452e	<p>Berenguel, Orlando Leonardo. A experiência de trabalho de catadores de recicláveis dentro da dinâmica e gestão territorial de Bragança Paulista - SP / Orlando Leonardo Berenguel. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.</p> <p>Orientador: Arlêude Bortolozzi. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Gestão ambiental - Bragança Paulista (SP). 2. Política ambiental - Participação do cidadão. 3. Resíduos sólidos - Aspectos ambientais. I. Bortolozzi, Arlêude. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	---

Título e subtítulo em inglês: The experience of working self-employed proletarians of recyclable materials within the dynamic territorial management of Bragança Paulista – SP.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Environmental management - Bragança Paulista (SP), Environmental policy - Citizen participation, Solid waste - Environmental aspects.

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: Almerinda Antônia Barbosa Fadini, Claudete de Castro Silva Vitte.

Data da Defesa: 21-08-2008

Programa de Pós-Graduação em Geografia.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: ORLANDO LEONARDO BERENGUEL

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CATADORES DE
RECICLÁVEIS DENTRO DA DINÂMICA E GESTÃO
TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA – SP**

ORIENTADORA Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Aprovada em: 21/08/08

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

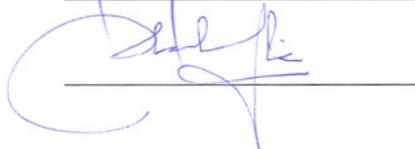


- Presidente

Profa. Dra. Almerinda Antônia Barbosa Fadini



Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte



Campinas, 21 de agosto de 2008

200824363

Dedico este trabalho à minha amada esposa Sheila, por tudo que significa para mim, pelo apoio, compreensão, incentivo, amizade e cumplicidade diária.

Agradecimentos

Em especial e com admiração, à minha querida orientadora, professora Dra. Arlêude Bortolozzi, pela generosidade, seriedade e amor com que me conduziu, e por ter me apresentado a obra de Milton Santos;

À Marília Bestani, pela amizade, carinho e os lanchinhos, mas principalmente pela maneira como compreendeu a dificuldade que tive de conciliar o final desta dissertação e a chegada dos meus filhos, me abrigo para que tivesse paz para trabalhar, serei eternamente grato;

À Isabel Sampaio, por mostrar o valor da amizade, pelo apoio, incentivo, exemplo e principalmente por conseguir dispor de tempo para a leitura cuidadosa que fez deste trabalho;

À professora Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini, sempre disposta a me ajudar com as dúvidas;

Às professoras Dra. Claudete de Castro Silva Vitte e Dra. Juleusa Turra, pelas contribuições fundamentais no exame de qualificação.

À Ica e à Ana que me receberam com todo o carinho para que eu pudesse acompanhar as atividades dos catadores no Projeto Piloto da prefeitura;

À coordenação do Programa do Mestrado em Geografia, à Val e à Edinalva, secretárias da pós-graduação pelo respeito e carinho com que tratam todos os alunos perdidos do IGE e principalmente a mim.

Aos meus queridos pais, Antônia e Orlando, por tudo que me ensinaram e por terem deixado suas inúmeras obrigações para cuidar das crianças.

“Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para as suas dificuldades.”

Milton Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - A CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: O ESPAÇO URBANO E O LIXO	20
1.1 A crise ambiental no contexto da globalização	20
1.2 A complexidade do espaço urbano	25
1.3 O lixo urbano.....	31
CAPÍTULO II - A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS.....	36
2.1 A precarização das relações de trabalho	36
2.2 A (re)organização do emprego urbano	40
2.3 O trabalho dos catadores e a exclusão social.....	46
2.4 O Movimento Nacional dos Catadores e as conquistas da categoria	50
2.4.1 O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	51
2.4.2 O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Recicláveis	60
2.4.2.1 Ações do Ministério do Desenvolvimento Social voltadas para catadores.....	63
2.5 O circuito da reciclagem de materiais	65
CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DOS CATADORES DENTRO DA DINÂMICA E GESTÃO TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA	67
3.1 Diferentes leituras do conceito de território	67
3.2 O “território usado”: conceito e significado.....	71
3.3 Evolução histórica do município: do campo à indústria.....	74
3.4 O processo de urbanização de Bragança Paulista	77
3.4.1 O fluxo migratório.....	78
3.4.2 A duplicação da Rodovia Fernão Dias e a formação de uma cidade dormitório	79
3.4.3 A formação dos distritos industriais.....	82
3.4.4 Os bairros populares e os bolsões de pobreza.....	84
3.5 A gestão territorial: resíduos sólidos e a questão dos catadores de Bragança Paulista	89
3.6 O Projeto Experimental de Coleta Seletiva de Bragança Paulista	93
3.7 Os “catadores migrantes” de Bragança Paulista.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS.....	116
APÊNDICE	138

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1. Organograma do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis/julho 2008.....	52
Figura 2. Fluxograma de trabalho do Projeto Piloto de Coleta Seletiva/2006.....	97
Foto 1. Jardim Santa Helena, março/2007.....	81
Foto 2. Cond. Lagos de Sta Helena II, julho/2007.....	81
Foto 3. Colinas de São Francisco, julho/2007.....	81
Foto 4. Cond. Lagos de Sta Helena I, julho/2007.....	81
Foto 5. Distrito Industrial I, julho/2007.....	84
Foto 6. Distrito Industrial II, julho/2007.....	84
Foto 7. Publicidade do Governo do Estado de novas moradias, Bragança Paulista/2007.....	85
Foto 8. Ampliação do processo de verticalização, Bragança Paulista/2007.....	85
Foto 9. Moradias em construção nos bairros da zona norte, Município de Bragança Paulista/2007.....	85
Foto 10. Publicidade do Governo do Estado das novas moradias, Bragança Paulista/2007.....	85
Foto 11. Atividade de Separação dos resíduos, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.....	105
Foto 12. Organização dos Resíduos, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.....	105
Foto 13. Resultado do trabalho da Catadora, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.....	105
Foto 14. Armazenagem dos resíduos para futura venda, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.....	105
Foto 15. Processo de Organização dos resíduos na sede do Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.....	105
Gráfico 1. Montante de resíduos reciclados no Brasil, CEMPRE/2008.....	34
Mapa 1. Sistema Viário Estrutural, Plano Diretor de Bragança Paulista/2008.....	80
Mapa 2. Macrozoneamento - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007.....	83
Mapa 3. Abairramento - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAL	- Associação Brasileira de Alumínio
ABIQUIM	- Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados
ABIVIDRO	- Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro
ANFPC	- Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	- Classificação Brasileira de Ocupações
CEMPRE	- Compromisso Empresarial para a Reciclagem
CETESB	- Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
COOPAMARE	- Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
FBB	- Fundação Banco do Brasil
FECOP	- Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FEHIDRO	- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FUMIN	- Fundo Multilateral de Investimentos (do BID)
FUNASA	- Fundo Nacional de Saúde
IBS	- Instituto Brasileiro de Siderurgia
IPT	- Instituto de Pesquisa Tecnológica
MCT	- Ministério de Ciência e Tecnologia
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	- Ministério da Educação
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MNCR	- Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis
MS	- Ministério da Saúde
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OAF	- Organização Auxílio Fraternal

OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PET	- Politereftalato de etila
PREALC	- Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe
RIDE-DF	- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RSUs	- Resíduos Sólidos Urbanos
SEADE	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDH	- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
SEMADS	- Secretaria Municipal de Ação de Desenvolvimento Social
SNSA	- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BERENGUEL, Orlando L. **A experiência de trabalho de catadores de recicláveis dentro da dinâmica e gestão territorial de Bragança Paulista – SP.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNICAMP.

RESUMO

Nesta dissertação, parte-se da idéia de que a crise ambiental urbana e a excessiva geração de resíduos sólidos têm motivado uma série de conflitos e disputas no que tange ao lixo urbano. Este estudo vale-se do “território usado” como categoria de análise social do espaço e, com isso, propõe um olhar sobre as “relações de poder”. Através da análise do território urbano, procurou-se compreender o trabalho do catador de recicláveis na dinâmica e gestão territorial do município de Bragança Paulista – SP. O catador de recicláveis é tratado neste estudo como o sujeito que depende dos resíduos para a sua própria sobrevivência. A análise realizada tenta verificar como as relações de poder são estabelecidas nas diferentes formas de organização do trabalho de catação dentro deste território, e como os diferentes atores criam suas estratégias de convivência ou não-convivência. A pesquisa foi realizada junto a catadores que participam de um Projeto Piloto de Coleta Seletiva, mantido pelo setor de assistência social da administração municipal, e junto a catadores que atuam de maneira autônoma. Durante a pesquisa foram ouvidos o poder público municipal, catadores de recicláveis, moradores, comerciantes e administradores de condomínios, com o intuito de se entender como os conflitos se estabelecem em torno do lixo urbano. Com relação aos catadores constatou-se a existência de uma precarização das relações do trabalho, tais como a falta de estrutura física, de equipamentos, de registro em carteira de trabalho. A interpretação da dinâmica territorial identificou a necessidade de se buscar uma “gestão territorial integrada” de Bragança Paulista, como uma estratégia capaz de encaminhar soluções para os conflitos de interesses estabelecidos em torno do lixo urbano.

Palavras-chave: resíduos sólidos; catadores; território.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BERENGUEL, Orlando L. The experience of working self-employed proletarians of recyclable materials within the dynamic and territorial management of Bragança Paulista - SP.2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNICAMP.

ABSTRACT

This dissertation presents the idea that urban environmental crisis and the excessive generation of solid waste has led a series of conflicts and disputes around urban waste. This study applies to the "used territory" as a category of analysis the social like space and thus proposes a look at the "relations of power". It is by examining the urban area which sought to understand the work of self-employed proletarians of recyclable dynamic and territorial management in the municipality of Bragança Paulista - SP. The self-employed proletarians of recyclable are treated in this study as a person who that depends for it's for own survival. The analysis tries to see how the relationships of power are established in various forms of work organization of collect recyclable materials within this territory and how the different actors create their strategies of coexistence or non-existence. The research was conducted with the self-employed proletarians involved a Pilot Project for Selective Collection, maintained by the social welfare sector of the municipal administration and among the self-employed proletarians that act on a standalone. During the search were heard to the municipal government, self-employed proletarians of recyclable, residents, traders and managers of condominiums, with the aim to understand how conflicts are established around the urban waste. Regarding the self-employed proletarians it was the existence of deteriorating job relations, such as lack of physical structure, equipment, record a portfolio of work. The interpretation of the dynamics territorial identified the need to seek an "integrated territorial management" of Bragança Paulista, as a strategy able to provide solutions to conflicts and interests around the established urban waste.

Key-words: recycle material; self-employee; territory.

INTRODUÇÃO

Estudos de gestão territorial dos diferentes níveis e escalas espaciais que evidenciam as questões urbanas têm destacado a importância dos aspectos relacionados à gestão da cidade. Nesse sentido, este estudo objetivou investigar as relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis no contexto do espaço urbano e da dinâmica territorial de Bragança Paulista - SP.

A reciclagem do lixo urbano torna-se uma atividade emergente a partir do crescimento dos movimentos de preservação ambiental. Aparentemente, falar em reciclagem levaria às suas indiscutíveis vantagens ambientais, mas não no caso deste estudo, que tenta compreender como os diferentes atores do espaço urbano lidam com a mesma questão e em que momento seus olhares convergem.

Dos coletores coloridos à prática realista, existe uma grande legião de homens excluídos do mercado de trabalho, que não têm a menor percepção dos problemas ambientais que o globo experimenta e que são os grandes agentes de transformação, ou seja, pessoas que vêm no lixo a única alternativa de trabalho, de renda e de sobrevivência.

É na análise do espaço urbano que se procurou o entendimento do lugar do catador, por exemplo, com as relações estabelecidas a partir deste trabalho, as suas diferentes formas de organização e como os diferentes atores criam suas estratégias de convivência ou não-convivência. A complexidade do tema, por sua vez, exigiu uma leitura que envolveu uma diversidade de autores, que contribuíram para a busca da compreensão da situação dos sujeitos da pesquisa.

Por sujeitos da pesquisa pode-se compreender: o catador que desempenha inúmeros papéis diferenciados ao longo de sua existência, enquanto catador propriamente dito e também como habitante de uma determinada região que, além de abrigá-lo enquanto munícipe, lhe dá sustento através dessa sua atividade de catador; o poder público que regula as instituições urbanas; o comércio, aí incluídos o mercado

produtor, o negociador e as prestações de serviços, e por fim, os habitantes do município em que reside esse catador.

Bragança Paulista é uma cidade de porte médio, situada no interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 150.000 habitantes, de acordo com o SEADE (2008). O município está aproximadamente a 15 km da divisa com o Sul de Minas Gerais, próximo da confluência de duas grandes e importantes rodovias, a Dom Pedro I e a Fernão Dias, e do Complexo Cantareira de abastecimento de água. Fica a 70 km da cidade de São Paulo e a 65 km da Região Metropolitana de Campinas.

O município de Bragança Paulista pertence à região Administrativa de Campinas e é sede da Região de Governo composta pelas cidades de Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bragança Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti e Vargem. Além das relações administrativas que interligam esses municípios, Bragança Paulista é um importante fornecedor de serviços médicos, hospitalares e educacionais, além de oferecer um comércio variado.

Em 2006, o município de Bragança Paulista, a exemplo de outros municípios brasileiros, deu início a um projeto que resultaria em uma cooperativa de catadores. O projeto consistia em identificar, através da área de assistência social da prefeitura, pessoas interessadas em trabalhar como catadores de recicláveis ou que já apresentassem uma experiência com este trabalho. Aparentemente as idéias do projeto eram simples, ou seja, organizar e ordenar os trabalhos de indivíduos, num propósito coletivo para a geração de renda. Em dois anos de funcionamento do projeto, percebeu-se que o universo dos catadores é muito mais rico e complexo do que se podia imaginar.

Além da rudeza do trabalho, os catadores enfrentam muitas discriminações, bem como o pouco caso das autoridades. Muitas vezes são confundidos com preguiçosos, oportunistas, vândalos, mas na verdade são competidores aguerridos em busca do lucro, são espertos negociadores, produtores incansáveis, e, sobretudo, são pais, mães e avós, que provêm o sustento de muitos indivíduos de seu núcleo familiar.

O município não tem uma proposta concreta que possa contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores, e que se traduza também em uma adequada gestão territorial urbana. Por outro lado, a administração municipal, durante muito tempo, utilizou a política de atrair novos eleitores para a cidade com a promessa de moradia e alimentação, o que trouxe grandes custos sociais no que se refere ao acesso aos serviços urbanos, identificado enquanto “direito à cidade” por Lefebvre (1991).

Assim, este estudo tem também uma dimensão política, por analisar a dinâmica territorial de Bragança Paulista através da categoria social do “território usado”. Muitos desses migrantes não foram absorvidos pelo mercado de trabalho local e tiveram de ingressar no “mercado do lixo”.

Nesse sentido, é fácil entender que muitos conflitos se estabelecem pela disputa dos recursos gerados pelo lixo, agravados pela ausência de uma política municipal minimamente adequada. A luta dos catadores pelo uso do lixo urbano demonstra também os atuais processos de segregação espacial, apoiados na competitividade estabelecida a partir da livre iniciativa de sobrevivência, e é essa precarização do trabalho e das condições de vida que justificam este estudo. Apesar do tom assistencialista e do discurso de inclusão que envolve o tema, o catador é força de trabalho.

O Estado de São Paulo, em suas políticas públicas de caráter territorial, ainda organiza o território numa perspectiva que utiliza as regiões administrativas regionais como referência para o desenvolvimento de estratégias. Esta ação dá um caráter funcional ao território, tornando-o uma categoria de análise, sem necessariamente incluir as transformações que a globalização provoca.

Atualmente as mudanças que experimenta a sociedade no contexto da globalização, principalmente por causa dos avanços na ciência e tecnologia, fazem surgir demandas que tendem a promover mudanças tanto no interior da sociedade como na própria interpretação do território. Esse território se vê afetado, desta maneira, por processos contemporâneos nos quais se destacam o excessivo desenvolvimento tecnológico centrado no uso da tecnologia eletrônica, como também a geração de

novas tecnologias aplicadas e a forte predominância das telecomunicações em nível mundial, contribuindo para que o mundo globalmente se veja influenciado de maneira tal que os territórios locais e as percepções sobre os mesmos tenham também mudado. Um dos maiores desafios atuais para todas as ciências é, portanto, repensar as relações entre a escala local e a sociedade global, sem esquecer o marco social, histórico e geográfico que outorgam significado e sentido ao espaço. Esta situação-processo deixa claro que se requer conhecimento, mas também de um maior nível interpretativo relacional, compreensivo, que permita reconhecer os territórios locais em um contexto de inter-relações.

O município de Bragança Paulista tem sido um destino para a fixação de migrantes. Muitos são das regiões norte e nordeste do país e chegaram primeiramente à cidade de São Paulo em busca de uma vida melhor; ao se defrontarem com as pressões da grande metrópole, deslocam-se para cidades próximas que pudessem abrigá-los. Este processo arrasta, por natureza, o aumento do desemprego local, da violência e da própria falta de oportunidades, agravado pela baixa qualificação do trabalhador e pelas políticas municipais, como o excessivo assistencialismo promovido pelo poder público e por entidades religiosas.

Assim, discutir o espaço urbano constitui-se, antes de tudo, em um desafio, não só para a Geografia, mas também para todas as ciências. O conceito de espaço urbano é mimético, e deve ser pensado conforme suas características de reprodução. Estas acontecem independentemente das diferenças entre as escalas. Também deve ser analisado como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial.

Como procedimento metodológico deste estudo qualitativo, empregou-se o uso de entrevistas semi-estruturadas, em forma de conversas, ora coletivas, ora individuais com os sujeitos, em vários encontros. Com os catadores que participam do trabalho da Prefeitura de Bragança Paulista, as conversas aconteceram na sede, em dias alternados, uma vez que os mesmos não têm um horário e uma jornada fixa a cumprir. Os primeiros encontros serviram para estabelecer contato e aproximação. Os catadores têm uma origem sofrida e a sua própria realidade os faz desconfiados, arredios e

inicialmente pouco comunicativos, o que foi amenizado com a convivência e com a oportunidade de expressarem-se. As conversas foram gravadas e o conteúdo apreendido, quando comum ao grupo, foi sintetizado, sendo transcritas literalmente somente as falas que contribuíram para a compreensão dos objetivos do estudo.

Na segunda etapa da pesquisa, a abordagem metodológica foi mantida e procurou-se ouvir os moradores do município, comerciantes, os administradores de condomínios e a administração pública. A coleta de dados entre os moradores deu-se nos bairros que compõem a zona norte da cidade, local de residência dos catadores. Já os comerciantes são da rua principal de comércio e fazem parte da Associação Comercial do Município. No caso dos administradores de condomínio, somente aceitaram participar do estudo intermediados por condôminos e, mesmo assim, sem permissão para registrar a conversa ou o interior dos condomínios.

Na terceira etapa do estudo as falas foram confrontadas numa tentativa de construção de um diálogo entre os sujeitos da pesquisa.

No primeiro capítulo é abordada a crise ambiental urbana no contexto da globalização, com o intuito de subsidiar a discussão da complexidade do espaço urbano e dos conflitos gerados a partir do lixo. Esse capítulo trata do problema do consumismo excessivo como gerador de um marco urbano ambiental em que uma nova categoria de indivíduos, os catadores, encontram no território urbano uma alternativa para viver.

Já o segundo capítulo trata das estruturas sociais do emprego dentro do contexto urbano, abordando principalmente a precarização das relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, assim como a sua luta por inclusão social, ao trazer para a discussão as bases do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis.

Buscou-se no terceiro capítulo descrever brevemente a história da ocupação do território bragantino e sua dinâmica territorial pela ótica da atuação dos catadores pelos elementos componentes da ação de catar, ou seja, os produtores de resíduos urbanos, que são os comerciantes e os habitantes da cidade.

Para finalizar este estudo é apresentado, também no terceiro capítulo, o estado da arte das diferentes leituras sobre o conceito de território, na tentativa de subsidiar o entendimento do processo de urbanização do município de Bragança Paulista (sem,

contudo, concluí-lo de maneira efetiva, porque acredita-se que novas contribuições devam fazer parte deste contexto) na visão dos próprios catadores, que são, como exposto, os atores de um espetáculo que não pode parar.

Espera-se que este trabalho possa ser um indicador para estratégias e ações na busca de uma articulação entre catadores, população, comerciantes e principalmente administração pública, resultando em uma melhoria das relações que se estabelecem dentro da dinâmica territorial de Bragança Paulista.

CAPÍTULO I - A CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: O ESPAÇO URBANO E O LIXO

1.1 A crise ambiental no contexto da globalização

As implicações sócio-ambientais do enorme movimento de capitais em direção aos países em desenvolvimento após os anos 80 são complexas, principalmente no que se refere ao estabelecimento de políticas capazes de promover um ordenamento dos fluxos de capitais que leve em consideração o agravamento das questões ambientais e que procure disciplinar, por exemplo, investimentos que resultem na extração predatória de recursos naturais, ou na instalação de indústrias altamente poluentes, cujas plantas foram transferidas dos países avançados para países onde a lei ambiental permitiu.

As considerações ambientais integram também a pauta das discussões sobre as novas regras do comércio internacional nos encontros promovidos pela Organização Mundial do Comércio. No entanto, essa integração, que visa harmonizar políticas ambientais internas de cada país com as novas regras de livre comércio internacional, apresenta sérias limitações, o que acaba por contribuir para a demora em adotar-se políticas eficazes que possam desacelerar o processo de consumo e de degradação do meio ambiente.

É inegável que o crescimento econômico traz consigo bem-estar social quando se parte de uma situação de pobreza ou miséria, assim como é compreensível que as populações pobres dos países em desenvolvimento associem o aumento do bem-estar aos padrões de consumo existentes nos países industrializados e avançados. Além disso, acredita-se que a globalização possa difundir um modo de vida consumista através do sistema informacional, criando um disfarce desses padrões pelas elites locais nas mais variadas regiões do globo (TELLES, 2006).

Toda essa produtividade que os padrões de consumo passaram a demandar agrava a problemática ambiental e a torna a principal preocupação da humanidade, em

função do acúmulo de problemas que ainda demandam soluções (RODRIGUES, 1998, p.8).

A globalização da cultura consumista reduz a capacidade dos Estados de definir políticas ambientais que resultem em mudanças que atendam às demandas da reconciliação entre economia e meio ambiente. Essa mudança, para Telles (2005), assume um caráter de “mudança civilizacional”.

Por suas vez, as mercadorias que servem ao mercado consumista são cada vez mais rapidamente descartáveis e, como aponta Rodrigues (1998), “nada parece ser durável”, ou seja, “o produzido hoje será velho amanhã”.

Sachs (1986) entende que a solução para o problema ambiental exige a transformação de uma “civilização do ter” em uma “civilização do ser”. As entidades internacionais instituídas para discutir a problemática ambiental se deparam com o desafio de promover as mudanças necessárias.

Contudo, Sachs (1986) vê que a profundidade das mudanças institucionais exigidas para enfrentar esse desafio em geral é mal dimensionada, e que sem uma discussão que alcance as condições para a execução das políticas de desenvolvimento sustentável, as ações continuarão tendo um caráter meramente voluntarista.

Norgaard (1994) indica como única esperança a mudança cultural, capaz de permitir o aparecimento de novas instituições que vão tornar possíveis as políticas ambientais necessárias e o surgimento de movimentos, por exemplo, o de reafirmação das identidades culturais pelas populações ainda não “contaminadas” pela globalização consumista. Para este autor, somente isto tornaria possível “romper com a trajetória seguida, condicionada culturalmente pela visão modernista”, dando espaço a outras formas de conhecimento (uma adaptação do contexto de evolução). Assim, através de processos comunitários ou sociais que possam sintetizar conhecimentos separados, mas que resultem na globalidade, prevê-se que a escala local dê soluções para as questões, sem interferências destrutivas pela imposição de valores externos mercantis.

Parece muito pouco provável, entretanto, que esses movimentos sejam capazes de, sozinhos, fazerem face à globalização dos padrões de consumo. Norgaard (1994)

reconhece que a mudança tem que partir também da evolução da opinião pública dentro dos países exportadores desse estilo de vida.

A expansão do consumo no Brasil foi impulsionada nos anos 90 pela facilitação do crédito. Durante décadas, apenas uma faixa da população detinha cartões de crédito, e após a “estabilização da moeda” proporcionada pelo Plano Real, bancos, financeiras e supermercados decidiram popularizar o cartão de crédito, o cheque especial e o crediário (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p. 224).

Os mesmos autores apontam que a problemática urbana deve ser vista em termos do consumo coletivo e as unidades espaciais devem ser analisadas enquanto unidades de reprodução da força de trabalho. O essencial está ligado aos processos de consumo coletivos e à organização capitalista do território.

Para entender esse processo é importante distinguir entre o consumo coletivo e o consumo individual. Ambos são articulados na prática, mas o consumo coletivo estrutura, com sua lógica, o conjunto do consumo-reprodução da força de trabalho e reprodução das relações sociais. Assim, a noção do urbano conota-se como reprodução coletiva de força de trabalho (objetivamente socializada) no modo de produção capitalista (VÉRAS, 2000, p.68).

Por essa mesma linha de pensamento, Lojkine (1981) associa aos meios de consumo coletivo, os meios de circulação material (comunicações e transporte) e a concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas. O autor enxerga a cidade como o reflexo de uma nova modalidade do conflito de classes. Na organização do espaço urbano, o acesso aos serviços de uso coletivo, como a infra-estrutura urbana, os transportes coletivos e os equipamentos de lazer, é desigual para os diferentes grupos sociais, evidenciando um processo de segregação social dado pela localização no espaço.

“O acesso a esses serviços se faz desigualmente pela valorização imobiliária, pois os terrenos e moradias melhor servidos são mais caros, causando assim a distribuição espacial desigual da população” (VÉRAS, 2000, p.77).

Segundo Harvey (1993), os conflitos entre as classes sociais, entre capital e trabalho, ligados ao processo de produção e de consumo, articulados e regulados pelo

Estado, manifestam-se no espaço urbano, assim como as contradições geradas pela separação entre o local de trabalho e o local de moradia, as transformações na estrutura do trabalho e as exigências de adaptação da vida social.

Certamente, as ideologias do conservacionismo ecológico não são exclusivas dos países mais desenvolvidos. Com a globalização do discurso do desenvolvimento sustentável penetram novas políticas e ações ecologistas nos países do Sul. Muitos governos embarcaram numa política neoliberal e alguns deles reivindicaram inclusive seu direito de consumir seus recursos naturais para impulsionar seu crescimento econômico e atenuar a brecha que os separa dos países ricos, não atendendo ao convite da comunidade internacional de contribuir para uma solução global dos problemas ambientais (LEFF, 2001, p.46).

Rodrigues (1998, p.103) afirma que se desconsidera, de modo geral, o processo produtivo e a produção social do espaço, no qual se produzem e reproduzem relações socioespaciais e se reproduzem relações dominantes de produção e de reprodução como parte integrante das relações societárias com a natureza, ou seja, desconsidera-se a produção destrutiva.

Mas nos países pobres já estão em andamento novos desenvolvimentos teóricos e perspectivas políticas face à sustentabilidade, a partir de uma percepção mais crítica e consciente de suas condições ecológicas, culturais, econômicas e políticas. Desta maneira, na América Latina, vem sendo construído um conceito de ambiente entendido como um potencial produtivo que emerge da integração sinérgica de processos ecológicos, culturais e tecnológicos. O ambiente é constituído de um sistema complexo através da articulação de diversas ciências e do amálgama de diversos saberes, para conduzir a um processo de gestão democrática e sustentável dos recursos naturais (LEFF, 2001, p.46-7).

Os efeitos da globalização econômica se combinam hoje com processos ecológicos em escala planetária, gerando uma espiral negativa de degradação ambiental que está alterando a dimensão dos problemas. A complexidade se apresenta como potenciais sinérgicos, mas também como efeitos destrutivos. A globalização

econômica junto com as mudanças ambientais globais estão deslocando as práticas tradicionais de produção.

“A crise ambiental marca um ponto de inflexão na história, onde se desvanecem os suportes ideológicos e as certezas subjetivas que geraram os paradigmas de conhecimento e os dogmas do saber no ambivalente progresso da modernidade” (LEFF, 2001, p.119). Continuando esta idéia:

“A crise ambiental coloca em questão os fundamentos da racionalidade econômica. Por isso surgiram diferentes respostas, desde as filosofias da natureza até dos novos movimentos sociais que buscam integrar a democracia participativa, a descentralização econômica e a reapropriação da natureza como um sistema ambiental produtivo” (LEFF, 2001, p.43).

Neste sentido, a reciclagem aparece como uma resposta que minimiza os efeitos do descarte de resíduos que deveriam ser suportados pela natureza, tornando-os poderosa fonte de riqueza. E como parte inseparável deste processo e força motriz da produção, os homens que vivem da catação. A dinâmica deste processo é caracterizada, assim, pela produção contínua guiada e dominada pela lógica do mercado.

A proteção do meio ambiente é considerada como um custo e condição do progresso econômico, cuja sustentabilidade gravita em torno dos princípios de sua racionalidade mecanicista e sua valorização em curto prazo. A ecologia questiona a economia sem refutar as bases da produção nos potenciais da natureza e da diversidade cultural. Sem uma nova teoria capaz de orientar o desenvolvimento sustentável, as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais (LEFF, 2001, p.44).

A problemática ambiental converteu-se numa questão eminentemente política. Os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado. As identidades culturais e os valores da natureza não podem ser contabilizados e regulados pelo sistema econômico (LEFF, 2001, p.45).

Assim, Rodrigues (1998, p. 152) enfatiza que a:

problemática ambiental urbana no cotidiano parece, assim, referir-se a outro conjunto de questões mediadas por outras formas de compreensão simbólica ou real. Se a problemática ambiental revela para os estudiosos novas questões espaços-territoriais, se permite a (re)tomada da metáfora espacial, se torna parte da agenda internacional e se tem mobilizado uma parcela da sociedade civil engajada nos movimentos sociais, a compreensão do papel do processo produtivo na degradação ambiental não parece estar incorporada ao cotidiano.

1.2 A complexidade do espaço urbano

Ultramari (2005, p.23), ao abordar a problemática do espaço urbano, demonstra que esta está centrada na interpretação e no entendimento mais comum, não apenas do processo civilizatório, não só da própria crise de um tempo, mas também pela efemeridade dos fatos, e com isto levanta a idéia de que os espaços de assentamentos humanos, que compreendem as novas e velhas, as concentradas e dispersas formas da cidade, são também, paradoxalmente, mais difíceis de visualizar. Esse entendimento leva à percepção da mudança paradigmática na discussão do urbano, que abandona as perspectivas tradicionais sem ser capaz de formular hegemonicamente um novo conceito. Para Ultramari (2005), essa mudança paradigmática tem início e fim na complexidade, único consenso gerado entre os pesquisadores e estudiosos do tema.

O espaço constitui-se no local em que as desigualdades e as contradições se manifestam na produção e reprodução das relações sociais, que se refletem e provocam alterações em sua estrutura e configuração.

Como afirma Gottdiener (1993, p.19), “padrões espaciais e processos sociais estão mais relacionados dialeticamente que ligados através de ciclos de causa e efeito”. Desse modo, “é preciso entender o espaço como natureza e construção, ou seja, como sua própria produção: o espaço é, assim, natureza socializada, fato social e histórico, produto e produtor, determinante e determinado – fato, fator e instância” (VÉRAS, 2000, p.62).

Numa de suas principais contribuições reflexivas, o tratamento do “urbanismo como modo de vida”, Wirth (1997) enfatiza o papel decisivo que as cidades exercem

sobre a vida social, estendendo certas características urbanas por toda a sociedade. A cidade é definida, por esse autor, como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos, indicando assim, três pontos responsáveis pelos padrões sociais das áreas urbanas – tamanho, densidade e heterogeneidade da população. Assim, a existência de “massas fluidas” provoca a modificação das relações sociais, através de contatos impessoais, superficiais, transitórios, segmentados e com feições utilitaristas.

Discutir a complexidade do espaço urbano implica em entender a origem da cidade, e neste sentido Paul Singer (1998) afirma que a cidade é o local para onde o campo transfere o seu excedente de produção. A partir de então, o excedente alimentar produzido no campo transferido ao núcleo urbano passa a ser um dos fatores que leva ao surgimento das cidades. A fixação de pessoas na cidade se dá em razão de uma participação diferenciada no processo produtivo e na distribuição da riqueza. Assim, o autor identifica a origem da sociedade de classes com a origem das cidades.

Buscar a complexidade do espaço urbano é também entender a origem destas classes e as formas de sua dominação, das suas atividades produtivas ou não.

Harvey (1993) aponta a cidade como um lugar demasiadamente complexo para ser disciplinada por planejadores; a cidade é labirinto, enciclopédia, empório e teatro, o lugar em que o fato e a imaginação simplesmente têm de se fundir. Já para Milton Santos (2000), a cidade não pode ser sintetizada ou aprendida, mas sim, praticada, pensada, planejada.

As perspectivas adotadas na construção de conceitos e na explicitação de preocupações com o urbano são, no entanto, agrupamentos de idéias, que se sucedem rapidamente e que são distintas ou simultaneamente adotadas ou, ainda, rejeitadas.

A cidade, hoje predominantemente, deixa de ser confinada, opondo-se ao modo espacial mononuclear, tornando-se um fenômeno único, heterogêneo em seus aspectos e singular na maneira de antropizar espaços (ULTRAMARI, 2005, p. 34).

Para muitos autores, vive-se um total processo de urbanização da sociedade. Além da dicotomia rural e urbana ligada à paisagem, surgem outras preocupações que estão relacionadas aos padrões de acesso aos recursos (naturais e antrópicos) que

caracterizam as populações. A cidade não poderá mais ser vista de fora, mas de dentro dela, caracterizando uma cidade “sem muros”, uma cidade “aberta”, não mais como fato urbano isolado e sim como cidade concreta e virtualmente ligada com o mundo e confundindo-se com ele. Até porque, as cidades não mais representam as fortalezas amparadas por muralhas que as reduzia a feudos únicos, com espaços mercantis bastante reduzidos. Hoje as cidades são vistas de fora para dentro num movimento que implica suas relações comerciais, e de dentro para fora, postulando-se o mesmo sentido, mas prioritariamente, de dentro para dentro numa perspectiva de auto-conhecimento e identidades próprias de quem as habita.

Ao analisar a trajetória de algumas classes específicas, especialmente da classe dominante, verifica-se que ela foi isolando-se espacialmente do restante da sociedade, o que configurou uma espécie de segregação urbana, com reflexos percebidos na sociedade atual, através dos adjetivos do espaço, como espaço dos ricos, espaço dos pobres, espaço do consumo, espaço do lazer etc.

Como nos mostra Singer (1998) a respeito da origem da cidade, sua expansão, através do desenvolvimento do comércio e do surgimento da produção regular e especializada de bens mais sofisticados, tornou possível a ampliação da divisão social do trabalho. Esse processo resultou na superespecialização dos homens em determinadas funções, retalhando antigos ofícios, dando início ao processo industrial. Desta forma, pode-se ainda verificar que, com base no desenvolvimento social do trabalho, na superespecialização e na perda gradativa do trabalho de subsistência artesanal, o homem passa a negociar, não o produto de seu trabalho, mas sim sua força de trabalho, que hoje é reconhecida, quando há desenvolvimento intelectual compatível com a função, como “capital intelectual organizacional”.

Mas, ao falar-se dos catadores, este capital intelectual inexistente; contudo, a força de seu trabalho continua sendo explorada dentro de um novo paradigma social que se apresenta, ou seja, a sobrevivência através da negociação de resíduos recicláveis.

A metamorfose da cidade comercial à cidade industrial arrasta novas formas de representação do espaço, que dá suporte ao volume de produção, serviços e infra-

estrutura, e desta forma não se pode deixar de destacar que a Revolução Industrial contribuiu para o crescimento e para o aumento das cidades.

Harvey (1993) vê a cidade moderna na forma de sinais, estilos, sistemas de comunicação, rápida, altamente convencionalizada. Para este autor, o conceito de cidade pós-moderna é positivista, tecnocêntrico, racionalista e em progresso linear com o planejamento racional de uma ordem social, levada à excessiva padronização do conhecimento e da produção.

A nova ordem social, preconizada nos anos 50, intensifica o crescimento da indústria e também o crescimento da população urbana nos países subdesenvolvidos. O crescimento da indústria nestes países é marcado pelo efeito das descobertas científicas realizadas pelos países desenvolvidos, o que levou à dependência econômica e tecnológica. Por outro lado, o que poderia significar um aumento de vagas no mercado de empregos, tem um efeito contrário, o de crescimento limitado, em função do fato de as grandes indústrias que se instalaram no país trazerem também uma tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Para Milton Santos (1994), o descompasso entre a criação de empregos e o crescimento demográfico nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, força a população urbana a assumir uma dinâmica própria, gerando novas ocupações e empregos típicos do crescimento urbano, como ambulantes, domésticas, cobradores de lotação no transporte coletivo público, e no caso deste estudo, os catadores.

Milton Santos (1994) aponta também o crescimento da população urbana e o não atendimento das necessidades de produção de bens, serviços e empregos, aumentando os níveis de pobreza.

O crescimento urbano está também calcado em vários investimentos externos, que embora possam ter representado um importante papel no crescimento das cidades dos países subdesenvolvidos, criam uma relação artificial de crescimento urbano, provisório e irregular, pois os lucros obtidos com esses investimentos não foram reinvestidos na própria cidade. “Ao mesmo tempo em que a cidade deve importar capitais, ela os exporta, tendo assim duplo prejuízo” (SANTOS, 1981, p.80). A cidade,

ao aproveitar os investimentos, sofre depois com o estancamento, o que contribui para aumentar as disparidades regionais.

A modernidade contemporânea exige que os países periféricos, que necessitam de recursos para a instalação da infra-estrutura econômica a serviço das grandes organizações, se adaptem, e isso ocorre em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e urbanização intensas. Isto contribui para o agravamento do processo de exclusão de parte da população, e confirma a seletividade não-igualitária e a perversidade da modernização contemporânea para o conjunto da população, favorecendo concentrações e marginalizações (SANTOS, 1994).

Dessa forma, o sistema urbano é resultado dessa associação das lógicas dos subsistemas internacional, nacional e local, e a paisagem urbana é o reflexo dessas influências. “A metrópole, tomada como totalidade, funciona como um subsistema de estrutura, um sistema global constituído de subsistemas interdependentes e complementares” (SANTOS, 1994, p. 94). É a idéia da cooperação desigual, na visão marxista, ou seja, cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista (SANTOS, 1994, p. 93).

Compreende-se, com isso, que o espaço urbano é conduzido principalmente pelas decisões políticas e a sua forma de organização ou reorganização depende de como os atores políticos se colocam.

Milton Santos (1994, p. 126) destaca ainda que a intervenção do Estado, direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, na tentativa de regular as atividades, acaba por declarar uma diferença discriminatória entre as diversas atividades, ao estabelecer os usos do solo, impondo regalias e interdições, resultando em um jogo de poder na valorização ou desvalorização do espaço urbano. Assim, a alteração do espaço urbano, de forma repetida ou com intervalos, ocorre em virtude das exigências das grandes organizações, às custas dos cofres públicos.

A cidade é dinâmica e sua organização compreende frações que podem se modernizar ou envelhecer, dependendo da sua tendência e das suas próprias características. Isto se confirma ao atender as exigências, quanto ao entorno geográfico, das grandes empresas transnacionais das cidades que as acolhem, à

criação de novos espaços indispensáveis à sua operação, desvalorizando, ao mesmo tempo, outros subespaços prematuramente envelhecidos (SANTOS,1994, p.129).

A vida urbana faz surgir outras faces da divisão do trabalho, como a cooperação entre as pessoas, os meios coletivos, a socialização das forças produtivas e de consumo. A esse respeito Milton Santos afirma que:

A cidade, como meio ambiente construído, como um conjunto de ecologias específicas, é tanto a condição de uma divisão do trabalho que acolhe todos os tipos de capital, como a condição de uma cooperação entre as empresas e pessoas, forma de socialização capitalista que é a base da convivência forçada entre atores diversos e de conflitos abertos ou latentes (SANTOS, 1994, p.105).

Assim, a apropriação do espaço na cidade se dá de forma seletiva e privada, contribuindo para novas desigualdades. Milton Santos acrescenta que:

O problema da habitação popular também se inclui nesta ótica (do capital social da cidade ser usado diferentemente pelos diversos capitais particulares), e, por isso, se submete, nas suas soluções, às oscilações de conjuntura e não às necessidades estruturais e permanentes da população; o comando fica com o mercado especulativo e não com a problemática da habitação (SANTOS, 1994, p.137).

A qualidade de vida da população urbana também faz parte da complexidade do espaço urbano, ao relacionar crescimento econômico e empobrecimento das classes trabalhadoras. Neste aspecto, Kowarick & Campanário (1994) destacam que as condições de vida dependem da análise da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital. Para os autores, são esses fatores conjugados que vão determinar a qualidade de vida de uma população, traduzindo-se em acesso à rede de água e esgoto, escolas, creches, empregos, postos de saúde nas proximidades, acesso ao consumo, o nível e qualidade desse consumo.

É comum ouvir-se as palavras caos e crise para definir as grandes cidades atuais. Esse caos vem contribuindo para o surgimento de novas práticas sociais, em busca de um reordenamento das cidades, o que acarretou em novas formas de hegemonia social. Estas intervenções pontuais e específicas são legitimadas pela restauração da paz no convívio social (ULTRAMARI, 2005).

Os novos contingentes populacionais nas grandes metrópoles pressionam por melhores condições sócio-espaciais e econômicas. Nas grandes cidades, as periferias são materializações de mecanismos de exclusão/segregação, tais como habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infra-estrutura, transporte deficiente, violência. Em função disso, demandam soluções para os problemas que passam a impactar de forma direta a qualidade de vida, como destinação do lixo da cidade e políticas públicas capazes de conter o aumento da poluição e da degradação ambiental.

1.3 O lixo urbano

A produção de resíduos é tão antiga quanto o processo de ocupação da terra pelo homem. Acompanha o processo de apropriação e produção do homem em sociedade e “os dejetos” são parte significativa dos ciclos da natureza e da economia, existindo sempre uma perda de matéria ou de energia. A industrialização acrescenta às variáveis quantidade/tipo a consideração da escala, da concentração. A sociedade pós-industrial avançada, desenvolvida, gera dejetos evidentemente industriais (subprodutos dos processos das fábricas) e modifica também o lixo doméstico: antes quase que exclusivamente orgânico, este lixo tem atualmente outros componentes (vidro, metais, plástico, etc.), sobretudo inorgânicos. Estes materiais, recentemente inseridos no “cardápio do lixo”, têm este caráter artificial que torna difícil a reciclagem, ainda mais agravada pela concentração.

O “lixo”, considerado grande problema das sociedades contemporâneas, acabou tornando-se um problema graças ao consumismo exagerado em nome de uma “vida confortável”. O agravamento (ou conhecimento) da problemática ambiental, relacionado à ausência de espaços para o depósito de lixo e à pouca durabilidade dos materiais da “sociedade do descartável”, acabou incorporando-o às preocupações cotidianas. Daí a necessidade de se pensar em formas de se “acabar” com o lixo mediante incineração, reaproveitamento ou reciclagem (RODRIGUES, 1998, p. 138).

Graças à difusão das idéias de reaproveitamento e reciclagem, o lixo tornou-se, nas últimas décadas, mercadoria, adquirindo um “novo” valor de troca (simbólico e real).

Com relação à preservação da natureza, o lixo tem sido pauta para a administração pública no que se refere aos lugares para depositá-lo, uma vez que se tornou impróprio para outros usos, refletindo inclusive no preço da terra. Rodrigues (1998, p. 139) aponta que a preservação ou conservação da natureza tem na reutilização e reciclagem uma forma de conter o desperdício de materiais e de fontes de energia disponíveis no lixo acumulado ou queimado em incineradores.

A autora aponta ainda que:

O circuito dos “restos” de consumo, o “lixo mercadoria” que não interessa ao “consumidor”, implica em um descarte cujo recolhimento, transporte, tratamento e deposição são de responsabilidade do poder público municipal, pois a coleta de lixo é um dos itens dos meios e equipamentos de consumo coletivo (RODRIGUES, 1998, p. 139).

É preciso destacar que a discussão em torno do meio ambiente e da qualidade de vida, por si só, não é capaz de gerar uma mudança no padrão de abordagem necessária à questão do lixo, que ainda é tratado pelos governos municipais apenas como uma despesa a ser gerida. No que se refere às empresas especializadas na coleta, transporte e deposição, o lixo é fonte de lucro, haja vista que os contratos, de um modo geral, determinam ganhos por tonelada de lixo coletado, ou seja, quanto mais resíduos melhor. Esse tratamento dado, tanto pela administração pública municipal como pelas empresas especializadas, acaba por ratificar a condição do lixo como uma mercadoria qualquer, a ser transportada de vários lugares para um único receptor, seja ele um depósito sanitário, incinerador, usina de compostagem, etc. (RODRIGUES, 1998, p. 138).

Quanto ao destino do lixo no Brasil, boa parte acaba em terrenos a céu aberto ou lixões, aterro controlado, aterro sanitário, e apenas uma ínfima parte dele é reciclada. A disposição final do lixo gera, muitas vezes, uma multidão de excluídos que vive do lixo e faz dele sua única fonte de renda e sobrevivência (IPT, 2008).

O IPT (2008) classifica o lixão ou vazadouro como uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos municipais, que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente e saúde pública. Já o aterro controlado consiste numa técnica de disposição dos resíduos sólidos municipais no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública, visto que os resíduos

são cobertos com uma camada de material inerte, normalmente terra, na conclusão da cada jornada de trabalho.

Segundo o IPT (2008), a forma mais segura e completa de dar destino final ao lixo urbano é o aterro sanitário, planejado a partir de critérios de engenharia e normas operacionais que permitem o confinamento seguro, o controle da poluição ambiental e a proteção à saúde pública. Este aterro sanitário apresenta-se como uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, mediante confinamento em camadas cobertas com solo e camada impermeabilizante na parte de baixo, saída para o chorume e drenos de gás e das águas da superfície.

A incineração é outro método adotado para eliminar ou controlar o lixo em países da Europa ou mesmo nos Estados Unidos e Canadá, mas no Brasil ainda não é bem aceito: apenas 0,01% do lixo brasileiro é incinerado, quantidade pequena comparada aos 30% dos países que adotam o método.

A classificação apresentada pela CETESB (2008) para o lixo é feita de acordo com sua origem, por exemplo, domiciliar, de varrição e de feiras livres, serviços de saúde e hospitalares, industriais, agrícolas e entulhos.

Para aqueles que exploram o reaproveitamento (reciclagem) dos resíduos, a compra do lixo tem resultado em menores custos de produção, embora os novos produtos advindos da reutilização não apresentem um preço mais baixo para o consumidor, indicando, assim, maiores lucros para as empresas que têm se valido deste sistema.

Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's), ou lixo urbano, são originados na atividade doméstica e comercial e sua composição pode variar de população para população, sobretudo em função das características sócio-econômicas e sócio-culturais. De acordo com a CEMPRE (2008) e o IPT (2008), o lixo urbano pode ser classificado em:

- Matéria orgânica: restos de comida, da sua preparação e limpeza e outros do gênero;

- Papel e papelão: jornais, revistas, caixas e embalagens, e outros do gênero;
- Plásticos: garrafas, garrafões, frascos, embalagens, boiões, e outros do gênero;
- Vidro: garrafas, frascos, copos, e outros do gênero;
- Metais: latas, tampas de garrafas, utensílios de cozinha e outros do gênero;
- Outros: roupas, óleos de cozinha e motor, etc.

Estima-se que cada brasileiro produza, em média, 1,3 kg de resíduo sólido por dia. É importante destacar que a coleta do lixo urbano pode ser indiferenciada (lixo comum sem nenhum tipo de seleção) ou seletiva (separados de acordo com o tipo de resíduo e destino) (CEMPRE, 2008). Assim, ressalta-se a importância da reciclagem do lixo, não somente por seu valor econômico, mas também pela preservação de recursos naturais que este método propicia.

Mais de 50% do que é despejado nos chamados "lixões" é composto de materiais que podem ser reutilizados ou reciclados. O Brasil recicla 1,6 milhão de toneladas de produto por ano, de acordo com a CEMPRE (2008). Entre os resíduos que compõem este montante estão 15% de resina PET, 35% de embalagens de vidro, 35% de latas de aço, 64% de latas de alumínio, 71% de papel ondulado e 36% de papelão.

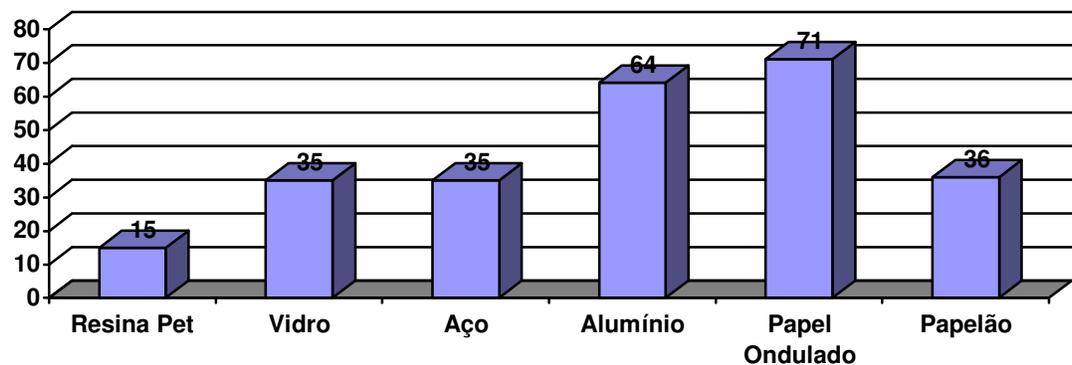


Gráfico 1. Montante de resíduos reciclados no Brasil, CEMPRE/2008.

O Brasil recicla cerca de 70% de seu alumínio, de acordo com a Associação Brasileira de Alumínio (ABAL); 37,5% do papel, de acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC); 35,9% do vidro, de acordo com a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO); 18% do aço, de acordo com o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS); 15% do plástico, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados (ABIQUIM).

Todo esse resíduo que abastece o circuito da reciclagem abriu oportunidade para que uma velha profissão, a do sucateiro, passasse por uma re-ordenação, ou seja, muitos assumiram um papel de “empresários do lixo”, enquanto outros assumiram o papel de “operários do lixo”, na função de catadores de recicláveis.

Mas através desta nova oportunidade de trabalho as relações de emprego sofreram também a sua precarização, seja pela falta de uma política pública clara que possa legitimar o trabalho do catador, ou pela falta de oportunidades de acesso a outros empregos e não a um sub-emprego.

Por outro lado, a dificuldade em compreender a complexidade da produção socioespacial e a delimitação espacial e territorial faz com que, em geral, a produção de lixo seja atribuída ao consumo e ao consumidor; assim, a produção de resíduos tem sido analisada fragmentadamente.

É necessário compreender esta problemática da geração de resíduos em sua complexidade para realizar uma releitura do território que compreenda a disputa gerada pelos restos do consumo e as relações de trabalho que surgem como uma forma alternativa para a geração de renda e inclusão social. É preciso, assim, analisar o processo complexo de produção das indústrias e sua vinculação, tanto com a produção de lixo doméstico como com a utilização do lixo para a reciclagem, bem como os sujeitos que vivem deste trabalho.

CAPÍTULO II - A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS

2.1 A precarização das relações de trabalho

Desde os primórdios da humanidade, quando o homem passou a se organizar em grupos específicos dados por identidade familiar, o trabalho ganha considerações próprias. Na visão marxista o trabalho é toda e qualquer transformação da natureza de forma consciente, podendo, portanto, ser desempenhado apenas pelo homem, que transforma seu ambiente natural, de maneira objetiva.

Com a evolução do trabalho fomentada pela Revolução Industrial, a natureza ganha uma nova interpretação, ou seja, o conceito de meio ambiente. Isto se dá devido à maneira pela qual o homem transformou este meio ambiente, não só no sentido extrativista, mas também, e principalmente, no sentido ocupacional.

Existir e coexistir são situações diferentes, mas não excludentes. Entretanto, a coexistência supõe a união de interesses satisfeitos para que a sobrevivência possa ser alcançada. Isto, evidentemente, implicará no fato de que não se pode existir efetivamente sem coexistir, ou seja, a satisfação dos interesses do grupo é aquilo que garantirá a vida como um todo.

Ora, para que a satisfação dos interesses ocorra é fundamental que a existência, através da coexistência, se faça via trabalho, que é a transformação consciente da natureza, ou meio ambiente.

Considerando então o trabalho como elemento transformador da natureza, pode-se dizer que a atividade dos catadores também, de certa forma, transforma a natureza esculpida pelas demandas de convívio social, sendo que, nos tempos atuais, a principal delas é o acúmulo de resíduos, ou seja, o lixo. Isto é dado pelo desenvolvimento tecnológico aliado a padrões culturais e de convívio, o que caracteriza a cidade moderna pela visão de “natureza construída” através das exigências do trabalho propriamente dito.

A abordagem das transformações do “mundo do trabalho” ocorridas na segunda metade do século XX, requer considerar o processo de reestruturação produtiva, provocado pelas relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores, como subsídio das transformações da produção e do mercado (MARINHO, 2005, p.24).

É a fase fordista do trabalho, no início do século XX, baseada na produção de mercadorias em série (massa), que buscava uma produção mais homogeneizada e hierarquizada, que possibilita entender este padrão produtivo, que teve como elementos fundamentais o trabalho parcelar e fragmentado e a decomposição das tarefas, que reduziam a ação às suas operações mínimas, ou seja, a separação entre execução e planejamento, o aumento do controle sobre o trabalhador, a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações e a rotinização do trabalho (ANTUNES, 1995).

A mesma base analítica pode ser aplicada ao trabalho dos catadores, uma vez que seu interesse pela atividade se dá por conta dos valores monetários relativos aos elementos oriundos da catação, ou seja, cada material terá um valor próprio e por isso, dependendo deste mesmo valor de venda/repasso/troca, será mais disputado neste contexto. Assim, o valor econômico terá uma importância muito maior do que necessariamente os impactos ambientais provocados pelo lixo, ou seja, a catação não será desenvolvida por conta da consciência em relação aos benefícios da reciclagem, mas sim pela possibilidade de sobrevivência.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho destes catadores influenciará a dinâmica social pela qual se dá o convívio dos mesmos com as classes diferenciadas que habitam a mesma arena de conflito.

Mattoso (1999), ao abordar a precarização do trabalho, afirma que tal precarização ocorre através da falta de carteira assinada e do trabalho independente (por conta própria) sem contribuição previdenciária, e sem direito a aposentadoria. Esta precarização também pode ser caracterizada pelo aumento do trabalho por tempo determinado sem renda fixa, em tempo parcial, também conhecido como “bico”, o que, aliás, cresce nos grandes centros, porque os honorários relativos às contratações trabalhistas (que caracterizam o trabalho formal) tornam-se exacerbados para o

empregador, gerando com isso novas atividades, “bicos”, que possam garantir a sobrevivência.

Como demonstrado por Mattoso (1999) a precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de “bico”. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

Pode-se ainda concluir que o Estado deveria fiscalizar mais intensamente tais relações informais, contudo, esta fiscalização não deve ser apenas punitiva, uma vez que tais atividades ocorrem por necessidade de sobrevivência, mas sim, promotora de novas e mais conscientes ações que possam garantir e assegurar a estabilidade de uma sobrevivência digna.

A precariedade do trabalho mal remunerado, pouco reconhecido, provoca um sentimento de inutilidade no trabalhador e gera instabilidade e ameaça de desemprego, restrição aos direitos sociais e falta de perspectivas de crescimento profissional, tanto em relação ao setor informal, quanto em relação à classe trabalhadora em geral (CONCEIÇÃO, 2003).

Segundo Piccinini (2004), a difusão das formas precárias está ligada à flexibilidade quantitativa e à redução de custos pelo recurso a vínculos contratuais instáveis, e à substituição de contratos de trabalho por contratos comerciais. A autora cita, como tipos de flexibilidade quantitativa, a terceirização e a subcontratação, trabalho em domicílio, rede de empresas, cooperativas de trabalho, trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, trabalho em tempo compartilhado, suspensão temporária do contrato de trabalho e estágios. Já para Antunes (1995), essa precarização do trabalho está em plena sintonia com o modo de produção capitalista, que identifica o homem como um número apenas, não objetivando seus valores pessoais e sua real condição humana, importando tão somente o acúmulo de riquezas. Daí poder-se deduzir que a consciência do catador em relação ao meio ambiente se dê da mesma maneira, ou seja, importa-lhe a sobrevivência e não o meio ambiente como espaço de coexistência.

Na visão de Medeiros e Macedo (2006), conclui-se que atualmente há uma crise do trabalho assalariado nos moldes típicos do sistema capitalista, expressa nas

seguintes formas: aumento do desemprego estrutural e precarização do trabalho, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e exclusão do convívio social.

As autoras apontam que as conseqüências psicossociais advindas da crise atual do trabalho assalariado são perversas, pois atacam os alicerces da identidade do ser humano. Elas distinguem a relação entre sofrimento e emprego, e sofrimento e trabalho. A primeira está ligada à crise do trabalho assalariado e ao desempregado, e a segunda diz respeito aos trabalhadores que continuam a trabalhar. Assim, esclarecem que também existe o sofrimento dos que trabalham, que temem não satisfazer, não estar à altura das imposições da organização do trabalho; imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e de adaptação à “cultura” ou à ideologia organizacional, às exigências do mercado, às relações com os clientes, os particulares ou o público, etc.

Conforme Antunes (1995), Mattoso (1999) e Souto de Oliveira (2004), fazem parte das transformações no mundo do trabalho: o declínio do setor secundário na absorção de mão-de-obra e a expansão do setor terciário; a retração do salário formal; a flexibilização das relações contratuais de trabalho, redundando em perda ou subtração de direitos do trabalho e, conseqüentemente, num menor ou mesmo ausente grau de proteção social; as mudanças nos requerimentos feitos ao trabalhador sob a égide da “empregabilidade”, que se traduzem por maior grau de escolarização formal e por uma crescente exigência de atributos, tais como polivalência, autonomia, iniciativa e competitividade; a informalização e precarização das relações de trabalho; a manutenção/agravamento das desigualdades de rendimento e a dilatação das margens de pobreza.

Partindo das transformações no mundo do trabalho, pode-se inferir que é crescente e expressivo o número de trabalhadores que se encontram sob condições que configuram exclusão social, como é caso dos catadores.

No entendimento da sociedade contemporânea, o conceito de exclusão é crucial, visto que as transformações do mundo do trabalho, principalmente as advindas das

transformações do modo de produção, modificaram o cenário das relações sociais até então vigentes.

Medeiros e Macedo (2006), ao questionarem a inclusão social, identificam que muitos autores tomam como referência principal para esta situação a questão do desemprego, concluindo, assim, que estar desempregado significaria não estar integrado, e levantam as seguintes questões: O que dizer daqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego? Seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham trabalhos como a catação de material reciclável?

A adoção exclusiva desse ponto de partida levaria ao ofuscamento de artimanhas da exclusão social. Por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão, as quais conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. Assim, pode-se concluir que não há exclusão antes de uma inclusão.

Portanto, conforme Sposati (2002), a idéia de exclusão social supõe uma lógica que preside um padrão de relações em uma sociedade que, ao mesmo tempo, inclui e exclui por meio de um conjunto de valores que a orienta. Neste caso específico dos catadores de Bragança Paulista, a exclusão social é evidente.

2.2 A (re)organização do emprego urbano

O processo de crescimento da população urbana é muito mais perceptível em países em desenvolvimento, indicando que há necessidade de levar-se em consideração variações, fatores e condições diferentes que presidem a formação da população urbana – de um lado a situação de origem do urbano, e de outro os fenômenos atuais que decorrem das características demográficas e econômicas dos países em desenvolvimento (SANTOS, 1981, p. 21-2).

Milton Santos (1996) aponta a importância de se analisar a crescente urbanização como o resultado de agravamentos de problemas sociais e econômicos. Assim, analisar o crescimento urbano de Bragança Paulista é também analisar estes

agravamentos, principalmente os que são de interesse dos “homens lentos”. Essas análises, de modo geral, são desligadas da realidade social como um todo, são tratadas como microproblemas sem se reconhecer a sociedade em movimento, seja condicionada pela vulnerabilidade que os modelos capitalistas imprimem, seja pela eterna tentativa de se comparar o processo de urbanismo de países em desenvolvimento com países europeus. Este processo acaba por distanciar a verdadeira interpretação que se possa imprimir na análise do “território usado”, tentando compreendê-lo como um espaço vivido, espaço real, e não apenas como um modelo trazido de países desenvolvidos.

Ao se estudar a urbanização dos países em desenvolvimento, é perceptível o número de grandes cidades, especialmente na América Latina. Este fenômeno deve-se principalmente à organização das forças produtivas e sua concentração em certos pontos do território, em contraponto ao aumento do consumo (SANTOS, 1996).

Fatores como esses não podem ser desprezados em uma análise do território de Bragança Paulista, principalmente pela proximidade dos grandes centros que serviram e servem ao desenvolvimento das forças produtivas, gerando grandes cidades como as da região da Grande São Paulo e as da Região Metropolitana de Campinas, ambas as regiões com fortes tendências para o atendimento dos mercados internacionais.

A interpretação das forças produtivas deve ainda considerar as inter-relações entre diferentes variáveis, que levem a um enfoque analítico, considerando a divisão do trabalho. No caso de Bragança Paulista, essas variáveis estão expressas nas atuais práticas sócio-espaciais, que aparecem como uma solução da estagnação da força produtiva formal (o trabalho da indústria, comércio e serviços). Estas práticas sócio-espaciais nascem também da relação de consumo e da relação com o meio ambiente, principalmente, quando resíduos e outros materiais recicláveis, antes sem destinação, ganham “status” de matéria-prima e, conseqüentemente, importância para os interesses industriais.

Em contribuição ao entendimento destas práticas pode-se destacar o pensamento de Milton Santos quando diz que:

A cada movimento, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender as novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade e a sua repartição espacial. (SANTOS, M., 1996)

Através desses conceitos é possível entender que a atual função de catadores de sucatas, papéis e outros resíduos reinsere trabalhadores na força de trabalho. Cabe destacar que a divisão do trabalho social propõe diversamente assumir as diferentes porções de natureza, ou seja, dá a uma paisagem a condição de espaço produtivo. Para Milton Santos (1996, p. 60), “espaço global se define pelo conjunto de lugares empreendidos como porções do espaço produtivo e como lugar de consumo”.

Segundo Moraes (1999), a natureza extremamente dinâmica dos processos econômicos e sociais integrados, em um país como um todo e em cada região, faz com que mude constantemente o padrão da divisão territorial do trabalho. Por outro lado, o aumento da eficiência da produção social depende amplamente, não apenas do modelo atual existente, como também dos futuros padrões de distribuição das forças produtivas nas regiões econômicas do país. A cada momento da divisão do trabalho, a sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas. A esse processo, Santos (1979) dá o nome de “geografização da sociedade”.

A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade organizativa.

Com a fixação de capital estrangeiro, através das empresas transnacionais, passou-se a exigir uma divisão do trabalho com características internacionais, forçando adaptações e o aparecimento de especificidades. Essa divisão desloca a atribuição de um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções. A divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção. A divisão interna do trabalho mostra o movimento da

sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas.

Os problemas do emprego sempre estiveram associados às especificidades da estrutura produtiva das economias nacionais periféricas. Estas apresentaram tanto um pequeno grau de diversificação e integração vertical, quanto uma heterogeneidade estrutural dada pela incorporação desigual do progresso técnico pelos diversos setores econômicos. Nessa conjunção de fatores, o ritmo de acumulação de capital mostrou-se insuficiente, embora rápido, explicando, em última instância, a não absorção pelo mercado de trabalho de uma força de trabalho que se mostrou excedentária (ALVES, 2000).

De acordo com o Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um fator comum entre os países latinos é que, apesar do crescimento econômico, o nível de empregos mantém-se insuficiente e sem uma melhoria na distribuição de renda, revelando um cenário em que o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, advindo de um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades (PREALC, 1990).

O mesmo documento indica também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços funcionais, desde a década de 50, foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana, apesar do crescimento da produção. Além do crescimento vegetativo da população rural e do subemprego no campo, o fluxo migratório teria sido norteadado pelo fato de o salário urbano da mão-de-obra pouco qualificada ser superior àquele que os migrantes podiam ganhar no meio rural.

A complexidade da situação ocupacional não pode ser analisada apenas através da taxa de desemprego. Ao contrário, é necessário entendê-la como um "estrato de distintas formas de subutilização da força de trabalho", o que pode assemelhar-se a um iceberg que deixa à vista o desemprego aberto, mas que, na realidade, significa muito mais: o subemprego, tanto rural quanto urbano (PREALC, 1995). O crescimento

econômico não garantiu por si só um maior nível de emprego nem uma melhor distribuição de renda.

Em função disso, o número de pessoas disponíveis e de famílias que vivem em condições de pobreza, em lugar de diminuir, tem-se mantido e inclusive apresentado tendências a um real aumento (PREALC, 1990).

Com isso, verificam-se dois setores: um, de menor dimensão ocupacional, que incorpora o progresso técnico e tem altos níveis de produtividade; outro, de maior magnitude, que é ocupado pelos estratos intermediários, com correspondentes níveis de renda e produtividade. Da perspectiva da estrutura de emprego, estes dois setores constituem um "mercado de trabalho organizado". Eles produzem um conjunto de atividades econômicas norteado pela racionalidade econômica e com um grau razoável de organização, que tem fundamento na mesma evolução histórica.

No entanto, estes dois setores econômicos, de distintos níveis de produtividade, que configuram uma estrutura ocupacional "organizada", mostraram-se, na verdade, incapazes de incorporar toda a força de trabalho em idade produtiva para maior participação na atividade econômica; desse fato resulta um excedente de mão-de-obra que não encontra ocupação naqueles setores econômicos. Esta sobre-oferta de trabalho, ou fica desempregada, ou cria estratégias de sobrevivência nas novas atividades que ela mesma ajuda a conformar nos conglomerados urbanos.

Esta estrutura produtiva do mercado de trabalho aponta para a existência dos problemas de emprego em termos do funcionamento do mercado de trabalho diferenciado, seja na área rural, seja na área urbana. Assim, uma vez assumida a hipótese da heterogeneidade da estrutura produtiva, distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas, e o outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria, e para empresas muito pequenas, não organizadas institucionalmente.

Com efeito, pode-se associar o setor informal urbano àquele mercado de trabalho no qual se encontram os problemas de baixa produtividade e das baixas

rendas que recebem as pessoas que estão nele ocupadas. Postula-se aqui, portanto, uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho (PREALC, 1999).

Admite-se que a migração cumpre um papel fundamental, contribuindo fortemente para gerar o excedente de mão-de-obra nas cidades, que ao não ser absorvido pelas atividades do setor moderno, dá origem ao setor informal (PREALC, 1990). É evidente que este fato tem correspondência com os processos históricos verificados na região bragantina.

Assim, o estilo de desenvolvimento das economias atrasadas concentra no setor industrial, ao lado dos serviços funcionais, e particularmente, na indústria de transformação, uma base produtiva moderna, mas incapaz de absorver todo o aumento da população ativa urbana. Desta forma, a relação entre migração/urbanização e setor informal urbano tem uma importância decisiva na explicação do setor informal urbano, ao marcar a urbanização e a estrutura das ocupações nas cidades através do excedente de mão-de-obra.

O problema do setor informal e do subemprego tende a diminuir na hipótese do prosseguimento da industrialização e do desenvolvimento, à medida que a economia se desenvolve. Há uma tendência para reduzir a incidência do setor informal, visto que, hipoteticamente, de acordo com o tamanho das cidades, menor será a incidência do emprego informal no mercado de trabalho urbano (PREALC, 1990).

Em síntese, de uma conjunção da dinâmica dos fluxos migratórios e da incapacidade do setor moderno da economia de gerar oportunidades ocupacionais no ritmo exigido para absorver a população ativa urbana, surge um novo "setor tradicional" em termos de produtividade e renda (PREALC, 1978). Este setor, denominado setor informal, em contraposição ao setor moderno e organizado da economia, é o mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho. É o excedente estrutural de mão-de-obra que cria o setor informal urbano, segundo sua própria lógica: gerar circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e

com baixos níveis de produtividade, com os quais obtêm uma pequena renda, ou seja, a renda informal.

Fica evidente que o setor informal urbano está implicitamente colocado como um "setor de ajuste" para as economias, porque faz parte do desenvolvimento econômico, embora seus trabalhadores sejam caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos.

São as características dos migrantes e a insuficiente disponibilidade de oportunidades de emprego no setor formal urbano que determinam que o setor informal tenda a ser um receptáculo para os migrantes rurais que aportam nas cidades. O setor informal é visto como parte de uma dicotomia em que seus ocupantes produzem bens e serviços que em essência não são demandados pelo setor formal (PREALC, 1978).

A evidência de que, pelo menos por alguns períodos, os migrantes recentes e antigos passavam pelo emprego informal deu origem ao senso comum de que o setor informal é a "porta de entrada" ao mercado de trabalho urbano.

2.3 O trabalho dos catadores e a exclusão social

Birbeck (1978) denomina os catadores de "self-employed proletarians", pois, segundo o autor, o auto-emprego não passa de ilusão. Os catadores se auto-empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho.

A rotina diária do catador é exaustiva e realizada em condições precárias, conforme afirma Conceição (2003):

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida

alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (CONCEIÇÃO, 2003, p.34).

Os catadores catam e separam do lixo o material reciclável numa quantidade que seja suficiente para vender. O comércio dos materiais recicláveis, entre os catadores e as empresas de reciclagem, geralmente passa pela mediação dos atravessadores, chamados de sucateiros.

Estes intermediários recebem o material coletado, pesam e estabelecem o preço a ser pago aos catadores. Em seus depósitos, os sucateiros vão acumulando os materiais, prensando-os em fardos, até conseguirem uma quantidade que viabilize o transporte para as indústrias de reciclagem.

Na região Sudeste, um dia de trabalho rende aos catadores de dois a cinco reais, dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem (CEMPRE, 2008).

Para Carmo (2005), os catadores desconhecem completamente os aspectos que envolvem a logística do processo de reciclagem, desconhecimento, muitas vezes, atribuído ao baixo nível de escolaridade. Carmo (2005) e Conceição (2003) concordam que esse pouco conhecimento do circuito da reciclagem é um forte impedimento para que catadores obtenham ganhos melhores nessa atividade.

Já para Viana (2000), a existência dos atravessadores pode ser explicada por dois fatores principais: primeiro, pela “dificuldade de locomoção” dos catadores de lixo para entregar o material nas indústrias de reciclagem e, segundo, pelas vantagens que esse sistema oferece às indústrias.

Dessa forma, Leal et al. (2002) concluíram que o catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo; no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna.

Conceição (2003) e dados do IPT (2003) relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, e também ao aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados

que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

Para que o indivíduo possa ser considerado incluso ou excluído é necessário reconhecer as dinâmicas que acontecem dentro do território a que pertence. Exclusão pela inclusão não seria inadaptação, ao contrário, é adaptação à exclusão social; a exclusão, para se repor, precisa ancorar-se no sentimento de pertencimento social e criar o sentimento de pertencimento ou inclusão nos seus sujeitos. Dessa forma, as autoras afirmam que “é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão (...) é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese em si, e sim, em intersubjetividades delineadas socialmente” (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

O caráter excludente do trabalho do catador interfere na imagem que o mesmo faz de si, como identificado nas conversas com os catadores de Bragança Paulista. Assim, o trabalho com o lixo interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado. Observando-se o verbo catar em sua definição mais básica, nota-se que este faz referência ao ato de pegar, tomar para si aquilo que outros desprezaram. Por esta ótica, verifica-se que o descaso com a atividade da catação propriamente dita, já é, em si mesma, preconceituosa em relação ao ato desenvolvido enquanto manutenção da sobrevivência.

Entretanto, a mídia em geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores divulgam que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. Mas, qual a qualidade dessa inclusão? Seria o fato de estar trabalhando, não importa em quê e como? Isso já é uma garantia de inclusão social? O fato de conseguirem garantir meios para a sua sobrevivência e a de seus familiares seria sinônimo de inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão?

Sob o ponto de vista de Medeiros e Macedo (2006), tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio. Contudo, a inclusão desses catadores ocorre de forma perversa.

Dessa maneira, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade; sem reconhecimento social, com riscos, muitas vezes, irreversíveis à saúde e com a ausência total de garantias trabalhistas.

Uma análise prematura da situação dos catadores de materiais recicláveis levaria a uma conclusão equivocada: a de que são incluídos socialmente. Entretanto, por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem à inclusão perversa. O que se observa é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme estudos mencionados nesta pesquisa, o trabalhador-catador é exposto a riscos de saúde, preconceitos sociais, ausência dos direitos trabalhistas e outras condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico.

Paradoxalmente, mesmo ocorrendo nas condições demonstradas, que são bastante adversas, a catação possibilita a sobrevivência de muitos trabalhadores que se encontravam excluídos e sem alternativas para a subsistência. Lentamente, os catadores buscam se organizar em cooperativas e associações, visando melhores condições de trabalho.

As cooperativas de reciclagem de lixo são recentes no Brasil. Uma das pioneiras, de acordo com Conceição (2003), é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, fundada no ano de 1985, na cidade de Belo Horizonte - MG. Por este dado, pode-se deduzir que a atividade de catação foi regulamentada há pouco mais de vinte anos, o que representa muito pouco tempo em termos sócio-antropológicos.

Uma cooperativa de catadores pode desenvolver diferentes ações, visando enfrentar fatores que interferem no processo de negociação de materiais recicláveis, possibilitando competitividade por meio do aumento da oferta destes materiais, em volume que garanta negociação de preços.

O IPT (2003) também destaca as seguintes vantagens da cooperativa: evitar depender de um único comprador; vender cargas “fechadas” por um preço médio; estocar – os materiais podem ser armazenados por período mais longos, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro.

Ainda conforme o IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa de catadores de material reciclável é gerar oportunidades de trabalho e renda. Das vantagens econômicas advindas da organização em cooperativas de trabalho, o IPT apresenta o fato de os catadores conseguirem um valor mais alto pelo produto, pois ofertam produtos em melhores condições de limpeza e classificação e barateiam o transporte, prensando as cargas.

2.4 O Movimento Nacional dos Catadores e as conquistas da categoria

Embora a catação seja tal como a atividade de vendedor ambulante, realizada informalmente, a partir de 1980 os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Na década de 90, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país, com essa finalidade.

A luta pelos direitos e reconhecimento dessa profissão culminou na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR em 2001, com o intuito de discutir e lutar pelos direitos destes trabalhadores, na realização do “1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e na 1ª Marcha da População de Rua” (CONCEIÇÃO, 2003, p.105).

Além disso, não se pode deixar de abordar a participação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Recicláveis como uma outra conquista na organização e motivação para a construção da identidade para essa profissão.

2.4.1 O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado oficialmente em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O evento aconteceu em Brasília - DF reunindo um público de 1700 pessoas, momento também em que foi lançada a Carta de Brasília (Anexo I), documento que expressa as necessidades das pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis.

No ano de 2003 aconteceu o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores em Caxias do Sul - RS, com a presença de catadores de diversos países, apresentando como resultado a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina, unificando a luta entre os países (Anexo II).

Em 2005 ocorreu o 2º Congresso Latino-Americano de Catadores (as), uma continuidade da articulação latina que abriu novas frentes de luta na busca de direitos para os catadores de outros países da América Latina. Em março de 2006 o MNCR realizou uma grande marcha até Brasília levando suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações de bases orgânicas do movimento. Esse evento se tornou um marco histórico da luta dos catadores no Brasil, pois cerca de 1.200 catadores marcharam na Esplanada dos Ministérios e levaram às autoridades suas reivindicações, tendo como principal meta a criação de 40 mil novos postos de trabalho para catadores de todo o Brasil.

Verifica-se então que a proposta principal do MNCR é a valorização da categoria de catador, assim como reconhecê-lo como um importante trabalhador. O MNCR organiza bases orgânicas do movimento em cooperativas, associações, entrepostos e grupos, nas quais “ninguém pode ser beneficiado às custas do trabalho do outro”. Como bases orgânicas cumpre esclarecer que estas são espaços de trabalho em comunidades que sediam projetos de caráter popular para educação e resgate cultural dos catadores e de suas famílias. Os projetos educativos vão desde inclusão digital, oficinas de artesanato, até atividades recreativas.

O organograma apresentado na Figura 1 demonstra a relação de hierarquia existente no movimento e a forma como este busca a interação entre as bases orgânicas, os comitês e as equipes de articulação.

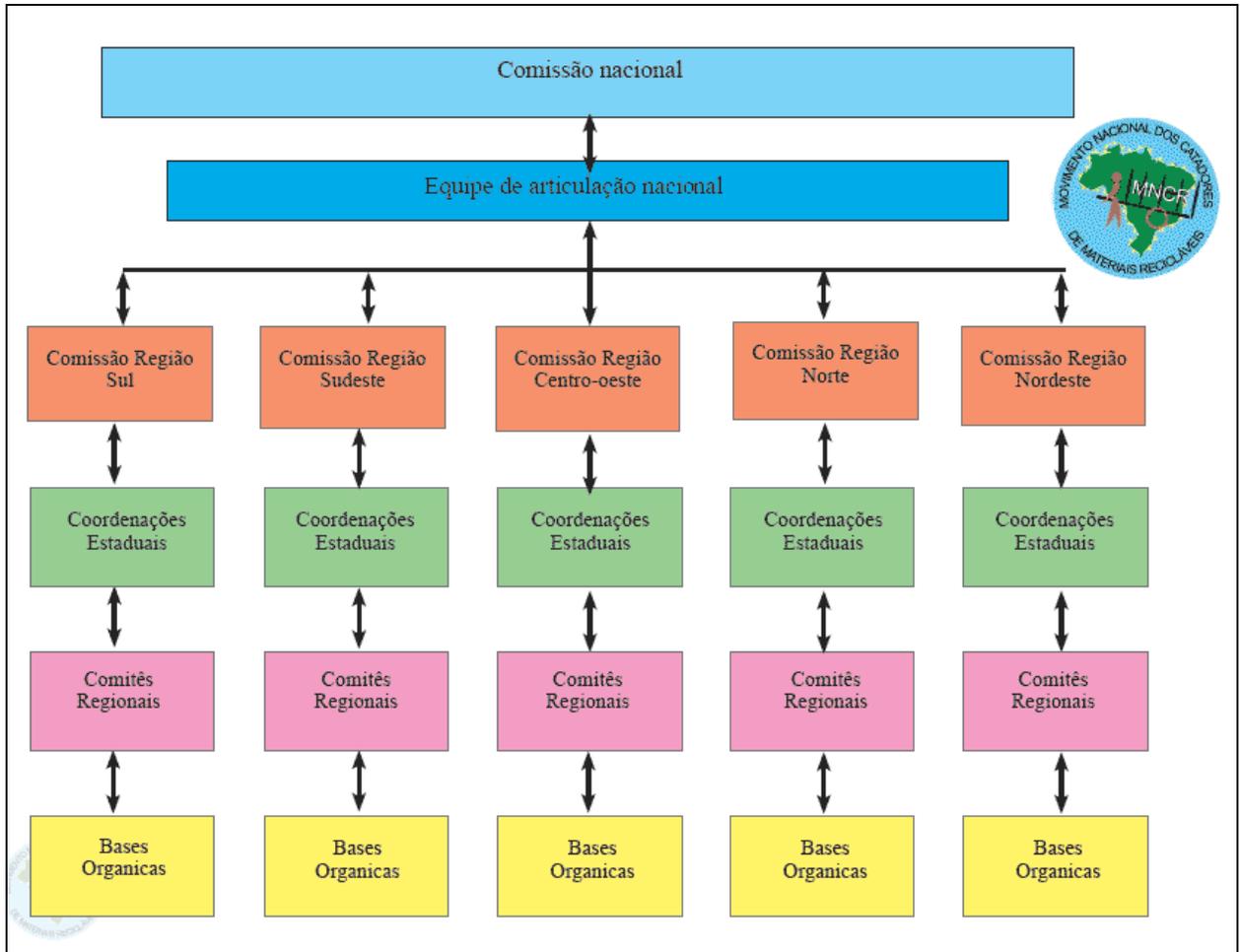


Figura 1. Organograma do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis/julho 2008.

Pela trajetória de conquistas e lutas do MNCR vale destacar um trecho do texto disponível no site do movimento:

Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome.

Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade.

Desenvolvemos nossas ações na busca de uma sociedade mais justa e melhor para todos. Buscamos a organização de nossa categoria na

solidariedade de classe, que reúne forças para lutarmos contra a exploração buscando nossa liberdade. Esse princípio é diferente da competição e do individualismo, busca o apoio mútuo entre os companheiros (as) catadores (as) e outros trabalhadores.

Lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos (os exploradores), mas que sirva a todos.

Ao analisar este trecho percebe-se primeiramente uma necessidade que o MNCR tem de manter sua autonomia enquanto representação propriamente dita e de garantir que os interesses que representa possam ser alcançados; por outro lado esta fala traz também um tom de orgulho e busca de reconhecimento pelo trabalho e pela causa, e não simplesmente por uma luta de inclusão social.

Como contribuição, Martins (2003, p. 14) apresenta a idéia de que a exclusão é e foi própria das sociedades estamentais, como foi a nossa durante todo o período colonial e o período imperial, e da qual sobrevivem vestígios, não só nas diferenças entre raças, mas também nas regulamentadas diferenças entre brancos e brancos.

O MNCR levanta como bandeira o devido pagamento pelo trabalho prestado a sociedade, já que segundo o Movimento, está provado que o trabalho dos catadores é mais eficiente na coleta seletiva que os caminhões e aparatos do setor privado. Além disso, o MNCR é contra os lixões a céu aberto e luta pela transformação desses em aterros sanitários, com a devida transferência dos catadores que neles trabalham para galpões com estrutura suficiente que garanta a sobrevivência de todos, além de creches e escolas para as crianças.

Verifica-se também que o trabalho do MNCR é norteado pelo conjunto de princípios e objetivos que prevêm:

a) auto-gestão e organização dos catadores através da constituição de bases orgânicas, em que a participação de todos os catadores que queiram ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador como base orgânica, com um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases do acordo;

b) ação direta popular bem como outras formas de organizar um princípio e método de trabalho, que rompa com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos

catadores, que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que isto seja objeto de uma doação, até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também buscando o devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores;

c) independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado à sociedade, e cobrando das empresas privadas;

d) apoio mútuo entre os catadores, e praticando no dia-a-dia das lutas a solidariedade de classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando o direito à cidade, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

As associações ou cooperativas que desejam fazer parte do MNCR devem estar de acordo com as bases estabelecidas para esta categoria, ou seja, para as bases organizadas:

a) assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão;

b) ter conhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho;

c) ser um profissional Catador de Material Reciclável organizado em uma cooperativa, associação, entreposto ou grupo, com gestão própria orientada pelos princípios do MNCR;

d) ser solidário a todos os catadores em sua organização e crescimento;

e) participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores que vivem do trabalho nas ruas e lixões;

f) respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles catadores (as) que ainda não estão organizados e com os catadores moradores de rua;

g) respeitar os pontos de coleta dos catadores organizados e não organizados.

Com relação às cooperativas, associações e bases em processo de organização, e considerados bases orgânicas do MNCR devem:

a) ser compostas e dirigidas exclusivamente por catadores (as) de materiais recicláveis;

b) basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios do MNCR;

c) desenvolver práticas solidárias, incentivando a troca de experiências relacionadas a formas de produção, comercialização, tecnologia, modelos de administração e gestão;

d) manter em suas sedes sociais a simbologia do MNCR através de bandeiras, uniformes, grafitagem etc.;

e) manter um espaço de formação e informação para todos os catadores(a) participantes das bases orgânicas para apresentar e discutir os princípios, objetivos e ações do MNCR nos níveis municipal, regional, estadual e nacional;

f) ocupar-se com a capacitação contínua dos componentes das bases orgânicas, criando programas internos para sua formação política, administrativa e operacional;

g) priorizar ingresso nas bases orgânicas para os catadores de lixões ou de rua em situação de exploração, mediante cumprimento dos critérios de ingresso acordados com o MNCR;

h) promover o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis por via da ação direta na luta para conquistar direitos relativos a saúde, habitação, lazer, educação, segurança e desenvolvimento social.

Para ingresso e permanência no MNCR os grupos interessados deverão cumprir os seguintes critérios:

- estar de acordo com todos os itens descritos neste documento;
- ser avaliado pelo Comitê Regional conforme critérios do MNCR;
- ser aprovado pela Coordenação Estadual;
- dar seqüência prática e submeter todas as ações da base orgânica aos critérios fundamentados neste documento;
- promover ato público de lançamento da base orgânica do MNCR, bem como assinar o termo de adesão e enviar cópia à secretaria estadual.

As diretrizes estabelecidas para a categoria com relação ao trabalho prevêm:

a) manusear de maneira adequada e segura os materiais recicláveis nas ruas e galpões, garantindo a organização e limpeza do espaço de trabalho;

b) estar consciente do valor e da utilidade pública dos serviços prestados pelo desempenho da sua atividade profissional, que proporciona benefícios econômicos e ambientais para toda a sociedade;

c) zelar pela saúde e preservação ambiental evitando a prática e impedindo atos que possam comprometer ou prejudicar a vida em sociedade;

d) não praticar qualquer ato que, direta ou indiretamente, possa prejudicar os legítimos interesses dos catadores de materiais recicláveis e classes de oprimidos em geral;

e) proceder de maneira idônea no exercício de sua atividade profissional, prevenindo acidentes, evitando situações ou exposições de riscos à saúde pessoal, familiar ou pública;

f) comercializar os materiais recicláveis com compradores que dão um destino ambientalmente adequado aos materiais e que não se utilizem de mão-de-obra infantil e trabalho escravo;

g) respeitar os acordos entre os catadores das bases orgânicas do MNCR e grupos sobre a distribuição de pontos e áreas de coleta, levando em conta a necessidade de sobrevivência de todos e a localidade histórica e prioritária dos catadores nas regiões das cidades.

As diretrizes do MNCR em relação às parcerias prevêem:

a) estabelecer parcerias que contribuam com a comunidade, com as bases orgânicas e que sejam ambientalmente responsáveis;

b) estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores de materiais recicláveis através de um termo de cooperação mútua;

c) divulgar solidariamente para as bases orgânicas informações sobre parcerias, projetos de financiamento e novas tecnologias;

d) buscar informações sobre a idoneidade e ética dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do MNCR;

e) garantir que entidades parceiras não venham a desenvolver interferência interna nos assuntos da base orgânica, preservando a independência e auto-gestão verdadeira da organização;

f) não permitir o uso da imagem das bases do MNCR, bem como dos catadores individualmente, para fins de propaganda das entidades, entendendo que os verdadeiros parceiros são aqueles que querem realmente apoiar sem aparecer ou usar a imagem do povo.

Especificamente quanto ao estabelecimento de parcerias com universidades ou centros de pesquisas, o MNCR apresenta as seguintes diretrizes:

- atendimento aos critérios e demandas do MNCR;
- registro das informações (bibliografia);
- retorno dos projetos desenvolvidos às bases orgânicas;

- garantia do repasse de resultados às bases orgânicas.

Com relação às políticas e atos públicos, as diretrizes prevêm:

a) comprometer-se com a luta para o desenvolvimento e reconhecimento da categoria, participando e contribuindo nas discussões e ações do MNCR no município, estado e país;

b) participar das discussões para a construção de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e nacional, tendo como referência a postura do Movimento Nacional de Catadores (as) expressa na Carta de Brasília, Carta de Caxias e a Declaração dos Princípios, Objetivos e Bases de Acordo do MNCR;

c) criar meios para estabelecer intercâmbios e trocas de informações sobre políticas públicas com as bases orgânicas promovendo uma rede de discussão e articulação entre elas;

d) garantir que todo ato público que tenha a participação do MNCR com sua simbologia seja aprovado pela Coordenação Estadual e que as informações sejam encaminhadas à Secretaria Nacional Itinerante, a fim de legitimar a ação;

e) as articulações de políticas públicas e manifestações não deverão ter ligação religiosa ou partidária, garantindo a independência da classe;

f) garantir a unidade de ação direta das bases orgânicas em todas as mobilizações do MNCR.

Toda essa ação em busca de representatividade junto à administração pública contribuiu para legitimar conquistas do MNCR como:

- o reconhecimento da ocupação de catadores de materiais recicláveis pela Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a articulação e formação de lideranças do MNCR;
- realização de eventos como congressos e encontros latino-americanos de lideranças formadas em todo o Brasil;

- mobilização e participação na elaboração de propostas para políticas nacionais, estaduais e municipais de resíduos sólidos;
- busca de fomento público (edital BNDES), com linha de crédito para cooperativas de catadores em todo o Brasil;
- estudo do valor de um posto de trabalho no segmento e apresentação deste estudo em audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- aprovação do Decreto Federal 5.940/06, que institui a implantação da coleta seletiva solidária nos órgãos federais e sua destinação às instituições de catadores;
- aprovação da Lei 11.440/2007 de Saneamento Ambiental, no que tange à dispensa de processo de licitação na contratação de instituições de catadores para prestação dos serviços de coleta seletiva;
- criação do selo “Amigo do Catador”.

Dessa forma, os catadores estão construindo sua história e demarcando sua área de atuação, conquistando também seu reconhecimento como categoria profissional oficializada.

Contudo, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico. Porém, apesar de tal reconhecimento, muitos catadores ainda não se deram conta de que podem recorrer a associações específicas que possam assegurar-lhes os direitos pertinentes a esta atividade, razão pela qual este ramo de trabalho continua confundido e pouco valorizado.

Percebe-se então que o problema hoje não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida, para além da perspectiva estrita da sobrevivência.

Nesse sentido, o MNCR tem mantido uma interlocução direta com o Presidente da República, na tentativa de garantir o cumprimento da promessa deste em apoiar as bases instituídas por catadores, como:

- garantir junto aos ministérios e órgãos do governo os investimentos ora comprometidos pelos mesmos durante quatro anos para a geração dos 39.000 postos de trabalho;
- garantir renovação ou novo convênio junto ao MDS que prioriza a formação e a capacitação de novos catadores e a preparação de suas bases para receberem os investimentos conquistados;
- analisar o custo de geração de um posto de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, visando construir parâmetros técnicos para orientação de políticas de inclusão social e econômica deste segmento.

2.4.2 O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Recicláveis

O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado por Decreto Presidencial em 11/09/2003, coordenado pelo MDS, e Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) e é formado por 10 órgãos do governo federal:

- MMA – Ministério do Meio Ambiente;
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;
- MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia;
- MEC – Ministério da Educação;
- MS – Ministério da Saúde;
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
- SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

- Casa Civil da Presidência da República;
- Caixa Econômica Federal;
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sob a responsabilidade do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores está o Decreto 5.940/06, da Presidência da República, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Por meio do art. 5º § 3º, além disso, o Comitê Interministerial é designado para acompanhar, avaliar e monitorar semestralmente o processo de separação dos resíduos recicláveis e sua destinação às organizações reconhecidas de catadores.

Para isso, o Comitê Interministerial estruturou uma Secretaria Executiva que atua como apoio para a sensibilização dos servidores, organização da coleta seletiva nos prédios e mobilização de ações no sentido de apoiar tanto os órgãos federais quanto os catadores no decorrer do processo.

Esta se configura na interface do referido comitê com toda a administração pública federal direta e indireta, particularmente com as Comissões de Coleta Seletiva dos órgãos públicos federais mencionados no Decreto 5.940/06, organizadas por prédios.

Dentre os vários desafios do comitê, está a necessidade de se trabalhar junto aos servidores com o intuito de sensibilizar para a mudança dos hábitos de descarte em suas atividades funcionais, apoiar a implantação do sistema de segregação dos recicláveis em cerca de 10 mil locais diferentes espalhados pelo Brasil, auxiliar no processo de estruturação da logística, de armazenamento e transporte desses materiais em cada local, além de apoiar as organizações de catadores em muitos casos, inclusive reorientando o destino dos materiais, o que muitas vezes significará a mediação de conflitos de interesses.

Além destas ações existem outras apoiadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores, tais como:

- Edital BNDES 2007: lançado em 2006, juntamente com a assinatura do Decreto 5.940/06, selecionou, em seu primeiro edital, 44 projetos de cooperativas das 127 propostas encaminhadas, totalizando recursos não-retornáveis de R\$ 36 milhões. O BNDES já comunicou ao Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores que irá lançar novo edital, com previsão para outubro de 2008, consolidando a atuação do BNDES para esse segmento por meio do financiamento não-retornável para a construção de galpões, aquisição de máquinas e equipamentos, assim como assistência técnica e capacitação, em convergência com ações prioritárias destinadas aos catadores pelo governo federal.
- Petrobrás: apoio a redes de organização dos catadores em R\$ 10 milhões (2007) e R\$ 31 milhões (2008/2010). A Petrobrás iniciou em 2003 os projetos com os catadores por meio de seleção pública. São 28 projetos aprovados que atendem cerca de mil catadores. A Petrobrás destaca-se também no apoio à articulação e constituição de redes de organizações de catadores nos estados da BA, PE, SP, MG e RJ.
- Ministério das Cidades: previsão de apoio em 11 Regiões Metropolitanas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF por meio do PAC Resíduos Sólidos - R\$ 50 milhões (4 anos).
- Ações da Fundação Nacional de Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB): R\$ 36 milhões para geração de postos de trabalho, sendo R\$ 16 milhões da FUNASA, R\$ 15 milhões do MTE e R\$ 5 milhões da FBB.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: concurso de design de caráter social (veículos para coleta de material reciclável).
- Constituição formal de 15 comissões da Coleta Seletiva Solidária no âmbito dos órgãos públicos federais localizados na Esplanada dos Ministérios.

2.4.2.1 Ações do Ministério do Desenvolvimento Social voltadas para catadores

São ações do Ministério do Desenvolvimento Social:

- Convênio firmado entre a Cáritas Brasileira¹ e o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio do Serviço Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2004 até abril de 2007, para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na Esplanada dos Ministérios, no valor de R\$ 300 mil, o que proporcionou a assinatura do Decreto 5.940 de 2006;
- Convênio com a Organização do Auxílio Fraternal (OAF)² para capacitação de lideranças, fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores e estudo do custo do posto de trabalho do catador;
- Formação de 1.350 lideranças em 26 estados, realização de 16 encontros estaduais com a participação de mais de 4.000 representantes de catadores de todos os estados da federação, criação de 32 centros de referência e apoio à organização dos catadores em sete estados e no Distrito Federal;
- Desenvolvimento de um estudo para identificação do custo de geração de um posto de trabalho na cadeia urbana da reciclagem. Identificação do custo médio de R\$ 4 mil reais, o menor para a geração de um posto de trabalho, comparativamente à reforma agrária (R\$ 5,2 mil), padaria (R\$ 5,4 mil), sorveteria (R\$ 9,6 mil) e construção civil (R\$ 33,3 mil);
- Populações de rua – Serviço Nacional de Atendimento Social (SNAS): como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas a essa

¹ Rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países, com sede em Roma; Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 12 de novembro de 1956, e reconhecida como de utilidade pública federal. Com catadores de recicláveis atua em quatro eixos: na erradicação do trabalho infantil; articulação, mobilização e organização dos catadores; fortalecimento dos empreendimentos e conquista e controle de políticas públicas.

² OAF - Organização Auxílio Fraternal é uma organização não governamental fundada em 1958, sediada em Salvador - BA. Promove ações sócio-educativas e desenvolve atividades de educação ambiental para catadores de recicláveis.

- parcela da população; a pesquisa engloba 60 cidades e municípios com população superior a 300 mil habitantes, sendo 23 capitais e 37 municípios;
- FÓRUM PARTICIPA: Fórum Permanente de Articulação de Parcerias – espaço de discussão e potencialização das ações do governo federal para as áreas de geração de trabalho e renda. Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o Fórum conta com representantes do governo federal, empresas públicas e privadas e sociedade civil organizada;
 - Apoio da iniciativa privada na organização de catadores:
 - a) Coca-Cola: 28 cooperativas;
 - b) Wal-Mart: apoio a 2 redes estaduais (Pernambuco e Bahia) e com possibilidade de estabelecer Acordo de Cooperação Técnica com o MDS para ampliação dessa parceria nos 16 estados em que atuam, cedendo espaço nas lojas para postos de entrega voluntária de recicláveis e destinação dos recicláveis gerados em suas lojas para as organizações de catadores;
 - c) NATURA: com a utilização de material oriundo das cooperativas para a fabricação de suas embalagens, bem como retorno das mesmas pós-consumo às cooperativas;
 - d) FUNDAÇÃO AVINA: fortalecimento do Movimento Nacional e integração com os movimentos da América Latina. Encontro latino-americano de catadores em Cochabamba, Bolívia, em março de 2008;
 - UNESCO: edital para projetos de apoio à organização dos catadores e para população de rua, com o intuito de consolidar ações que vêm sendo desenvolvidas. Uma delas é o fortalecimento institucional dos catadores, propiciando encontros nacionais, articulação nos estados, capacitação e também realização de pesquisa sobre o custo da coleta seletiva realizada pelos catadores em comparação com a coleta realizada pela prefeitura e pelas empresas, e também verificar o impacto dos trabalhos dos catadores para a cadeia produtiva da reciclagem. São R\$ 3 milhões, sendo R\$ 2,5 milhões para os catadores e R\$ 500 mil reais para populações em situação de rua;

- BID/FUMIN: apoio à organização de cadeias produtivas em comunidades de catadores, com o desenvolvimento de atividades que promovam a integração da família na comunidade, assim como o incentivo à melhoria das condições habitacionais, promovendo o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos. Investimento previsto de aproximadamente R\$ 5 milhões.

2.5 O circuito da reciclagem de materiais

O setor industrial é sem dúvida o maior beneficiário dos processos de reciclagem de matérias promovido pelos catadores e cooperativas de lixo no Brasil. Para que as indústrias fiquem com o maior valor agregado, entra a figura do sucateiro, seu intermediário ou “comparsa” (CONCEIÇÃO, 2003). O sucateiro ou “o homem da balança” é o intermediário e a cadeia de comercialização pode chegar a três estágios para que os resíduos cheguem à indústria. Como em qualquer mercado, o processo depende da oferta e da procura pelos resíduos. As indústrias que utilizam materiais recicláveis em seus processos, muitas vezes preferem negociar com grandes aparistas, visto o volume a ser comprado representar vantagens comerciais. No primeiro estágio, encontram-se os mendigos, xepeiros, que nada fazendo durante o dia, recolhem alguns materiais das ruas, vendendo-os ao carroceiro. O segundo estágio está no trabalho do carroceiro. Este, por não possuir um volume substancial de sucata, junta uma quantidade durante o dia e acaba por vender o que coletou a catadores fixos ou cooperativas de reciclagem de lixo. Os catadores fixos juntam o lixo em suas casas e as cooperativas de reciclagem de lixo, depois de juntarem certo volume, negociam com o sucateiro, que, por seu poder de barganha, vende em grande escala para as indústrias que utilizam esses resíduos em seu processo produtivo, fechando assim a terceira fase. O valor absoluto, bem como a agregação de valor nessas transações, ficam com os sucateiros e as indústrias, sobrando muito pouco aos que verdadeiramente garimpam o lixo.

O sucateiro, por possuir a infra-estrutura necessária para trabalhar com o lixo (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone, capital, etc) leva vantagens

nas negociações com as cooperativas e as indústrias consumidoras do material reciclado. O sucateiro passa recolhendo e comprando de catadores e cooperativas pequenas quantidades de materiais recicláveis.

Entre as principais propostas do MNCR está a de estruturar as associações e cooperativas. De acordo com o MNCR, as cooperativas e associações cadastradas são:

- grupo organizado em associação ou cooperativa ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprio, podendo ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem;
- grupo organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpão. Estes grupos estão numa fase intermediária, necessitando de reforço na infra-estrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores;
- grupo em fase de organização, contando com poucos equipamentos, alguns próprios, precisando de apoio para a aquisição de mais equipamentos e/ou galpão próprio;
- grupo desorganizado, em rua ou lixão, sem possuir qualquer equipamento e freqüentemente trabalhando em condições precárias para atravessadores.

Nas quatro situações citadas existe também a necessidade de provimento de assistência técnica e capacitação dos cooperados, que varia em conteúdo e grau e depende do estágio em que se encontra cada grupo e/ou cooperativa/associação.

CAPITULO III - A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DOS CATADORES DENTRO DA DINÂMICA E GESTÃO TERRITORIAL DE BRAGANÇA PAULISTA

3.1 Diferentes leituras do conceito de território

O território é objeto de estudo para muitas ciências e com olhares ora singulares, ora comuns. Neste sentido, é preciso destacar a abordagem do território de Claude Raffestin (1993), pelo caráter político e pela sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço; é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Esta abordagem coloca o território tratado, principalmente, sob uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Para Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Assim, o autor entende o território como sendo um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Na análise, a construção do território revela relações marcadas pelo poder, o que exige enfatizá-lo como uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos, sem os quais não se define o mesmo. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, serão enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território.

Haesbaert (2002) define o território classificando-o em três vertentes básicas:

1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”;

2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”;

3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Este mesmo autor, ao buscar a compreensão das complexidades do mundo atual, muitas vezes excludentes, como os efeitos da crescente globalização nas diferentes escalas, identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona caracterizados pela lógica política, os territórios-rede caracterizados pela lógica econômica e os aglomerados de exclusão caracterizados pela pressão econômica.

Souza (2001) vê o território numa vertente política/cultural, ao identificar, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder, formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Esse autor destaca que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação, devendo o conceito de território alcançar mais que o território do Estado-Nação. Neste sentido, para fazer-se compreender utiliza o seguinte exemplo: “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.

Souza (2001) propõe que o conceito de território se transmute como uma alternativa de desenvolvimento, como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Para o autor, sociedade autônoma é aquela que defende e administra livremente seu território, sem perder a materialidade

que o constitui, acreditando ser este o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo.

Desta forma, para Souza (2001), o território tem múltiplas vertentes com diversas funções, assumindo, com isso, a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros, que podem ser temporários ou permanentes.

Saquet (2007) compartilha com Raffestin (1993) a idéia de poder constante na discussão sobre território, quando o compreende produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social, independentemente do tempo e escala.

Saquet (2007) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), que seriam essenciais para se fazer as interligações necessárias.

Neste sentido, para Saquet (2007), no território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com os outros lugares e pessoas, identidades. Para esse autor, as bases do território, entendidas como as redes de circulação e comunicação, a relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável.

Por sua vez, Andrade (1995) faz uma análise da questão do território no Brasil, retratando-o profundamente por uma ótica política e econômica de ocupação do espaço. A exemplo de Raffestin, a idéia de poder é um forte determinante na análise do território feita por Andrade:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Nota-se que o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região, e ao fazer uma diferenciação entre espaço e território, o autor busca associar o conceito de território à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, produção, comércio, transportes, fiscalização etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes.

Para Caio Prado Júnior (1987), o território é sempre visto como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. Na obra mencionada, os ciclos econômicos e as transformações do território em razão da economia são as vertentes predominantes na abordagem do autor.

Já as importantes contribuições de Milton Santos para a construção do conceito de território, em várias de suas obras, buscam o questionamento da validade de se estudar o território, destacando a importância maior de se compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais, influenciando, o espaço territorial.

Santos (1996) entende que a formação do território é algo externo e a periodização da história é quem define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

Na sua obra *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1996), o autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos, caracterizados, para Santos (2002), pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana.

Santos (2002) tenta uma leitura múltipla para o conceito de território, e inclui assim para a compreensão do território uma ampla reflexão entre as rugosidades, as

periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

3.2 O “território usado”: conceito e significado

Muito provavelmente o território, entendido como o espaço carregado de atividades humanas, de história e imaginários, significa um ponto de encontro para distintos interesses. Desde as políticas territoriais e econômicas ligadas à geografia física e econômica predominantemente desenvolvida na primeira metade do XIX, até as investigações antropológicas colonialistas dirigidas por interesses das grandes potências mundiais durante o século XIX e princípios do XX, essas ações tinham um interesse político, econômico e cultural (RIOS, 2006).

O conceito de território transcende ao entendimento do limite político administrativo, alcançando a idéia de espaço efetivamente usado pela sociedade. É neste espaço que as relações sociais acontecem, dando ao território uma categoria de análise de uso, ou seja, território usado. É na diversidade dos conceitos atribuídos ao espaço que sua semântica assume distintas significações, como o espaço do autóctone, o espaço do migrante, o espaço do urbanista, o espaço das empresas, o espaço da política, emprestando diferentes acepções ao uso da palavra espaço, ora apresentado como algo vazio a ser completado, ora como produto, ora como meio, mas o que realmente interessa é o “espaço do homem” (SANTOS, 1986), espaço humano, “[...] que contém e é contido por todos esses múltiplos de espaço” (SANTOS, 1978, p.120).

Para Santos (1998) e também para Bortolozzi (2008), a análise dos conflitos pela perspectiva do território fornece entendimento indispensável à apreensão da sua dinâmica, sobretudo por seu conteúdo político, acrescentando que o conceito de território só poderá tornar-se uma categoria de análise social, quando entendido como “território de usos”. É a partir então do uso do território que ocorre a possibilidade de articular-se a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, com a ação política,

segundo Santos & Silveira (2001). Isto porque o território usado não é estático e sim dinâmico, transformador, e mostra as contradições da sociedade ao revelar os processos históricos cristalizados nos seus objetos.

Milton Santos (1994), ao fazer a crítica do “território usado”, apresenta características como densidade e rarefação. A densidade está relacionada com a ocupação do território pela população e seu entendimento desdobra-se entre as densidades técnicas e informacionais, reguladoras da vida coletiva. As densidades técnicas e informacionais definem novas realidades espaciais que aprofundam a distância entre ricos e pobres. Inversamente a este conceito, a rarefação liga-se ao homem pobre e “lento”.

Milton Santos e Maria Laura Silveira acrescentam à crítica do “território usado” as idéias de fluidez e viscosidade como “sistemas de engenharia que produzem os movimentos, interessando diretamente à divisão territorial do trabalho” (SANTOS & SILVEIRA, 2005). Esses sistemas de engenharia (infra-estruturas, sistemas viários) contribuem para a fluidez, servem para dotar o território de circulação e, por serem seletivos, resultam em segregação. É o clássico caso do Sul desenvolvido do país e do Nordeste atrasado.

O território apresenta rapidez e lentidão refletindo o mandar e o fazer: o primeiro comanda e o segundo obedece. A rapidez está nos transportes, que intensificam as relações sociais e econômicas, distinguindo a divisão territorial do trabalho. Rapidez e fluidez são condições comuns nas grandes metrópoles, que conflitam com a viscosidade e lentidão, aprofundando a desigualdade e a segregação sócio-espacial e gerando pressões e conflitos.

Finalmente, território, para Milton Santos, é:

O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a geografia da produção e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade do atores e das ações (SANTOS, 1996).

Entende-se que é no território que se manifestam as dimensões das experiências humanas envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta. O uso do território só pode acontecer quando existe o sentimento de posse ou o de pertencer, entendido também como territorialidade. Esse sentimento de pertencer, não exclusivamente do homem, é a preocupação com o destino e o futuro, atribuindo um caráter político de existência ao território. O uso do território configura-se na conjunção da materialidade, dos recursos naturais, do trabalho e da política.

Milton Santos afirma que as funções do espaço geográfico no uso do território é a interpretação de que o espaço é um campo de forças que vai desde os sistemas de objetos e sistemas de engenharia aos movimentos da população e extensão da cidadania. O autor, em “A Natureza do Espaço” (2000), mostra que o mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares.

O município de Bragança Paulista não foge a esta interpretação: ao mesmo tempo em que recebe o mais ilustre morador, é também o espaço que abriga os mais pobres. Os ilustres moradores normalmente utilizam a cidade como dormitório. Bragança Paulista é “viscosa e lenta” demais para atender aos seus interesses. Já aos pobres resta a tentativa de um trabalho, seja como empregado doméstico, funcionário público, caseiro e, aos que migram, o lixo.

O lixo é fonte de vida para aqueles que foram excluídos. Nele reside a possibilidade de gerar renda e de ter acesso aos bens de consumo, pois para uns significa a falta de oportunidade, para outros, apenas um conjunto de possibilidades.

Com relação à formação do espaço, é preciso entender também o papel da produção, ou seja, do trabalho do homem como gerador de impulsos de transformação e de confronto (SANTOS, 2005, p.22).

Entre as possíveis interpretações do espaço verifica-se a de Milton Santos (2005, p.22), para quem “o espaço, ele mesmo, é social”. O papel do espaço em relação à sociedade deve ser considerado neste estudo como “um teatro das relações humanas” (LEFEBVRE, 1991), permitindo interpretar o espaço como um fato histórico e que somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como

fundamento da compreensão da realidade espacial, que induz ao entendimento de que a história não é escrita fora do espaço e não há sociedade a-espacial.

3.3 Evolução histórica do município: do campo à indústria

Como muitas cidades do interior, Bragança Paulista teve sua origem em meio às expedições de reconhecimento do país e principalmente pela descoberta de ouro em Minas Gerais, tornando-se ponto de apoio para pouso e alimentação. Fundada por Antônio Pires Pimentel e sua esposa Ignácia da Silva Pimentel, que em cumprimento a um voto e por terem alcançado a graça, construíram uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição. Este local, a partir de então, começou a servir de descanso para os tropeiros e ao redor da capela surgiram ranchos e barracas. O pequeno povoado, ligado a Atibaia, recebeu o nome de Conceição do Jaguary, e tem como data de fundação o dia 15 de dezembro de 1763 (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 2007).

Outro marco importante para a formação do município de Bragança Paulista foi o reconhecimento do povoado em 13 de fevereiro de 1765, quando recebeu seu primeiro Vigário, sendo elevado a Paróquia. A separação do município de Atibaia ocorre em 17 de outubro de 1797, quando recebe o nome de Vila Nova Bragança, nome esse ligado à tradição portuguesa, cuja dinastia, durante séculos, governou Portugal e o Brasil. Em 20 de abril de 1856, passa a denominar-se Bragança (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 2007).

Três anos depois, foram anexados a ela mais quatro municípios: Pedra Bela, Pinhalzinho, Vargem e Tuiuti. Em 30 de novembro de 1944, para diferenciar-se da cidade do Pará que tinha o mesmo nome, passou a chamar-se Bragança Paulista.

Em virtude de seu excelente clima, em 28 de outubro de 1964 foi elevada à categoria de Estância Climática. Em 24 de fevereiro de 1964, perde parte de seu território com o desmembramento dos distritos de Vargem, Pinhalzinho e Pedra Bela. Em 17 de abril de 1970, Vargem é reintegrada ao território bragantino, e em 30 de dezembro de 1991, novamente Vargem, e também Tuiuti, separam-se de Bragança.

O desenvolvimento dessa região teve início com a cultura do café e com a chegada da Estrada de Ferro Bragantina, transformando a antiga Vila de Nova Bragança em pólo de desenvolvimento regional, a partir do qual saíram as famílias que foram formar os outros povoados.

Apesar de localizar-se numa das regiões mais desenvolvidas do país, Bragança Paulista tem um centro industrial limitado. Em 29 de novembro de 1984, o governo do Estado, utilizando-se da estratégia de formação de pólos, reconhece Bragança Paulista como Sede de Região do Governo do Estado de São Paulo.

Bragança Paulista caracterizou-se como centro econômico regional no início do século, devido à sua ligação com a capital e o porto de Santos através de rodovias e da ferrovia, inaugurada em 1884. Desenvolveu importante atividade comercial que extrapolava os limites do município, constituindo-se também em centro bancário e grande produtor de café. O município se distinguia por ser um importante centro de produção agropecuária desde, pelo menos, o final do século XIX, ligando-se organicamente à metrópole de São Paulo, como fornecedor de gêneros alimentícios e entreposto comercial, beneficiando-se, como outras cidades do interior paulista, dos excedentes gerados pela economia agro-exportadora cafeeira. Dados do final da década de 30 demonstram que, em 1937/1938, Bragança era um dos dois maiores produtores de milho e também arroz de casca da Primeira Região do Estado de São Paulo (SEADE). No caso do feijão, Bragança constituía-se destacadamente no maior produtor da primeira região, mesmo se comparado à capital.

A pecuária e a suinocultura também representavam parte importante da economia da cidade desde o início do século XIX, viabilizadas pela topografia existente e pela longa tradição na produção de toucinho e carne para o mercado da capital (MOREIRA, 1997). Para se ter uma idéia da importância destas atividades, em 1937/1938 Bragança Paulista tinha destacadamente o maior rebanho da região. O município também era o maior criador de suínos (daí se explicar a alta produção de milho, primordialmente para a alimentação do rebanho suíno e outros), e estava entre os principais municípios na criação de asininos, eqüinos e caprinos. Muitas destas

atividades persistem até hoje, configurando-se importante fonte de renda e trabalho na economia municipal (MOREIRA, 1997).

Mesmo com a pavimentação de estradas regionais e a construção da Rodovia Fernão Dias em 1927, Bragança foi gradativamente perdendo importância econômica a partir dos anos quarenta. As cidades próximas mudaram tal referência para a capital, enfraquecendo o comércio local.

O café entrou em decadência devido à crise da economia cafeeira (1929-32) e ao deslocamento do plantio para outras regiões mais produtivas e menos sujeitas à geadas. Mesmo assim, o volume da produção em Bragança diminuiu lentamente, sendo que em 1937/1938 o preço da terra para plantio do café (e também para cana) ainda estava entre os mais elevados dentre os municípios da primeira região.

Em substituição ao café, intensificou-se o plantio da batata, iniciando-se um ciclo produtivo de aproximadamente três décadas (50-70) e que foi responsável pela fixação da colônia japonesa. Esta se deslocou e se expandiu, posteriormente, para a produção hortifrutigranjeira e o comércio.

Há ainda outros elementos que desde o início do século XX denotam a importância econômica de Bragança no contexto do Estado de São Paulo. No que se refere ao consumo, dados de 1937/1938 revelam que existiam 151 automóveis registrados na cidade, quantidade superada na região pelos 288 existentes em Jundiá e os 451 de Santo André (SEADE). As propriedades imobiliárias também merecem menção, uma vez que o município contava com um dos números mais elevados de edificações na região, revelando um alto grau de urbanização para a época.

Outra atividade importante do município têm sido as olarias, que se especializaram na produção de tijolos. As olarias são classificadas como indústria de transformação, pertencentes ao gênero de atividades chamado de minerais não-metálicos. Elas surgiram no município no século XIX, como atividade auxiliar ligada ao setor primário, geralmente como um setor agregado/dependente das fazendas, que assim se auto-proviam de material de construção e vendiam o excedente no mercado local. Com o processo de urbanização, o setor oleiro praticamente se tornou autônomo, mas ainda guarda em Bragança Paulista muitas ligações e conexões importantes com a

economia agrária, seja pelas condições de uso da terra, seja pelas atividades mistas das pessoas ou pelo substrato cultural comum da população envolvida – a cultura caipira (MOREIRA, 1997). Impulsionadas pelo avanço da construção civil, as olarias transformaram-se em pólo produtor de tijolos que ainda abastece principalmente a Grande São Paulo. Estas olarias estão localizadas, sobretudo às margens do Rio Jaguari, nos Bairros rurais do Menim, Guaripocaba, Campina dos Frias, Bairro dos Frias, Rio Acima, Água Comprida, Araras, Boa Vista, Caeté, Anhumas e no município de Vargem.

A partir da década de 70, o Estado de São Paulo passou por um processo de interiorização do desenvolvimento. Evidentemente, algumas cidades se beneficiaram mais do que outras da interiorização da indústria, mas o fenômeno adquiriu um caráter bastante generalizado. Até a década de 70, Bragança era uma cidade principalmente dedicada às atividades agrícolas e mercantis. A partir dos anos 70, o setor secundário passou a expandir-se na cidade, a qual, no entanto, ainda conservou um importante peso das atividades rurais dentro de sua estrutura produtiva.

A agricultura perde importância relativa com a implantação dos distritos industriais que vão se formando ao longo das décadas de setenta, oitenta e noventa. Mas a diversificação das atividades econômicas do município não se resume ao aumento do peso relativo dos trabalhos do chamado setor secundário. O setor terciário também adquiriu um peso econômico em razão do crescimento do comércio a partir do início dos anos 90, com a instalação de grandes lojas que comercializam eletrodomésticos, pneus, artigos de enxoval, supermercados, entre outros, e também devido à expansão do setor de serviços, incluindo os relacionados com a atividade industrial em expansão.

3.4 O processo de urbanização de Bragança Paulista

O processo de urbanização de Bragança Paulista obedece à idéia de que a rede de cidades do estado de São Paulo é a mais complexa do país. Sua constituição remonta ao século XIX, quando, a partir do dinamismo econômico impulsionado pelo

complexo cafeeiro, o território passou por processo contínuo e permanente de ocupação (CAIADO & SANTOS, 2004).

Caiado & Santos (2004) apontam que o recorte tradicional usado em estudos sobre urbanização, que partia da dicotomia existente entre cidade e campo (moderno e atrasado) e estudava a rede urbana paulista distinguindo a área metropolitana da capital do restante do estado – denominado interior – não dá mais conta de explicar os diversos processos de integração produtiva, funcional e física em curso fora da Região Metropolitana de São Paulo. Está continua sendo a principal metrópole do país e a principal “cidade mundial” da América do Sul, pelas articulações econômicas com os demais centros nacionais e com as principais metrópoles internacionais. Entretanto, no que diz respeito ao padrão de urbanização vigente no estado, com a interiorização do desenvolvimento, as realidades territoriais tornaram-se complexas, engendrando formações espaciais que refletem o caráter contraditório do dinamismo econômico.

O entendimento deste processo é de extrema importância para a compreensão da urbanização de Bragança Paulista, que passou de rural a urbana pelos limites impostos pela cidade, pelo avanço dos bairros, mais precisamente dos condomínios de luxo.

3.4.1 O fluxo migratório

A história do município de Bragança Paulista mostra que os fluxos migratórios tiveram início nos anos 20/30 do século XX, com a absorção de migrantes que vieram de outros países e depois chegaram no município atraídos pela produção do campo.

O município de Bragança esteve incorporado à área de lazer da população urbana da Grande São Paulo. Durante anos, centenas de sítios de veraneio e casas de fim-de-semana na zona rural ou suburbana foram compradas ou alugadas para este fim. De forma semelhante ao que acontece em outras cidades da região, como Atibaia, Itatiba e Valinhos, pode-se afirmar que isto implicou em uma forte especulação imobiliária na zona periférica rural e, a médio e longo prazo, na transformação acentuada do perfil dos estabelecimentos, então dedicados à produção agropecuária. O êxodo rural intensificou-se a partir de meados da década de 70. As dificuldades de (re)produção da

agricultura familiar (altos preços das máquinas e insumos, dificuldades de crédito) e a atração oferecida pelo mercado de trabalho na cidade, aliadas à valorização recente da terra e às oportunidades de escolarização para os filhos, ainda que muitas vezes fictícias, fizeram com que muitos pequenos sítiantes vendessem suas propriedades e se transferissem para a zona urbana periférica, conseqüentemente transformando o perfil da população rural e da chamada “cultura caipira” (MOREIRA, 1997).

Nos anos 70 o município passou a receber também migrantes em busca de um bom clima, de uma cidade tranqüila e que apresentasse emprego e moradia. Nos anos 80 existe uma intensificação destes fluxos, atraídos ainda pela possibilidade de emprego e moradia, mas também por saúde, segurança e educação, ou seja, por qualidade de vida. Este fluxo trouxe também para Bragança Paulista novos adjetivos como cidade dormitório, uso temporário da cidade e população flutuante.

Pode-se perceber a preocupação da população, nestes momentos de forte fluxo migratório, através da fala de um empresário do município em 1993:

“Não há dúvidas, estamos expostos a um fluxo migratório que precisamos entender com urgência. A capacidade de absorção parece estar no limite máximo. Pessoas que moravam em outra cidade que não encontravam eco para suas reivindicações passaram a buscar solução na troca de cidade. Atitude natural para quem quer ter as necessidades básicas suprida” (MATHIAS, 1993).

É nesse fluxo migratório mais acentuado que se tem a maioria dos sujeitos que irão trabalhar com a catação.

3.4.2 A duplicação da Rodovia Fernão Dias e a formação de uma cidade dormitório

Bragança Paulista é um município quase limítrofe com o Sul de Minas Gerais, em função da emancipação do ex-distrito de Vargem, e marginal à Rodovia Fernão Dias, que liga a capital paulista à capital mineira, Belo Horizonte. Esta rodovia (Mapa 1. Sistema Viário - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007 p. 80) encontrava-se, até 1996, em estado precário.

A duplicação da rodovia Fernão Dias acelerou o processo de especulação imobiliária, atraindo novos empreendimentos. A prefeitura, de 1992/1996, zoneou a cidade destinando uma área considerada como “nobre” nas proximidades da rodovia, para a construção de condomínios residenciais de alto padrão. Este processo em Bragança Paulista favoreceu o surgimento de condomínios fechados horizontais, principalmente para a classe média alta, e de condomínios fechados próximos à Represa do Jaguari. Aderem a este tipo de moradia, ex-paulistanos que continuam a manter suas atividades de trabalho na capital, ou seja, os novos “homens rápidos” do território e que não constituem o objeto deste trabalho (SANTOS, 1996).

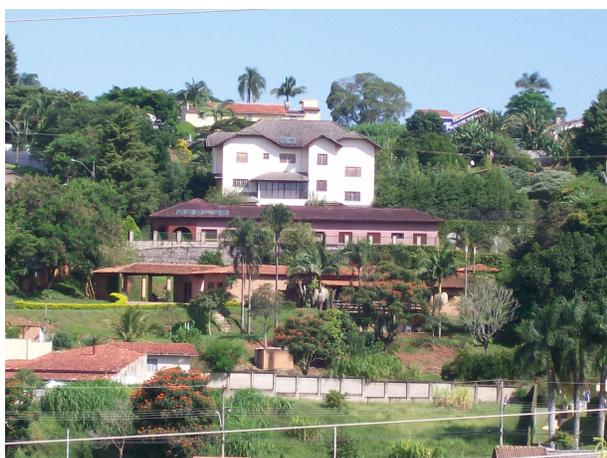


Foto 1. Jardim Santa Helena, março/2007.



Foto 2. Cond. Lagos de Sta Helena II, julho/2007.



Foto 3. Colinas de São Francisco, julho/2007.



Foto 4. Cond. Lagos de Sta Helena I, julho/2007.

Bragança Paulista, tipos de residências do entorno da Rodovia Fernão Dias, julho 2007.

3.4.3 A formação dos distritos industriais

As maiores cidades do interior estão localizadas nas regiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, demonstrando a relação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico no Estado de São Paulo, mas, sobretudo a relação imediata apresentada por Milton Santos (1996) quando trata todo este processo como resultado das pressões técnicas, da fluidez do território. A localização das atividades econômicas e da população privilegiou as sedes regionais e/ou seus entornos imediatos, notadamente as Regiões Administrativas de Campinas, Santos, Sorocaba, São José dos Campos e Ribeirão Preto, fortalecendo o papel desses centros na rede urbana estadual e levando para o interior um padrão de urbanização até então vigente somente na metrópole, muito embora todo este desenvolvimento deva-se, num primeiro momento, às redes ferroviárias Sorocabana e Mogiana e à extensão da rodovia Anhangüera.

A duplicação de rodovia Fernão Dias trouxe novos conflitos para a região, como o aumento da exploração imobiliária e a elevação dos custos das moradias, e por outro lado, uma possibilidade de escoamento da produção, favorecendo a instalação de novas indústrias no município e na região. Essa duplicação fez com que a administração pública de Bragança Paulista adotasse uma política de duplo direcionamento que, por um lado, visava captar investimentos diretos para a cidade, mas por outro contribuiu para a formação de uma “cidade dormitório”. Neste sentido, a prefeitura municipal ofereceu incentivos para as empresas que se transferissem ou montassem filiais na cidade. Os incentivos mais comuns são ainda: a doação de terrenos nos distritos industriais e a isenção de impostos por tempo indeterminado (Mapa 2. Macrozoneamento - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007, p.83).

A esse respeito, vale lembrar Saquet (2007, p. 159), quando enfatiza que há múltiplas atividades e territorialidades em nossa vida cotidiana, produto da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional, que podem ser vistos como parques e distritos industriais, os eixos e os sistemas territoriais locais, com redes e articulados em rede.



Foto 5. Distrito Industrial I, julho/2007.



Foto 6. Distrito Industrial II, julho/2007.

3.4.4 Os bairros populares e os bolsões de pobreza

A estruturação e ampliação do mercado imobiliário, articulado e organizado em suas diversas etapas de reprodução do capital mercantil (parcelamento, construção, incorporação, financiamento e vendas), ampliaram o processo de verticalização das cidades, com a construção de residências multi-familiares e de edifícios de escritórios. Isto ocorreu principalmente com os novos empreendimentos da zona norte da cidade de Bragança Paulista, considerada um bolsão de pobreza (Fotos 7 e 8). Este processo trouxe a formação de novos bairros periféricos sem infra-estrutura urbana e favelas normalmente consumidas pelos “homens lentos”, que fugiram das pressões da capital e que chegam a Bragança Paulista tão sem estrutura quanto o espaço que habitam (SANTOS, 1996). Estas são expressões visíveis desse padrão contraditório de urbanização. Este processo expressa-se em uma dinâmica sócio-espacial que se repete nas diversas realidades territoriais como ambientes construídos pelo capital e para o capital (CAIADO & SANTOS, 1995).



Foto 7. Publicidade do Governo do Estado de novas moradias, Bragança Paulista/2007.



Foto 8. Ampliação do processo de verticalização, Bragança Paulista/2007.



Foto 9. Moradias em construção nos bairros da zona norte, Município de Bragança Paulista/2007.



Foto 10. Publicidade do Governo do Estado das novas moradias, Bragança Paulista/ 2007.

Exploração imobiliária na zona norte da cidade de Bragança Paulista, Jd. do Cedro, julho/2007.

A principal característica da rede urbana estadual, nas últimas décadas, é a conurbação, engendrando aglomerações metropolitanas ou não-metropolitanas e concentrando parcela crescente da população. Além da grande diversidade e da alta densidade de centros, apresenta as interações espaciais mais intensas e complexas de todo o país (CAIADO & SANTOS, 2004). O processo de conurbação em Bragança Paulista começa a se agravar principalmente ao longo da Rodovia Fernão Dias, tanto nos limites com o município de Atibaia, como com o município de Piracaia, criando novas espacialidades, gerando aglomerações urbanas.

Essas espacialidades nem sempre são perfeitamente identificáveis ou passíveis de serem isoladas, dada a complexidade da rede e as múltiplas inter-relações. Em regiões mais dinâmicas e de maior densidade de centros, as relações sócio-econômicas se dão segundo diferentes vetores, fazendo com que as articulações, quer sejam de subordinação ou de complementaridade, se dêem entre centros de diferentes aglomerações.

O crescimento urbano tem ampliado a divisão de funções urbanas entre algumas cidades e ampliado a atração que alguns centros exercem sobre o território. O fato de Bragança Paulista ter abarcado em seu território os municípios de Tuiuti, Pedra Bela e Vargem no processo histórico, fez com que se tornasse centro estratégico comercial (lojas, bancos, supermercados) e de serviços (médicos e hospitais).

As áreas rurais também apresentam mudanças significativas. As atividades do campo tornaram-se predominantemente de alto padrão tecnológico, para atender às necessidades do mercado, o que gera demanda de trabalhadores com um perfil diferente do tradicional. Essa mudança exige um trabalhador mais instruído, posto que as formas de produção são mais mecanizadas, envolvendo um menor contingente de trabalhadores. Em Bragança Paulista, resistem às mudanças as plantações de milho e batata, uma agropecuária tradicional e de baixo padrão tecnológico. No município existem ainda vários bairros rurais com produção agrícola e pecuária, destacando-se os bairros do Campo Novo, Biriçá do Campo Novo, Campinho e Mãe dos Homens, distribuídos no território bragantino de acordo com o Mapa 3 (Abairramento - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007, p. 88).

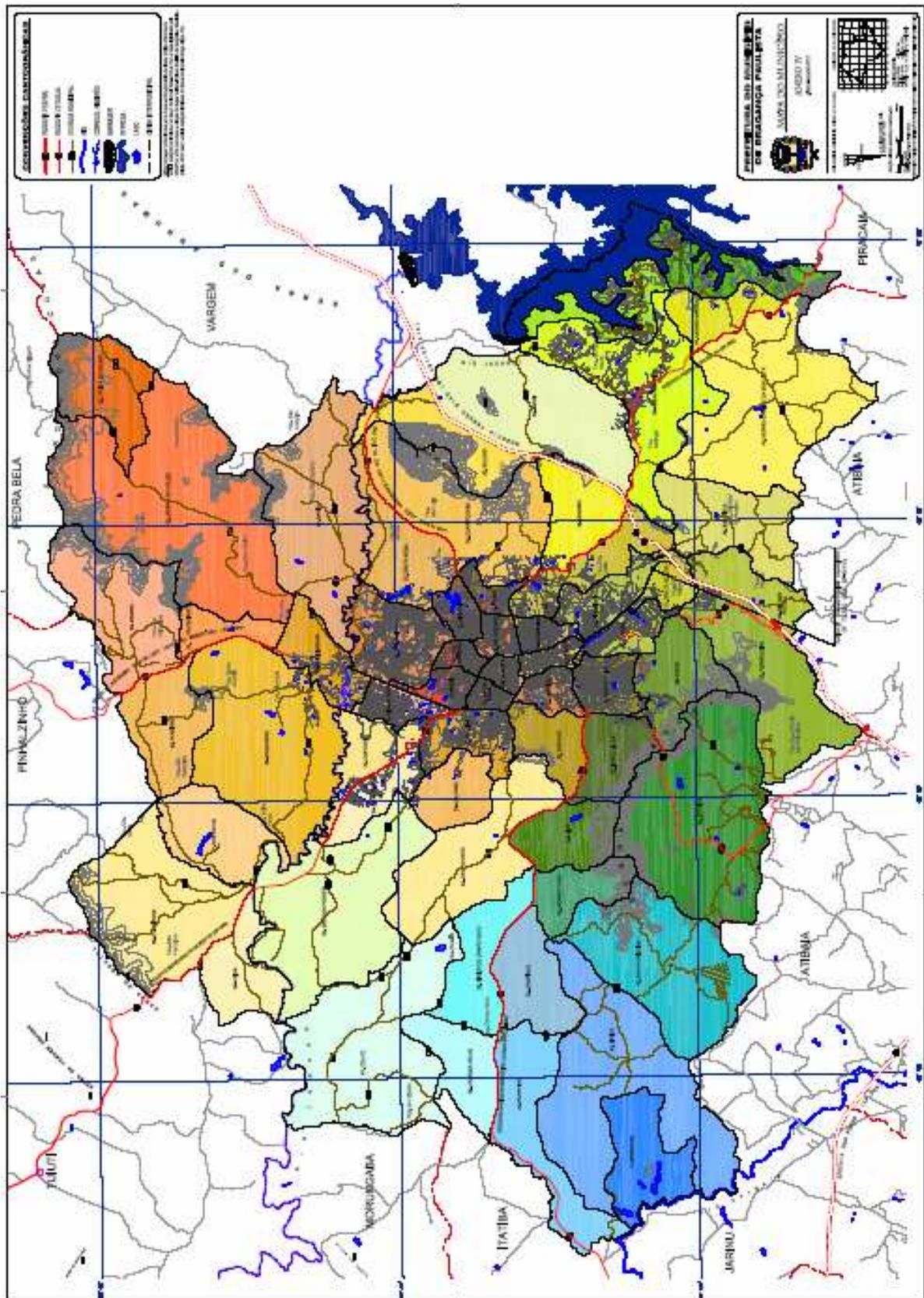
Para Caiado e Santos (2004), “apenas as tradicionais atividades produtivas agrícolas e pecuárias não conseguem mais explicar a dinâmica do emprego e da população rural do Estado”. É quase um imperativo incluir novas formas de exploração do meio rural não-agrícola, advindos do crescimento da cidade que alcança o meio rural, como atividades ligadas ao turismo e ao lazer, atividades de preservação do meio ambiente e atividades alternativas (olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura e criação de pequenos animais), que buscam "nichos de mercado" específicos.

Em Bragança Paulista observa-se esta nova forma de exploração do meio rural por meio da exploração imobiliária de imóveis para temporada, pequenas pousadas, além da produção de húmus nas pequenas propriedades do entorno do Bairro Campo Novo.

Segundo dados da Fundação SEADE (2008), observa-se que a população rural em Bragança Paulista oscilou entre o seu pico máximo, no ano de 2000, com 13.910 indivíduos, até 12.554 em 2005, demonstrando o avanço da urbanização e o próprio processo de conurbação.

No Estado de São de Paulo dados, da Fundação SEADE (2008) demonstram que, do total de pessoas ocupadas que possuem residência rural, mais de 50% já estavam ocupadas em atividades não-agrícolas em 1999. Chama a atenção o ritmo desse processo nos anos 90, pois entre 1992 e 1997 houve uma clara inversão a favor do emprego rural não-agrícola no Estado de São Paulo.

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural paulista somente como agrário. O comportamento do emprego no meio rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas que responde, cada vez mais, pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista.



Mapa 3. Abairramento - Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, Plano diretor, 2007

3.5 A gestão territorial: resíduos sólidos e a questão dos catadores de Bragança Paulista

Como já mencionado anteriormente, a questão da gestão em torno dos resíduos sólidos tem sido fragmentada, seja por uma discussão meramente técnica a respeito da destinação e seus impactos no meio físico, ou por uma questão sociológica.

Para discutir o lixo urbano através da temática ambiental, faz-se necessária, na geografia, a compreensão da interligação dos aspectos físicos, social-econômico, político e cultural, assim como as relações existentes entre as diferentes escalas espaciais e diferentes esferas políticas. Ao analisar o lixo urbano de Bragança Paulista é preciso contextualizá-lo na gestão territorial integrada.

Segundo Bortolozzi (2008), os problemas ambientais urbanos podem ser diferentes, assim como as cidades apresentam suas próprias particularidades, mas é possível fazer uma análise integradora do território urbano, a partir das categorias de análise do espaço geográfico apontadas por Santos (1997) - forma, estrutura, processo e função - e do entendimento das suas relações, as quais orientam para uma compreensão da dinâmica territorial.

A autora enfatiza, que as diferentes formas de degradação ambiental urbana no Brasil são produtos do processo histórico da sua formação territorial, ocorridas na relação entre sociedade e natureza, através dos processos produtivos – produção e consumo de mercadorias – e materializadas ou não dentro de uma estrutura capitalista, que no contexto atual do meio técnico-informacional, não apenas acaba por distribuir desigualmente os homens no espaço em áreas de ricos e pobres, como também determina as diferentes funções e/ou usos que seus objetos dispostos nos territórios devem ocupar ou a quem servir.

Isto mostra a complexidade do enfrentamento da questão urbana nos dias atuais, que gera questionamentos e incertezas. Neste sentido, é preciso também trazer para a discussão o que já existe planejado pelo município de Bragança Paulista, principalmente o que dispõe o Plano Diretor (Lei Complementar 534, de 16 de abril de 2007) confrontando-se com a realidade dada ao lixo e ao catador.

Assim, em suas diretrizes específicas para a gestão dos resíduos sólidos o Plano Diretor do município prevê a conscientização da população para a necessidade de minimizar a produção desses resíduos, bem como a ampliação e o fortalecimento das ações para coleta seletiva na cidade, ainda que no âmbito privado e nos termos da lei de incentivo à formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Contudo, alguns itens específicos referentes a este Plano Diretor deverão ser discutidos à luz de algumas informações obtidas a partir da imprensa local, para a contextualização da gestão territorial no caso dos resíduos sólidos de Bragança Paulista.

Art. 121. No prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei Complementar, deverão ser disponibilizadas áreas com potencial para implantação adicional do sistema municipal de gestão de resíduos. Tais áreas serão realmente disponibilizadas pelo poder público ou a prefeitura permitirá mais uma expansão do aterro particular da Embralixo? Importante lembrar-se de que é época de eleições municipais, e caso tal premissa tenha um peso favorável a este aspecto, não se pode garantir o mesmo após a passagem do pleito de 2008. Outro questionamento pertinente é saber se a prefeitura, ela própria, administrará tal sistema ou cederá a área para que possa ser explorada por uma empresa privada, como tem acontecido nos últimos 15 anos. Em caso de uma empresa privada, quais garantias seriam fornecidas à prefeitura no sentido de que tal empresa trabalhasse apenas os resíduos gerados pelo município e não os de outros municípios ou instituições? É igualmente pertinente a lembrança de que o aterro sanitário encontra-se em zona rural produtiva e que sua ampliação reduz a ação do pequeno produtor. Dessa forma, pode-se notar uma concordância com questionamentos feitos através da seguinte citação encontrada no Bragança Jornal Diário (25/05/2006), referindo-se à ampliação do aterro sanitário de propriedade da empresa Embralixo:

Ampliar o aterro sanitário, tendo como principal preocupação a proteção ao meio ambiente, faz parte dos projetos da empresa responsável pela disposição final das 200 toneladas de lixo que são produzidas por dia em Bragança Paulista. A Embralixo (Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda.) já teve seu pedido para a ampliação protocolado na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Segundo José Luiz Rodrigues, diretor da Embralixo, o motivo para a ampliação do espaço

não é devido ao aumento da produção de lixo no município, ao contrário, a quantidade que chega ao aterro vem diminuindo, principalmente por causa do grande número de catadores de materiais recicláveis. A razão da ampliação é destinar uma nova área para o depósito de lixo, já que a atual está saturada. Atualmente, a área total do aterro sanitário é de cerca de 290 mil metros quadrados, o equivalente a quase 12 alqueires. Dentro desta área, a empresa fez o pedido para a utilização de cerca de 5 alqueires.

Assim, pode-se considerar ainda a possibilidade de que o cumprimento de determinadas regras sejam por conta da “força da lei” e não necessariamente por uma conduta de consciência ecologicamente correta. Isso fica claro ao observar-se a seguinte informação:

Neste novo espaço destinado ao depósito do lixo serão utilizados novos recursos que visam proteger o meio ambiente, como uma manta, derivada do petróleo, que impermeabiliza o solo, evitando a sua contaminação e do lençol freático. “Com tais medidas, nossa empresa estará atendendo as normas e critérios estabelecidos pela CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) que visam permitir a confinação segura do lixo, principalmente em termos de controle da poluição ambiental” (Bragança Jornal Diário, 25/05/2006).

Pode-se ainda perceber que há uma intenção clara por parte da empresa em salientar que “estaria fazendo além da sua parte” e com isso, de certa maneira, transmitindo uma imagem de empresa ambientalmente correta. Isso fica óbvio na fala de um de seus administradores:

Além disso, tais medidas são benéficas à população bragantina, pois continuaremos mantendo um aterro sanitário na cidade, sem que haja a necessidade de transporte para outra localidade, o que poderia gerar aumento do imposto recolhido para o lixo (Bragança Jornal Diário, 25/05/2006).

Outro aspecto importante para ser destacado do Plano Diretor é seu Inciso Terceiro que trata da coleta seletiva: *Deverá ser estimulada a coleta seletiva do lixo urbano, promovendo a inclusão social dos agentes coletores, visando à destinação dos materiais coletados à reciclagem por agentes privados que desejem fazê-lo sem ônus para o Município.*

O Plano Diretor existe há um ano e já deveria ter dado condições para viabilizar o que está previsto em seu texto, porém, pode-se perceber, pela fala do presidente da Re-cicle Bragança, Emílio Damasceno, em entrevista à imprensa local, a dificuldade e o aparente descaso para o cumprimento da lei:

O presidente da Cooperativa Recycle Bragança, Emílio Damasceno, fez um apelo para que a Prefeitura forneça um espaço para a implantação de uma usina de reciclagem na cidade. “Não estamos solicitando a doação de um terreno. Tudo que queremos é apenas uma permissão de uso”. Segundo ele, atualmente 42 pessoas colaboram com o projeto Recycle Bragança, entre médicos, veterinários, engenheiros, dentistas e outros profissionais. “Infelizmente, a Prefeitura não parece interessada no assunto, porque os responsáveis nem retorno me deram”, lamentou. Atualmente, inúmeras pessoas recolhem material reciclável nas ruas da cidade, sendo que as mesmas que não possuem equipamentos de segurança, trabalham aleatoriamente e sem registro em carteira. Neste projeto, todos estes coletores trabalhariam em uma grande cooperativa, com carrinhos, uniformes e carteira assinada, e dividiriam o lucro obtido, podendo inclusive ter cesta básica e plano de saúde. “Não tenho dúvida que a população bragantina seria a primeira a colaborar com estes coletores, deixando o material separado para poder entregá-lo” (Bragança Jornal Diário, 17/04/2008).

Na escala estadual, há que reportar-se ao “Protocolo-Município Verde” (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, julho de 2007), que determina uma agenda de 10 diretivas a serem seguidas pelos municípios componentes desta estrutura. Além do que, a adesão ao Protocolo do Município Verde credencia o município como prioritário na obtenção de recursos públicos do governo de São Paulo, especialmente aqueles oriundos do FEHIDRO e do FECOP. Isto fica mais claro ao lermos as premissas iniciais desse protocolo, bem como o item que regulamenta a questão do lixo:

O Governo do Estado de São Paulo entende que a política ambiental, para ser efetiva, exige a participação dos agentes municipais, democratizando a gestão pública e descentralizando a agenda ambiental. A tomada de decisões, naquilo que lhe compete, pelas esferas do poder local facilita e estimula a participação da cidadania.

O compartilhamento, entre estado e municípios, do controle da qualidade ambiental propiciará maior eficiência à administração pública, favorecendo o desenvolvimento sustentável da economia paulista. Sendo descentralizada, a política ambiental comprometerá mais amplamente a sociedade com os valores ambientais.

[...] LIXO MÍNIMO

Estabelecer política de gestão dos resíduos sólidos, promovendo a coleta seletiva e a reciclagem, eliminando até o final de 2010 qualquer forma de deposição de lixo a céu aberto, promovendo, quando for o caso, a recuperação das áreas degradadas e a remediação das áreas contaminadas. Termos de Compromisso firmados entre os municípios e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a interveniência da CETESB, definirão prazos e condições para equacionar as dificuldades

logísticas para disposição de resíduos sólidos em aterros sanitários convenientes [...].

Bragança Paulista está inserida nas cidades que fazem parte deste acordo, contudo até fevereiro de 2008 o município não havia apresentado propostas relativas à sua adesão, como mostra a reportagem a seguir:

Bragança Paulista está inscrita no projeto Município Verde, mas ainda não enviou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente suas propostas de como irá desenvolver as ações de preservação ambiental. “Estamos em pleno desenvolvimento do projeto de reorganização do sistema de políticas ambientais. Para tanto, além da criação das agências ambientais em todo o Estado que atenderão às necessidades do projeto, implantamos o Município Verde, com uma agenda de 10 itens que deverão ser cumpridos pelos municípios inscritos. E cada um será avaliado em diferentes períodos do ano”. [...] Entre as cidades que não entregaram, está Bragança Paulista, informação que o secretário, muito educadamente, deu aos presentes na reunião. As cidades inscritas no projeto e que entregaram suas propostas começam a ser avaliadas a partir do dia 2 de abril deste ano (Bragança Jornal Diário, 23/02/2008).

Assim, nota-se que a dinâmica territorial de Bragança Paulista, bem como sua gestão, não permitem que haja legalmente um “território de catadores”.

Não será este mais um caso da velha dicotomia entre o que se planeja e o que se executa?

3.6 O Projeto Experimental de Coleta Seletiva de Bragança Paulista

O Projeto Experimental de Coleta Seletiva (Anexo VI) teve origem a partir da iniciativa das Sras. Maria de Aguirre e Anna Guimarães, ambas assessoras de gabinete da Prefeitura de Bragança Paulista, por conta de experiências que traziam de outros trabalhos realizados na esfera pública. Inspiradas pelas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem como base os três “Rs” (reduzir, reutilizar, reciclar), deram início a uma ação, ancorada pela Secretaria Municipal de Ação de Desenvolvimento Social (SEMADS) – Divisão de Desenvolvimento Social.

O Projeto de Coleta Seletiva foi criado a partir da experiência de trabalho das assessoras num departamento da prefeitura que gerava “muito papel”. Após analisar algumas condições dos catadores, sensibilizaram-se e decidiram dar início ao trabalho.

Há que ressaltar-se a iminente dificuldade de articulação inter-setorial nas respectivas secretarias do poder público municipal. Acredita-se que este fato deva ocorrer por conta de uma natural competitividade política entre as inúmeras secretarias componentes da prefeitura, acarretando assim uma extrema morosidade nas demandas necessárias a uma série de projetos sócio-ambientais que envolvam o bem-estar da comunidade e ao mesmo tempo possa oferecer-lhes condições de subsistência.

Como justificativa, o projeto traz em seu texto original uma preocupação com a destinação dos resíduos sólidos e o impacto positivo que causa a coleta seletiva. Além disso, a própria cena cotidiana do trabalho da catação e a exploração dos catadores motivaram a criação do projeto.

Em Bragança Paulista, embora exista uma lei que regulamente a limpeza pública e a coleta seletiva, não encontramos nenhuma ação organizada neste sentido. Encontramos sim, um número considerável de catadores-carrinheiros, que abrem os sacos de lixo depositados nas vias públicas para recolhimento, sem nenhum tipo de proteção e retiram os resíduos com algum valor econômico, deixando atrás de si, lixo espalhado pelo chão. Esses materiais são vendidos individualmente para os aparistas e sucateiros locais a preços muito baixos, pois são oferecidos sem nenhuma qualidade e em pequenas quantidades.

O texto do projeto destaca também a preocupação com a conscientização e educação:

Diferentemente de outros resíduos, a disposição final dos resíduos sólidos para reciclagem começa em casa e sua valorização como matéria prima depende de um processo contínuo de conscientização e educação.

Como ponto de partida, o projeto previa enfatizar a coleta de papel e plástico, pelo fato de terem sido identificadas as fontes geradoras e compradoras desses resíduos, o que se acreditava possibilitar uma gestão adequada do processo.

As fontes geradoras foram chamadas de instituições parceiras e deveriam constituir-se da rede municipal, legislativo, judiciário, empresas, escolas municipais, estaduais e privadas, que se tornariam também postos de arrecadação, onde a população pudesse contribuir com materiais recicláveis.

O material reciclável angariado neste processo deveria ser transportado pelo catador-carrinheiro e depois armazenado em um local onde pudesse ser triado e agrupado, mas isso não tem acontecido, fato explorado posteriormente.

Por ser um projeto amparado pela SEMADS, esta secretaria providenciou inicialmente a sede da Rua Djanira Bertolotti, Centro Comunitário Padre Aldo Bolini. Além do espaço físico, a secretaria também é responsável por selecionar os catadores e incluí-los na rede municipal de proteção social.

Os catadores são identificados pelo serviço social do município, quando procuram a Prefeitura para a obtenção de cestas básicas, remédios ou outros tipos de donativos. Se identificado como catador ou como uma pessoa que tenha algum tipo de experiência com catação, esse sujeito então é convidado para trabalhar no Projeto Piloto de Coleta Seletiva, recebendo treinamento e equipamentos de segurança básicos (luvas e aventais). O equipamento de proteção individual (EPI) que deveria fazer parte desta atividade (máscaras, óculos, calçados fechados, avental e luva) nem sempre é utilizado devidamente.

De acordo com a matéria do dia 11 de maio de 2007 intitulada “Dignificando o lixo”, do Jornal do Meio (2007), pode-se perceber o impacto positivo da instalação do projeto para a comunidade:

Quem passa pela Rua Djanira Bertolotti na altura do Centro Comunitário Padre Aldo Bolini, quase não reconhece o lugar, antes em estado de semi-abandono [...] A situação que antes não era das melhores no interior da construção também mudou após passar por uma reforma. Enquanto pais e mães, pesam, limpam e contabilizam o material coletado, crianças brincam no parquinho anexo ao local e agora a grama está sempre aparada.

A gestão do projeto foi pensada de maneira participativa, com a indicação de um membro representante de cada parceiro, formando o “Grupo Gestor do Programa”, dando transparência ao processo. Esse Grupo Gestor deve atuar como um facilitador do processo dentro de sua instituição, disseminar informações internas e externas, providenciar locais adequados para o armazenamento do papel.

O resultado financeiro atingido pelo processo é rateado de acordo com a capacidade de geração de produção, ficando um percentual retido para cobertura dos custos de funcionamento da sede do projeto.

Já no caso dos resíduos plásticos, o projeto prevê a exclusividade de entrega dos materiais para a empresa Cogumelo, sediada no município. Os resíduos plásticos são recebidos em pontos específicos e transportados pelos catadores-carrinheiros para pesagem e registro, sendo o processo semelhante ao do papel.

A viabilidade legal para a existência do projeto foi verificada ao se levantar os dispositivos da Lei 3.557, de junho de 2003, que dispõe sobre a limpeza pública, apontando que a coleta seletiva só pode ser realizada com a autorização expressa do poder público local.

Os objetivos principais da proposta são:

- aumentar a vida útil do aterro sanitário, desviando a disposição de resíduos sólidos para a reciclagem;
- gerar renda para os catadores beneficiários do programa;
- conscientizar e educar para a necessidade de desenvolvimento sustentável;
- incluir famílias de catadores de recicláveis na rede de proteção social da Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social (SEMADS).

Como indicadores dos resultados desta proposta, são apontadas as seguintes medidas:

- calcular mensalmente a taxa de desvio do aterro sanitário;
- avaliar a cada dois meses os resultados das campanhas informativas e ações educativas dirigidas à população;
- avaliar a cada trimestre a evolução dos indicadores sociais das famílias incluídas no programa.

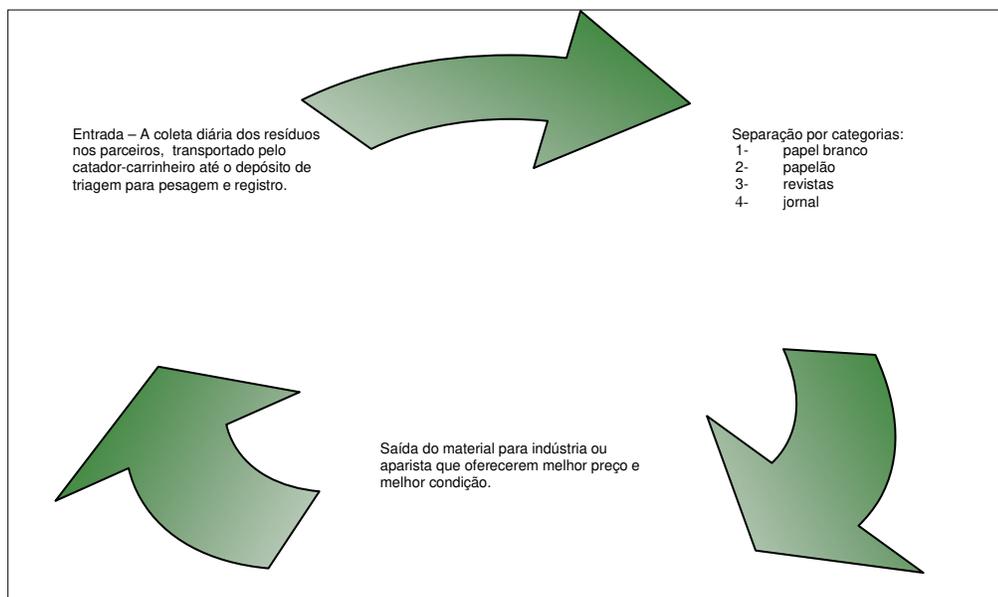


Figura 2. Fluxograma de trabalho do Projeto Piloto de Coleta Seletiva/ 2006.

3.7 Os “catadores migrantes” de Bragança Paulista

Durante 18 meses foram entrevistados 30 sujeitos catadores em Bragança Paulista. A princípio, tinha-se a idéia de entrevistar somente os que estavam ligados ao Projeto Piloto de Coleta Seletiva da Prefeitura, mas ao verificar que grande parte dos catadores de Bragança Paulista são autônomos, optou-se por incluí-los.

O município não tem um censo que demonstre quantos indivíduos são catadores, mas estima-se que somam-se aproximadamente mais de 200 sujeitos neste território. No início do projeto foram cadastrados 92 sujeitos, mas trabalhando efetivamente, apenas 13.

Foram levantados dados sócio-demográficos que pudessem caracterizar o grupo, como quantidade de indivíduos do núcleo familiar, renda familiar, tipo de moradia, além de dados como profissão anterior, relações de trabalho, percepção do território e percepção ambiental.

O trabalho de levantamento de dados teve início no Projeto Piloto de Coleta Seletiva, com o acompanhamento de 13 sujeitos, dentre eles 2 homens e 11 mulheres,

que foram encaminhados pelo serviço social do município, e 17 sujeitos autônomos, dentre eles 8 homens e 9 mulheres, perfazendo um total de 30 indivíduos.

Em sua totalidade, os catadores são moradores da zona norte do município, formada por bairros populares localizados na extrema periferia do município de Bragança Paulista, muitas vezes sem infra-estrutura mínima.

Estes catadores são migrantes que chegaram primeiro a São Paulo e, não conseguindo se fixar, vieram atraídos pela promessa de moradia e alimentação, oferecida pela administração municipal anterior, na formação de um “curral eleitoral”. A maioria veio das regiões Norte e Nordeste do país e do sul de Minas Gerais, apresenta baixa escolaridade, muitos analfabetos ou semi-analfabetos, e que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho local.

As empresas instaladas nos distritos industriais do município são de alta tecnologia e demandam um número limitado de trabalhadores. As outras oportunidades de trabalho estão em grande parte no comércio ativo da cidade, caracterizado por empresas familiares.

Ser catador de lixo não é uma opção e sim uma alternativa para a obtenção de renda e sobrevivência. Isto acontece pelo fato de que o catador nem sempre é conscientizado devidamente acerca dos perigos intercorrentes da atividade propriamente dita, como também pela dificuldade em decodificar símbolos, números e letras relativos ao processo de seleção para reciclagem.

O catador ainda recebe orientação a respeito dos diferentes tipos de materiais e passa a fazer a seleção, utilizando, em grande parte do tempo, os símbolos já padronizados pela indústria nas embalagens.

O projeto não dispõe de um veículo para a retirada dos materiais e depende do parceiro-doador para tal transporte, gerando com isso inúmeros problemas, não só em relação à catação propriamente dita, como também em relação à necessidade de contratação de terceiros para a execução do frete. Depois da triagem do material a prefeitura vende o resultado do trabalho para atravessadores da cidade.

O resíduo nobre, que pode ser prontamente utilizado como matéria prima, é vendido para uma empresa parceira compradora. Mas tanto o material que vai para o atravessador, como o que vai para a indústria de transformação, tem um volume pequeno e conseqüentemente um valor agregado baixo, dando um resultado financeiro também muito aquém do esperado pelo catador. É preciso lembrar-se de que alguns materiais possuem valores monetários diferenciados. Apenas a título de informação, hierarquicamente falando, tem-se que o material ordinário mais valioso seja o alumínio, seguido pelo plástico “duro” (normalmente embalagem de saponáceos), plástico “mole” (pets) e papel nas suas diferentes formas. A renda obtida é rateada entre os sujeitos, considerando-se a sua produtividade.

Em confirmação a isto, Conceição (2003, p. 23) enfatiza que:

As cooperativas, por dificuldades econômicas e falta de uma gestão organizacional, apenas separam e enfardam o lixo reciclado e acabam tendo de vendê-lo para sucateiros com maior poder de barganha e vendem-no em grandes quantidades para as indústrias e microempresas, usuárias dos produtos reciclados como matérias-primas para transformar estes resíduos em novos produtos com valor de uso.

O que se percebe no projeto da prefeitura, é que participam dele catadores do sexo feminino, normalmente com idade superior a 40 anos, o que evidencia não apresentarem saúde e vitalidade compatíveis para “puxarem o carrinho”, como é o caso de Dona Diva (60).

Todos os catadores ligados a esse projeto da prefeitura mantêm também a catação autônoma, vendendo o resultado do trabalho diretamente para os atravessadores. Isto se dá de maneira bastante interessante, pois demanda constante comunicação entre catadores e doadores. Esta atividade, portanto, é muito mais intensa ao falar-se de doadores pertencentes a um nível sócio-econômico muito próximo ao do catador, razão pela qual, estes mesmos doadores acabam por compadecer-se das necessidades deste catador, por compreender sua atividade enquanto trabalho, sendo que raramente o confundem com elementos que possam colocar em risco sua segurança.

A permanência dos sujeitos no projeto da prefeitura tem se dado pela relação de troca na obtenção de cesta básica e acesso à rede de saúde do município. Não se

pode dizer aqui que o trabalho seja de uma cooperativa, pois não existe a formalização do catador, assim como ele não tem direito e voz nas decisões tomadas, contudo reforça-se a idéia de que a permanência se dê por conta da sobrevivência.

Além destes problemas, a sede de funcionamento já foi alterada três vezes desde o seu início, o que implicou em uma renovação dos participantes. Porém, é importante destacar-se que tal projeto, ainda assim, insere o indivíduo em programas sociais que, apesar do cunho meramente assistencialista, procuram promover este mesmo indivíduo, tentando capacitá-lo em uma profissão.

Apesar de a reciclagem ser claramente necessária por razões ecológicas, sanitárias, econômicas, políticas etc., e apresentar-se como uma das alternativas relevantes para a geração de empregos e renda, a falta de políticas claras para este tema tornam estas mesmas alternativas temporárias (CONCEIÇÃO, 2003).

Na tentativa de analisar o projeto da prefeitura, vale destacar que:

Talvez o fato de esses “projetos sociais” terem sido montados sem seguir uma estratégia epistemológica ou uma gestão profissional de reciclagem de lixo, como ocorreu em vários países que utilizaram uma política ambiental de reciclagem capitalista, deva-se a uma relação econômica que se esconde nos bastidores políticos do nosso país, onde interesses “individuais de alguns” se sobrepõem aos interesses coletivos (CONCEIÇÃO, 2003).

Com relação à Secretaria de Meio Ambiente do município, esta não tem uma proposta para catadores na cidade, uma vez que o município não consegue implantar a coleta seletiva. O trabalho desta secretaria, portanto, tem sido focado na legislação e na disciplina do uso do solo, desconhecendo o trabalho da Secretaria de Promoção Social, e, em última análise, demonstrando completa desarticulação dentro da própria Prefeitura. Isto pode ser verificado na fala da Sra. Rosana Grimelo, que atua na Secretaria do Meio Ambiente do município de Bragança Paulista, ao falar da coleta seletiva:

“Eu acho difícil que a empresa Embralixo implante a coleta seletiva, o contrato da prefeitura com esta empresa é antigo e o pagamento é feito pela quantidade de lixo coletado. A coleta seletiva reduziria o lucro... Eu

acho que a Secretaria do Meio do Ambiente deveria ter uma ação mais educativa e também ajudar nesta coisa dos catadores...”

Já, junto à iniciativa privada, verificou-se o caso da Cooperativa Recycle Bragança, que enfrenta problemas com a falta de fomentos do poder público municipal, principalmente pela ausência de uma legislação que institua a coleta seletiva municipal, bem como com os poucos catadores que participam das atividades. Os resíduos são trazidos por catadores e o processo é muito parecido com o da prefeitura, contudo, esta cooperativa ainda não é autônoma e enfrenta problemas organizacionais, como a falta de uma sede própria para funcionar, pois parte da renda gerada tem ido para o pagamento de aluguel e de outras despesas normais a uma sede de trabalho. Como resultado, tais atividades também geram uma renda insuficiente para remunerações mais adequadas ao catador, e isto tem dificultado ampliar a quantidade de pessoas para trabalhar neste sistema, ou seja, cooperativados.

Em termos de comércio, percebe-se que muitos comerciantes doam os resíduos para os catadores por acreditarem que este é um tipo de caridade. Já os comerciantes que geram resíduos excessivos, vendem-nos para os catadores, que passam a fazer o papel de atravessadores. Por fim, estes comerciantes já têm o catador certo para a entrega dos resíduos. Isto acontece porque alguns catadores já negociaram anteriormente a entrega dos resíduos, porque o excedente destes mesmos resíduos que é colocado nas lixeiras das ruas de comércio mais intenso, passa a ser disputado por outros catadores que estão fora do esquema.

Existe uma situação conflituosa estabelecida por conta de análises direcionadas ao problema da catação em relação ao comércio. Muitos comerciantes reclamam do trabalho do catador, principalmente por atrapalhar o fluxo de carros e pedestres nas ruas do comércio, importunando os clientes, e conseqüentemente gerando menor volume de vendas. A proposta dada pelos comerciantes para tal questão é o estabelecimento de dias e horários que pudessem impor regras específicas para a catação, sem prejuízo para nenhuma das partes.

Eneide, 54 anos, proprietária de uma loja de calçados, pontifica:

“Nós, comerciantes, não temos nada contra quem cata papelão. Só achamos que é preciso que a prefeitura faça a parte dela. Não queremos perder fregueses e esse povo catando o tempo todo atrapalha nossa venda. Se continuar assim, daqui a pouco, quem vai catar lixo sou eu!”

Vitório, 30 anos, é um dos comerciantes mais antigos da principal rua do comércio. Seu estabelecimento, que negocia utilidades para o lar, passou de geração para geração. Ele declara:

“No final da tarde, a rua é invadida pelos catadores, o lixo para a reciclagem que a minha loja gera eu dou. Acho importante colaborar com quem tem menos. O catador me procurou e disse que tem 5 filhos e que não consegue empresa para trabalhar e a mulher dele faz faxina quando aparece. Acho que ajuda... mas a prefeitura também deveria fazer alguma coisa, porque os catadores atrapalham o comércio. Eu falei na associação comercial mas eles disseram que não é nosso problema. É a prefeitura que tem que cumprir com o papel dela.”

Jurandir, 42 anos, dono de uma loja de produtos populares, relata:

“Eu sei que catador de lixo é gente e precisa trabalhar, mas eu também preciso. Quando tem algum problema entre eles mesmos, ninguém liga ninguém faz nada... nem a polícia. É como se eles não existissem.”

Com relação ao discurso dos moradores de condomínios fechados, pode-se notar uma tônica diferenciada, até porque, os mesmos não quiseram identificar-se nem tampouco gravar entrevistas. O que é apresentado a seguir, portanto, é uma compilação dos depoimentos.

Na visão de uma moradora de um condomínio fechado:

“O condomínio não tem coleta seletiva, porque não adianta fazer a separação dos resíduos se depois isto se torna um problema para se livrar daquilo que se juntou.”

Os condomínios que fazem a coleta seletiva vendem diretamente para os atravessadores e a renda gerada é usada no próprio condomínio. Nestes casos, o síndico de um condomínio vertical de classe média-alta declarou:

“A gente faz a nossa parte em relação ao meio ambiente. Esse negócio de catador faz muita bagunça aqui no lixo do condomínio. Eles pegam o que interessa e deixam para trás muita confusão. A gente começou a liberar a entrada até a lixeira do condomínio, mas virou uma bagunça e muitos moradores começaram a reclamar.”

Em conversa com um administrador de um condomínio de alto padrão, este relatou:

“O lixo aqui gerado vai direto para a coleta da prefeitura. Nós acreditamos que os catadores por aqui, estejam eles desempenhando uma atividade de sobrevivência ou não, pode gerar problemas para os moradores. Por isso, preferimos não tê-los por perto.”

Mas o depoimento dos catadores é bem diferente.

Dona Diva, 60 anos, acredita que sua atividade seja uma oportunidade de vida:

“Meu filho tá preso, eu tenho três neto pra criá. Tô véia, num consigo nem mais faxina pra fazê. Quando eu vim morá aqui em Bragança, eu num tinha nada, eu pedia pras pessoa na rua. As veis conseguia, as veis passava fome. Agora eu pago as parcela do CDHU, compro as coisa lá pra casa e vô vivendo.”

Dona Benedita, 58 anos, concorda com Dona Diva e acrescenta:

“O dinheiro que a gente ganha aqui na prefeitura é pouquinho, né, mas é honesto. As menina aqui do projeto ajuda a gente com o que pode, dá a cesta básica e manda a gente pro médico e quando precisa, tem remédio também.”

Binga, 38 anos, quando perguntado se gosta do trabalho do projeto da prefeitura, respondeu rindo o seguinte:

“Gostá a gente gosta, o trabaio aqui é bem limpinho e a gente num fica no tempo, também num precisa ficá andando tanto. Mas, o probrema é que a gente aqui trabaia pouco. Eu ajunto uns 12 real por semana. Na rua eu chego a fazê de 150 a 200 real por semana. Eu quero sê igual ao Tixa.” (Binga refere-se a um catador que teve êxito bastante satisfatório em sua jornada de catação, que existe há mais de vinte anos, e pelo fato de ser um dos primeiros, estabeleceu-se de forma singular no município).

A fala de Dona Fátima, 42 anos, ilustra a precarização do trabalho e as condições que os catadores são submetidos:

“Eu cheguei hoje em Bragança, fui procurá por ajuda lá na prefeitura, pra vê se eu conseguia um lugar pra dormir. Eu vim de Jundiaí, lá eu tava trabalhando pra uma mulher que tava me enganando... Eu juntei muita reciclage. Tudo material bom. Ela teve que leva di casa com caminhão. Na hora ela falô que não sabia quanto qui tinha de peso. Mando eu passá depois pra recebê. Eu fui lá no galpão. Sabe quanto ela me pagô? Quinze real. Você acha que a gente merece isso! Depois de todo o trabalho que tive! Eu tenho filho. Deixei na casa de uma vizinha, pra tenta aqui vê se eu consigo dinheiro. Eu vô ficá no albergue da prefeitura.. A assistente social me mandô aqui pra dona Ica e pra dona Ana. Eu quero vê se eu ganho um pouco aqui... quero vê se aqui é diferente. Tô cansada de se explorada e não ter nada... Tá vendo essa pilha de papel, eu arrumei hoje... Aqui é mais fácil. É só separa e ajunta. Lá em Jundiaí eu tava mexendo no lixo. Mexê no lixo não dá não. As pessoa fica olhando pra você como se a gente fosse cachorro, precisando achar comida... Muita gente até trocava de calçada com medo... pode? Pobre não é nada mesmo... ainda mais pobre como eu... Eu não quero as coisa de graça... nem de empregada eu tô conseguindo trabalho... Empregada hoje tá igual secretária... tem que saber a ler, atendê telefone, sabe dos luxo da casa. O que resta mesmo pra mim é vivê do lixo.”



Foto 11. Atividade de Separação dos resíduos, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.



Foto 12. Organização dos Resíduos, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.



Foto 13. Resultado do trabalho da Catadora, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.



Foto 14. Armazenagem dos resíduos para futura venda, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.



Foto 15. Processo de Organização dos resíduos na sede do Projeto Piloto de Coleta Seletiva, janeiro/2008.

Atividades de seleção, Projeto Piloto de Coleta Seletiva, SEMADS, janeiro/2008.

Importante destacar que no depoimento dos catadores, estes, ao fazerem referência aos problemas existentes por conta do projeto, o faziam de forma velada para que os coordenadores do mesmo não ouvissem seus depoimentos e com isso se sentissem preteridos em relação a outras atividades ligadas à catação, como por exemplo, a cooperativa ou o trabalho individual independente.

Para estes catadores é notório perceber que sua noção de espaço vital, meio ambiente ou território não extrapola os limites territoriais impostos pelas necessidades de sobrevivência, que os mesmos tentam suprir através da catação e negociação do lixo. Fica claro, então, que não existe macro-consciência em relação ao problema do excesso residual gerado pela ocupação dos espaços. Contrariamente a isto, entendem, nessa geração de resíduos, a única oportunidade que terão para o desenvolvimento de um sustento minimamente digno.

Vale ressaltar, também, que o modelo econômico de um único bem sucedido catador serve de modelo e inspiração para os demais, especialmente para aqueles que são independentes. Com isso, nota-se que o fato de estarem agrupados, ainda que seja em um projeto de cunho assistencialista, muito diferente dos moldes mais oportunizadores das cooperativas, ainda assim favorece o exemplo de vida dos demais através do convívio, do diálogo e das narrativas de histórias de vida, de muitas tentativas e alguns sucessos. Aprendem, sobretudo, que as dificuldades existem para serem vencidas e que outros também vivenciam realidades semelhantes. Inspiram-se e motivam-se para a labuta diária, o que no caso dos catadores, constitui-se numa jornada que, no mínimo, pode ser vista como um grande, um enorme desafio de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo gerou tantas questões que não permite afirmações conclusivas que não sejam alimentadoras de questões maiores, que possam implicar em reflexões profundas sobre espaços, pessoas e circunstâncias de vida que fizeram, destas mesmas pessoas, habitantes urbanos, com todo o peso relativo à expressão que identifica o ato de habitar uma cidade.

Assim, especificamente em relação à análise desta dissertação, pode-se resumidamente indicar as duas óticas que foram reveladas.

A primeira delas, a ótica ambiental, mostra claramente os sérios problemas oriundos do acúmulo residual urbano. Sabe-se que hoje a produção de lixo é muito maior do que a real capacidade que os poderes públicos constituídos, tais como, prefeituras, subprefeituras, associações de moradores, etc., possuem para lidar de maneira ecologicamente correta com a questão. É óbvio que o aumento das necessidades de consumo, ampliadas por ferozes estratégias de marketing, geram uma quantidade de resíduos que serão dispostos nos espaços habitáveis sem condições minimamente adequadas para que o conceito de meio ambiente possa prevalecer.

Contudo, este acúmulo residual é que garante a sobrevivência de indivíduos que não tiveram inserção no exíguo e exigente mercado de trabalho.

A segunda ótica é a social. É certo que, ao falar de meio ambiente, discute-se um espaço comum que possa gerar, manter e assegurar a vida. No entanto, é exatamente por conta daquilo que contraria essa mesma possibilidade de vida, no caso, os acúmulos residuais excessivos, que tem-se a capacidade de sustento dos catadores.

Apesar do Projeto Piloto de Coleta Seletiva ter em sua justificativa elementos direcionados a uma análise puramente ambiental, ele é também social, porém, a vertente assistencialista o impede de tornar-se efetivamente real para os participantes de uma cooperativa.

O conceito de meio ambiente só existe se direcionado à sobrevivência humana. Ao falar do meio ambiente ligado às questões urbanas, automaticamente é necessário fazer referência a um contexto em que o homem seja o gerador daquilo que ele próprio irá descartar, ou seja, o lixo. Isso é notório pelo depoimento dos indivíduos urbanos

que, ao produzirem resíduos, não valorizam os que dele dependem para a sua sobrevivência.

Apesar deste Projeto Piloto de Coleta Seletiva estar ligado à prefeitura, percebe-se que é o assistencialismo que atrai os catadores, por conta das facilidades oferecidas pela rede de proteção assistencial proporcionada pela SEMADS.

Pode-se perceber também que este indivíduo-ator-catador nem sempre é um habitante, ou seja, não tem o devido reconhecimento pertinente a um habitante urbano. É freqüentemente tomado por um indivíduo marginal, compreendendo-se por este termo, alguém que esteja à margem das relações estabelecidas na cidade, em que os direitos são assegurados e os deveres devidamente cumpridos, como se contextualizou várias vezes, no decorrer deste estudo a partir das idéias de Milton Santos.

Para finalizar, pode-se dizer que ambos os modelos - as cooperativas e o Projeto Piloto de Coleta Seletiva da prefeitura - não satisfazem adequadamente às necessidades do catador.

Ao notar-se o crescimento e o favorecimento ambiental através da ação propriamente dita, percebe-se também que a ação da catação está muito além das expectativas ambientais porque no final das contas, acaba por favorecer o território urbano.

Contudo, cabe dizer que as questões direcionadas aos problemas do coletivo são tratadas de maneira individual, como disputas por uma catação mais lucrativa, em que os sonhos convergem para um “carrinho de catar entulhos” sempre maior, que possa acomodar tanto lixo quanto esperanças.

Assim, o cerne da conclusão deste estudo são as seguintes propostas:

- articulação do Projeto com o MNCR, no intuito de buscar apoio técnico, acessar linhas de crédito, beneficiar-se da formação de uma base orgânica que possa, inclusive, garantir-lhe os direitos;

- dignificação dos indivíduos que pertencerão ao MNCR, para que não se sintam em subempregos, mas sim como elementos valorizados pela atividade que desenvolvem;

- rompimento da apatia individual do próprio catador, que o leva ao conformismo e individualismo, não permitindo uma visão de grupo, bem como nenhuma perspectiva de melhoria de vida;

- conscientização política para que os mesmos possam sentir-se pertencentes a um território, superando assim a condição de consumidor e usuário para tornar-se cidadãos, como defendido Milton Santos;

- criação de sua própria identidade jurídica, podendo gerir as atividades dentro daquilo que se tornaria uma cooperativa ou associação, o que até permitiria habilitá-los na busca de fomentos ou apoio próprios, diferentemente da maneira como se apresentam hoje, por conta do viés político, em que qualquer apoio pode ser confundido com partidarismo;

- autonomia para a negociação do resultado da catação, trazendo empoderamento ao sujeito que participe do trabalho compartilhado, uma vez que na atual estrutura não existe conhecimento, por parte dos catadores, venda dos resíduos;

- viabilização por parte do poder público municipal, enquanto gestor deste território, da coleta seletiva, não a concedendo a uma empresa com capital próprio, pois a base de competitividade com os indivíduos catadores seria desigual; o que se propõe aqui é fazer a transição do apenas planejado para a prática;

- acesso e ampliação a linhas de créditos para o Projeto Piloto de Coleta Seletiva, sendo a prefeitura do município uma facilitadora, utilizando inclusive as verbas federais e estaduais destinadas à economia solidária.

Por isso, acredita-se que o caminho seja a criação de oportunidades que possam gerar atividades de catação baseadas nas reais necessidades desses catadores-atores, respeitando-se suas histórias, seus anseios, seus costumes, enfim, suas próprias metodologias. Afinal, as sociedades se desenvolveram e trouxeram novos desafios para o ambiente, dentre os quais um ambiente urbano que possa acolher todos os seus habitantes, atores de um palco-cidade, nem sempre valorizados num dos espetáculos mais em evidência do planeta, que é a questão do lixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ATERRO sanitário de Bragança será ampliado dentro das exigências de órgãos ambientais. **Bragança Jornal Diário**. 25 mai. 2005. Disponível em: <http://www.bjd.com.br/detalhe>. Acesso em: 16 jun. 2008.

BIRBECK, C. Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump. **World Development**. 6(9-10),1173-1185, 1978.

BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ, Archimedes. Crise Ambiental da modernidade e a produção do espaço – lugar do não cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, n.76, p. 7-21.

BORTOLOZZI, Arlêude. **Patrimônio Cultural em Território Urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da Educação Patrimonial**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.

BRAGANÇA PAULISTA. Lei Complementar nº 534. Plano Diretor de Bragança Paulista. **Diário Oficial do Município**, Bragança Paulista, 16 abr. 2007.

BRASIL. Decreto de 11.09.2003. Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 set. 2003. Seção I, p. 12.

_____. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 out. 2006, Seção I, p. 4.

CALBILHO, Alexandra. Dignificando o lixo. **Jornal do Meio**, Bragança Paulista, 11 mai. 2007, p. 1-18.

CAIADO, A.S.C. e SANTOS, S. M. M. **Novas Espacialidades na Rede Urbana Paulista**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. **Trajetórias e Identidades**. 1974-2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede, a era da informação**: economia, sociedade e cultura. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARMO, M. S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro . Em **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração**. ENANPAD, Brasília – DF, 2005.

CEMPRE. **Cadernos de Reciclagem**. São Paulo: CEMPRE, 2008.

CONCEIÇÃO, Marcio M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

CLASSIFICAÇÃO de resíduos sólidos. Disponível em: www.cetesb.sp.gov.br. Acesso em 18 mar. 2008.

DREIFUSS, Rene Armand. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização : novos desafios. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO SEADE. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 2003**. disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/index.php>. Acesso em: 14 jul. 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HANS, J., OPSCHOOR, B. **Economic development in a neoliberal world: unsustainable globalization?** In: Biennial meeting of the international society for ecological economics, 5, Santiago, Chile, nov. 1998.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HISTÓRIA do MNCR. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/sua-historia. Acesso em: 15 mai. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA – IPT. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação.** São Paulo: SEBRAE, 2003.

KOWARICK, Lucio; CAMPANARIO, Milton. São Paulo - metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lucio (org.). **As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEAL, A.C.; et al. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 18(19), 177-190, jul/dez, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade e complexidade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martin Fontes, 1981.

MARINHO, M.C.N. **As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo.** 2005. 245 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em psicologia), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** São Paulo: ABRAMO, 1999.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Alberto. **Bragança Paulista – Histórico.** Bragança Paulista: EDUSF, 1997.

MUNICÍPIO Verde: Bragança Paulista está inscrita mas não apresentou suas propostas. **Bragança Jornal Diário.** 23 fev. 2008. Disponível em: <http://www.bjd.com.br/detalhe>. Acesso em: 16 jun. 2008.

NORGAARD, R. **Development betrayed. The end of progress and a coevolutionary revisioning of the future.** London: Routledge, 1994.

OIT. **Programa regional del empleo para America Latina y Caribe – PREALC**, 1978, 1990, 1995, 1999.

PICCININI, V. C. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**, 6 (12), 68-105, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECICLAGEM é assunto levado à Tribuna Livre pelo presidente da Câmara. **Bragança Jornal Diário**. 17 abr. 2008. Disponível em: <http://www.bjd.com.br/detalhe>. Acesso em: 16 jun. 2008.

REINICKE, W. H. Global public policy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, Nov./Dec.1997.

RIOS, Francisco T. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. **Horizontes Antropológicos**. v.12 n.25 Porto Alegre jan./jun. 2006

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no espaço:** problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A cidade como direito. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica.** Porto Alegre, jun. 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SADER, Emir. América Latina no século XXI Perspectivas e desafios para o futuro. **Revista do Observatório Social da América Latina**, n.9, ano IV, p. 27-32, jan, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma econômica política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Da política dos Estados à política das empresas”. In **Cadernos da Escola do Legislativo.** São Paulo, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. In: **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SASSEN, Saskia; MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1994-1998.

SINGER, Paul. **Por uma economia política da urbanização.** São Paulo: ora Contexto, 1998.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUTO de Oliveira, J. S. Mutações no Mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. **Revista Democracia Viva**, 1(1), 8-12, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSATI, Aldaisa. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). Debates - a cidade como questão. In: **Nas tramas da cidade**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10^a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ULTRAMARI, Clovis. **O fim das utopias urbanas**. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares : uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000.

Viana, N. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. **Revista Estudos da Universidade Católica de Goiás**, 27(3), 407-691, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

WIRTH, L. Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. **Revista Margem: Revisitando o Brasil**, São Paulo: EDUC, 1997.

ANEXOS

ANEXO I - CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o *direito à cidade*.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

Fonte: www.mncr.org.br

ANEXO II - CARTA DE CAXIAS DO SUL



Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não

respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;

2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor.

3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização

do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;

4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;

5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;

6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;

7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;

- 8.** lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
- 9.** garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
- 10.** lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
- 11.** lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;
- 12.** dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;
- 13.** lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;
- 14.** lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;
- 15.** exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;
- 16.** lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;
- 17.** lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;
- 18.** mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.

Fonte: www.mncr.org.br

ANEXO III – REPORTAGENS DA IMPRENSA LOCAL

23/02/2008

Município Verde: Bragança Paulista está inscrita mas não apresentou suas propostas

Deusmar F. Motta / BJD



Bragança Paulista está inscrita no projeto Município Verde, mas ainda não enviou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente suas propostas de como irá desenvolver as ações de preservação ambiental. A afirmativa foi do secretário estadual de Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, na manhã desta sexta-feira, 22, durante reunião no Palácio Santo Agostinho, sede da Prefeitura Municipal.

Além desta observação, Graziano confirmou que Bragança Paulista será sede do Escritório Vocacional Regional de Industrialização, de acordo com informações do chefe da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira, ao deputado estadual Edmir Chedid (conforme matéria publicada no BJD desta sexta-feira, 22).

De acordo com o prefeito João Afonso Sólis (Jango), a visita a Bragança foi o primeiro compromisso oficial de Graziano no ano de 2008. Durante a visita, o salão de reuniões da Prefeitura ficou lotado de autoridades e outras pessoas ligadas à luta pela conscientização de preservação do meio ambiente.

“Estamos em pleno desenvolvimento do projeto de reorganização do sistema de políticas ambientais. Para tanto, além da criação das agências ambientais em todo o Estado que atenderão às necessidades do projeto, implantamos o Município Verde, com uma agenda de 10 itens que deverão ser cumpridos pelos municípios inscritos. E cada um será avaliado em diferentes períodos do ano”, explicou Graziano.

A assessoria de Graziano informou à reportagem do BJD que 572 municípios do Estado estão inscritos no projeto Município Verde, mas que apenas 116 entregaram suas propostas. Entre as que não entregaram, está Bragança Paulista, informação que o secretário, muito educadamente, deu aos presentes na reunião. As cidades inscritas no projeto e que entregaram suas propostas começam a ser avaliadas a partir do dia 2 de abril deste ano.

Na continuação da sua apresentação, o secretário disse que as ações de fiscalização em madeiras serão intensificadas, com objetivo de impedir o comércio de madeiras de lei, principalmente oriundas da Selva Amazônica. Ele informou também que firmou compromisso com o governador José Serra de que até 2010 não haverá nenhum lixão a céu aberto no Estado de São Paulo, mas que não poderá garantir o mesmo compromisso em relação ao tratamento de esgoto, pois cada município tem suas características particulares.

Por fim, o prefeito Jango explicou que a visita do secretário Graziano foi a primeira de outras programadas. “Esta é uma iniciativa da Prefeitura, juntamente com os prefeitos de toda a região, para termos a oportunidade de apresentar aos secretários estaduais nossas reivindicações. Na próxima sexta-feira, 29, receberemos o secretário estadual de Agricultura, João Sampaio, e no dia 3 de março, Luiz Antônio Guimarães Marrey, secretário estadual de Justiça, para a assinatura do convênio de reforma e ampliação do Fórum local”, finalizou.

Ao encontro compareceram prefeitos, o deputado federal Vanderlei Macris, vereadores e autoridades de Bragança Paulista e das cidades de Monte Alegre, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Vargem, Jarinú, Atibaia, Mairiporã, Tuiuti e Joanópolis.

Jango não disfarçou sua contrariedade ao ouvir do secretário que as propostas de Bragança não haviam sido apresentadas

17/04/2008

Reciclagem é assunto levado à Tribuna Livre pelo presidente da Câmara



O presidente da Cooperativa Recycle Bragança, Emílio Damasceno, fez um apelo para que a Prefeitura forneça um espaço para a implantação de uma usina de reciclagem na cidade. A solicitação foi feita na Tribuna Livre da Câmara Municipal, na sessão ordinária do último dia 8. O apresentante foi o presidente da Câmara, vereador Ronaldo Teixeira (foto).

“Não estamos solicitando a doação de um terreno. Tudo que queremos é apenas uma permissão de uso”, afirmou Emílio Damasceno. Segundo ele, atualmente 42 pessoas colaboram com o projeto Re-cycle Bragança, entre médicos, veterinários, engenheiros, dentistas e outros profissionais. “Infelizmente, a Prefeitura não parece interessada no assunto, porque os responsáveis nem retorno me deram”, lamentou.

Ele fez um apelo para que os vereadores colaborem. O presidente da Casa, Ronaldo Teixeira, informou que acompanha esse projeto há muito tempo. “Trata-se de uma iniciativa que traz dignidade para muitas famílias, um projeto feito com amor e dedicação”, comentou.

Atualmente inúmeras pessoas recolhem material re-ciclável nas ruas da cidade, sendo que as mesmas que não possuem equipamentos de segurança, trabalham aleatoriamente e sem registro em carteira. Neste projeto, todos estes coletores trabalhariam em uma grande cooperativa, com carrinhos, uniformes e carteira assinada, e dividiriam o lucro obtido, podendo inclusive ter cesta básica e plano de saúde. “Não tenho dúvida que a população bragantina seria a primeira a colaborar com estes coletores, deixando o material separado para poder entregá-lo. Este projeto poderá trazer um futuro melhor para as famílias dos coletores e para a nossa cidade”, comentou o presidente.

Ronaldo Teixeira colocou-se à disposição e lembrou que a Câmara deverá ser a primeira instituição pública municipal a implantar a coleta seletiva de lixo. Ele também pediu para que os cooperados não desistam. “Não percam a esperança. O importante é acreditar e prosseguir lutando por esse objetivo”, finalizou.

25/05/2006

Aterro sanitário de Bragança será ampliado dentro das exigências de órgãos ambientais



Ampliar o aterro sanitário, tendo como principal preocupação a proteção ao meio ambiente, faz parte dos projetos da empresa responsável pela disposição final das 200 toneladas de lixo que são produzidas por dia em Bragança Paulista. A Embralixo (Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda) já teve seu pedido para a ampliação protocolado na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O início do projeto está previsto para outubro deste ano.

Segundo José Luiz Rodrigues, diretor da Embralixo, o motivo para a ampliação do espaço não é devido ao aumento da produção de lixo no município, ao contrário, a quantidade que chega ao aterro vem diminuindo, principalmente por causa do grande número de catadores de materiais recicláveis. A razão da ampliação é destinar uma nova área para o depósito de lixo, já que a atual (foto) está saturada.

Atualmente, a área total do aterro sanitário é de cerca de 290 mil metros quadrados, o equivalente a quase 12 alqueires. Dentro desta área, a empresa fez o pedido para a utilização de cerca de 5 alqueires. Os espaços já utilizados dentro dessa área total são reflorestados.

Neste novo espaço destinado ao depósito do lixo serão utilizados novos recursos que visam proteger o meio ambiente, como uma manta, derivada do petróleo, que impermeabiliza o solo, evitando a sua contaminação e do lençol freático. “Com tais medidas, nossa empresa estará atendendo as normas e critérios estabelecidos pela CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) que visam permitir a confinação segura do lixo, principalmente em termos de controle da poluição ambiental”, disse Rodrigues.

“Além disso, tais medidas são benéficas à população bragantina, pois continuaremos mantendo um aterro sanitário na cidade, sem que haja a necessidade de transporte para outra localidade, o que poderia gerar aumento do imposto recolhido para o lixo”, afirmou Rodrigues.

A Embralixo atua há mais de 15 anos em Bragança Paulista na coleta do lixo doméstico e industrial. O aterro sanitário, que está localizado na Estrada do Campo Novo, é uma área fechada e vigiada 24 horas por dia.

ANEXO IV – PROTOCOLO – Município Verde

PROTOCOLO - MUNICÍPIO VERDE **GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA**

Descentralização da Política Ambiental



O Governo do Estado de São Paulo entende que a política ambiental, para ser efetiva, exige a participação dos agentes municipais, democratizando a gestão pública e descentralizando a agenda ambiental. A tomada de decisões, naquilo que lhe compete, pelas esferas do poder local facilita e estimula a participação da cidadania.

O compartilhamento, entre estado e municípios, do controle da qualidade ambiental propiciará maior eficiência à administração pública, favorecendo o desenvolvimento sustentável da economia paulista. Sendo descentralizada, a política ambiental comprometerá mais amplamente a sociedade com os valores ambientais.

Responsabilidade Ambiental Mútua

A política ambiental do Estado de São Paulo pressupõe o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre o Governo e as Prefeituras Municipais. A gestão ambiental compartilhada cria uma responsabilidade mútua, exigindo o desenvolvimento de competência gerencial nos municípios, cabendo ao Estado, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente e dos órgãos a ela vinculados, prestar colaboração técnica e treinamento às equipes locais. Aos municípios, cabe constituir a estrutura executiva com capacidade e autonomia para comandar as ações ambientais locais, permitindo no sistema de administração a participação da Câmara de Vereadores e das entidades civis, ambientalistas ou de representação da cidadania. Supõe-se a aprovação de legislação ambiental própria ao município, para dar o necessário suporte institucional às ações e atividades locais de proteção ao meio ambiente, compatibilizada com a legislação federal e estadual existente.

Havendo estrutura e equipe técnica capacitada no gerenciamento das questões ambientais pelo município, o licenciamento ambiental e a fiscalização de empreendimentos com impactos sobre o meio ambiente estritamente locais serão licenciados pelo município. Quadros municipais, com competência técnica para realização de diagnósticos, planejamento e zoneamento ambiental, determinação de indicadores de qualidade do meio ambiente, passam a trabalhar em cooperação com a Secretaria do Meio Ambiente e pelos órgãos a ela vinculados, com atribuições na gestão ambiental.

10 DIRETIVAS DO MUNICÍPIO VERDE

A adesão dos municípios paulistas a este Protocolo implica na assunção, pelo poder local, da gestão ambiental compartilhada no território de sua jurisdição, consubstanciada nas seguintes diretrizes:

1. ESGOTO TRATADO

Implantar, através de sistema próprio, consorciado ou terceirizado, a coleta e tratamento de esgotos domésticos, eliminando a poluição dos recursos hídricos à sua jusante. Os municípios paulistas deverão ser capazes de realizar a despoluição dos dejetos em 100% até o ano de 2010 ou, na sua impossibilidade financeira, terem contratado obras e serviços ou, ainda, firmado Termo de Compromisso com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tendo a interveniência da CETESB, para que efetivem o tratamento de esgotos em 100% até o final de 2014. Nos casos de assinatura de Termos de Compromisso, a coleta e tratamento dos esgotos domésticos deverão ser, no mínimo, de 30% até o final de 2010, e de 50% até o final de 2012.

2. LIXO MÍNIMO

Estabelecer política de gestão dos resíduos sólidos, promovendo a coleta seletiva e a reciclagem, eliminando até o final de 2010 qualquer forma de deposição de lixo a céu aberto, promovendo, quando for o caso, a recuperação das áreas degradadas e a remediação das áreas contaminadas. Termos de Compromisso firmados entre os municípios e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a interveniência da CETESB, definirão prazos e condições para equacionar as dificuldades logísticas para disposição de resíduos sólidos em aterros sanitários convenientes.

3. RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR

Participar do programa governamental de recuperação de matas ciliares, em conjunto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, auxiliando na delimitação e demarcação das áreas prioritárias de atuação, particularmente na proteção das principais nascentes, formadoras de mananciais de captação d'água, com apoio dos agricultores locais e segundo critérios e metas estabelecidos pelo Governo.

4. ARBORIZAÇÃO URBANA

Implementar programa de arborização urbana e manutenção de áreas verdes municipais, diversificando a utilização das espécies plantadas, incluindo a manutenção do viveiro municipal, para produção de mudas com características paisagísticas ou a serem destinadas à re-vegetação de áreas degradadas, no perímetro urbano ou rural, preferencialmente de espécies nativas e frutíferas.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Estabelecer programa de educação ambiental para a rede pública de ensino municipal, promovendo também a conscientização da população a respeito da agenda ambiental, incluindo a participação nos mutirões ambientais a serem definidos pela SMA.

6. HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Definir programa para a redução de uso de madeira oriunda da Amazônia na construção civil do município, auxiliando a fiscalização do comércio das madeiras locais, defendendo o uso de madeira sustentável ou oriunda de florestas plantadas. Favorecer a expedição de alvarás das construções civis que incorporem os critérios de sustentabilidade, incluindo a utilização de tecnologias tais como o reúso da água, captação de água das chuvas, sistemas alternativos de energia, e demais critérios de habitação sustentável.

7. USO DA ÁGUA

Implantar um programa municipal contra o desperdício de água, nos estabelecimentos comerciais, nas atividades rurais, nas instalações industriais e nas residências domésticas, apoiando a cobrança do uso da água na bacia hidrográfica onde se situa o município, favorecendo e integrando-se ao trabalho do Comitê da Bacia Hidrográfica naquilo que lhe for pertinente.

8. POLUIÇÃO DO AR

Apoiar o Governo estadual no programa de controle da poluição atmosférica e de gases de efeito-estufa, incluindo as emissões veiculares, particularmente as provenientes das frotas cativas de ônibus do transporte municipal e dos caminhões da frota pública, participando das campanhas contra a fumaça preta, Operação Inverno e demais iniciativas públicas na defesa da qualidade do ar.

9. ESTRUTURA AMBIENTAL

Constituir, preferencialmente por lei, órgão próprio da estrutura executiva municipal responsável pela política de proteção do meio-ambiente e dos recursos naturais, implantando nos municípios com população superior a 100 mil habitantes a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

10. CONSELHO AMBIENTAL

Constituir, por lei, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com funções consultiva e deliberativa, adotando-se os critérios mínimos de representação a serem indicados pela SMA, assegurando-se a plena participação da comunidade científica, da sociedade civil e das organizações não governamentais na agenda ambiental local.

CERTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO VERDE

A adesão dos municípios paulistas ao presente Protocolo se dará pela assinatura de um Termo de Adesão, firmado pelo Prefeito Municipal, pelo Representante da Câmara de Vereadores e por uma testemunha, representando a sociedade civil local. Na assinatura do Termo de Adesão, a Prefeitura indica 01(um) representante do município, preferencialmente o responsável pela gestão ambiental local, para fazer a interlocução com a SMA.

O cumprimento das 10 Diretivas do Protocolo exigirá Relatórios de Gestão Ambiental (RGA), que comprovem o atendimento das ações municipais em conformidade com a agenda ambiental compartilhada. Atestada a conformidade das ações municipais, a SMA expedirá o Certificado do Município Verde. Com base na conformidade do cumprimento das diretrizes, e nos resultados efetivos das ações locais, a SMA estabelecerá um Índice de Avaliação Ambiental (IAA), que medirá o grau de comprometimento da gestão municipal com a agenda ambiental paulista.

A adesão ao Protocolo do Município Verde credencia o município como prioritário na obtenção de recursos públicos do governo de São Paulo, especialmente aqueles oriundos do FEHIDRO e do FECOP.

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 03 de Julho de 2007.

ANEXO V – PLANO DIRETOR DE BRAGANÇA PAULISTA, Seção III – Saneamento Ambiental

[...]

Seção III - Do Saneamento Ambiental

Art. 110. Constituem prioridades para a implementação da gestão do saneamento ambiental no município de Bragança Paulista:

I - implementação do Plano Municipal de Saneamento, de acordo com a Lei Municipal nº 3.748, de 25 de agosto de 2005, e em consonância com as políticas estadual e federal de saneamento;

II - implantação de um sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos que adote uma gestão integrada e participativa, com a definição de um local adequado para destinação final, estimulando a ocupação dos trabalhadores disponíveis; e

III - implantação de estação de tratamento de esgotos e emissários para a despoluição de todos os rios e córregos do município.

Parágrafo único. Lei específica determinará as exigências para a instalação de empresas de reciclagem e atividades alternativas, definindo locais, normas e condições de funcionamento e contendo dimensões mínimas de terreno, áreas cobertas e descobertas para depósitos, recuos, pátios pavimentados, além do tipo de fechamento e outras exigências pertinentes.

Art. 111. São diretrizes gerais para a gestão do saneamento ambiental no município de Bragança Paulista:

I - integração das políticas, programas e projetos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem pluvial, coleta e disposição final de resíduos sólidos;

II - integração nos programas e projetos da infra-estrutura de saneamento básico, componentes de educação ambiental, de melhoria da fiscalização, do monitoramento e da manutenção das obras;

III - adequação das características tecnológicas e do dimensionamento da infra-estrutura dos sistemas de saneamento básico às características do meio ambiente e às condições de ocupação do solo no município;

IV - articulação dos órgãos responsáveis pelo planejamento e controle urbano com as concessionárias de energia elétrica, serviços de telefonia, água e esgoto, para integrar as diretrizes e medidas relativas ao uso do solo à capacidade de infra-estrutura implantada e prevista para o município;

V - articulação com municípios vizinhos para ações conjuntas de apoio na implantação ou adequação dos sistemas de saneamento básico;

VI - atendimento dos serviços de saneamento básico de acordo com a vulnerabilidade ambiental das áreas urbanas e da intensidade da ocupação, especialmente por população de baixa renda;

VII - apoio no cadastramento e mapeamento de equipamentos e serviços de infra-estrutura de saneamento básico; e

VIII - atendimento às necessidades de realização de projetos e instalação de Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC), em edificações particulares e públicas, como forma de minimizar o consumo de energia elétrica.

Art. 112. São diretrizes específicas para a gestão do sistema de abastecimento de água:

I - buscar a universalização do acesso ao uso da água tratada;

II - apoio aos órgãos e entidades estaduais na fiscalização de operações irregulares de captação de água, superficiais ou de subsolo;

III - apoio ao controle, à institucionalização e ao monitoramento da abertura de poços profundos de captação, para preservação da qualidade e quantidade da água subterrânea; e

IV - conscientização da população para a necessidade de diminuir o consumo e racionalizar o uso de água, por meio de campanhas de educação e ações técnicas específicas.

Art. 113. São diretrizes específicas para a gestão do sistema de esgotamento sanitário:

I - universalização da rede coletora de esgoto;

II - prioridade do atendimento às áreas de vulnerabilidade ambiental e de alta densidade populacional; e

III - utilização de recursos dos instrumentos urbanísticos para a melhoria do sistema de esgotamento sanitário.

Art. 114. São diretrizes específicas para a gestão do sistema de drenagem urbana:

I - adequação do sistema de drenagem urbana com a ampliação e recuperação das galerias de águas pluviais existentes;

II - articulação entre órgãos municipais e entidades comunitárias, para implementação de um programa de prevenção à obstrução das galerias de águas pluviais, por meio da educação ambiental; e

III - ampliação do conhecimento das condições de drenagem com a identificação e mapeamento das principais áreas de recarga de aquíferos de Bragança Paulista.

Art. 115. São diretrizes específicas para a gestão dos resíduos sólidos:

I - conscientização da população para a necessidade de minimizar a produção dos resíduos sólidos;

II - ampliação e fortalecimento das ações para coleta seletiva na cidade, ainda que no âmbito privado e nos termos da lei; e

III - incentivo à formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Art. 116. Deverão ser contempladas na legislação urbanística as seguintes medidas relativas ao saneamento básico:

I - implantação de faixas sanitárias com arborização nas vias de fundo de vales;

II - reservas de áreas para implantação de sistemas de tratamento de esgotos em regiões não servidas por rede coletora em novos empreendimentos;

III - exigência de sistemas alternativos de tratamento de esgotos para novos empreendimentos nas áreas não servidas por rede coletora e de acordo com a densidade populacional prevista;

IV - exigências quanto à permeabilidade do solo, compatíveis com as necessidades de absorção das águas pluviais, especialmente para empreendimentos de grande porte e nas áreas alagáveis da cidade;

V - preservação das áreas de recarga de aquíferos, restringindo o uso e a ocupação urbana, em especial nas áreas de cabeceiras das nascentes; e

VI - implantação de obras de fundo de vale, com o intuito de prevenção e combate ao assoreamento de corpos d'água.

Art. 117. É proibida a exploração de pedreiras, de cascalheiras e de outros minerais, cujas jazidas estejam localizadas acima da cota altimétrica oficial de 1.000m (mil metros).

Art. 118. É proibida a extração de areia em qualquer curso d'água do município, nos seguintes casos:

I - em trecho de, no mínimo, 500m (quinhentos metros) à jusante do local em que receber contribuições de esgotos;

II - quando modifique o leito ou margens dos mesmos;

III - quando cause, por qualquer forma, a estagnação das águas;

IV - quando, de algum modo, possa oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios;

V - quando não houver autorização da Prefeitura, a qual dependerá da elaboração prévia do Rima; e

VI - em desacordo com a legislação concorrente de outros órgãos governamentais.

Art. 119. É proibida a estocagem comercial não coberta dos produtos previstos nos arts. 117 e 118 desta Lei Complementar, além de produtos de construção e outros bens vulneráveis ao vento dentro da Macrozona Urbana.

Art. 120. Os Poderes Públicos Municipais deverão promover gestões junto ao Governo Estadual e ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, visando à priorização dos investimentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) no sistema de tratamento dos esgotos de Bragança Paulista, ou ainda análise e viabilidade da municipalização dos serviços de água e esgoto, considerando-se a extinção da concessão em 2009 e o eventual não-cumprimento no tempo e modo adequados dos termos contratados na concessão dos serviços.

Art. 121. No prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei Complementar, deverão ser disponibilizadas áreas com potencial para implantação adicional do sistema municipal de gestão de resíduos.

§ 1º O lixo hospitalar, o lixo séptico ou o lixo contaminado deverão ser coletados separadamente dos demais e de maneira tecnicamente apropriada, tendo destinação final específica, preferencialmente em sistema de incineração.

§ 2º Deverão ser previstos pontos de coleta de materiais nocivos para o meio ambiente, tais como pilhas, baterias, pneus e outros similares, para adequada destinação.

§ 3º Deverá ser estimulada a coleta seletiva do lixo urbano, promovendo a inclusão social dos agentes coletores, visando à destinação dos materiais coletados à reciclagem por agentes privados que desejem fazê-lo sem ônus para o Município.

§ 4º Deverá ser desenvolvido um programa de educação junto à população, referente à triagem dos resíduos nos domicílios.

§ 5º Deverá ser estimulada a criação de empresas processadoras de resíduos sólidos da construção civil.

ANEXO VI – PROJETO PILOTO DE COLETA SELETIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
Projeto Piloto de Coleta Seletiva
Abr/2006

Foto publicada na edição nº 9.493 – Ano CX do Jornal Cidade de Bragança



Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social
Divisão de Desenvolvimento Social

1. Apresentação/ Justificativa

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem por base o Princípio dos três R(s) – Reduzir, Reutilizar, Reciclar.

A coleta seletiva de lixo para reciclagem atende plenamente a aplicação dessa política, gerando impacto altamente positivo no meio ambiente, maximizando recursos econômicos, promovendo sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades, na medida em que conscientiza e educa para o uso racional dos recursos.

Tomando como exemplo a reutilização do papel e aplicando o conceito de Equivalência - Economia/ Meio Ambiente - que compara uma tonelada de pasta celulósica obtida a partir da reciclagem de papel com uma tonelada de pasta celulósica química, podemos verificar que, no segundo caso, o processo de produção exige o abate de 88 árvores adultas com maior consumo de energia.

Quem não se lembra do racionamento de energia elétrica pelo qual passamos recentemente e não sentiu na pele os efeitos da escassez de recursos hídricos?

Poupar árvores melhora a qualidade do ar com maior absorção de CO₂, preserva viveiros naturais e amplia espaço para atividades econômicas, reduzindo o avanço do reflorestamento com pinos e eucalipto, espécies utilizadas para produção do papel.

A coleta seletiva amplia a vida útil dos aterros sanitários, obras complexas e de alto custo de implantação.

Reciclar exige menor consumo de energia no processo de produção, em alguns casos de até 90%, poupa água, recursos naturais não renováveis, controla a poluição e promove desenvolvimento sustentável.

A coleta seletiva cresce muito em importância quando associamos a todos estes fatores positivos, por ela gerados, o fato de sua prática ter se revelado importante instrumento de geração de renda para parcelas da população em estado de vulnerabilidade ou risco social, sem condições mínimas para integrar ou retornar ao mercado formal de trabalho.

Atualmente dos mais de cinco mil municípios brasileiros apenas, 451 têm coleta seletiva de lixo e desses apenas 288 têm cooperativas ou associações de catadores.

Em Bragança Paulista, embora exista uma lei que regulamenta a limpeza pública e a coleta seletiva, não encontramos nenhuma ação organizada neste sentido. Encontramos sim, um número considerável de catadores-carrinheiros, que abrem os sacos de lixo depositados nas vias públicas para recolhimento, sem nenhum tipo de proteção e retiram os resíduos com algum valor econômico, deixando atrás de si lixo espalhado pelo chão.

Esses materiais são vendidos individualmente para os aparistas e sucateiros locais a preços muito baixos, pois são oferecidos sem nenhuma qualidade e em pequenas quantidades.

Diferentemente dos outros resíduos, a disposição final dos resíduos sólidos para reciclagem começa em casa e sua valorização como matéria prima depende de um processo contínuo de conscientização e educação.

2. Descrição

Além do Princípio dos Três R(s) e da valorização da matéria prima reciclável, a Política Nacional de Resíduos Sólidos propõe uma **Gestão Integrada e Compartilhada** para os programas de coleta seletiva.

Gestão Integrada significa dar o tratamento adequado para cada resíduo, desde a coleta até sua colocação no mercado como matéria prima, gerando volume e qualidade para obtenção de melhores preços.

Gestão Compartilhada implica no envolvimento e participação dos diversos setores da sociedade no processo de implantação e gestão dos programas.

Para nos adequarmos a essa política, daremos ênfase a coleta de papel e plástico, na fase inicial do Programa. Isso se justifica pelo fato de termos identificado as fontes geradoras e compradoras desses resíduos possibilitando uma gestão adequada do processo.

2.1 Coleta e Triagem de Papel

A Coleta será feita em instituições parceiras/ geradoras do produto como: Rede Municipal, Legislativo, Judiciário, Empresas, Escolas Municipais, Estaduais e Privadas.

Além de geradoras, algumas dessas instituições serão postos de arrecadação, onde a população poderá proceder a entrega voluntária.

O Transporte dos postos até a oficina de triagem e a triagem para a venda será feita por catadores, que serão os beneficiários do Programa.

A primeira oficina será instalada na Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social (SEMADS) em local adequado e destinado para este fim.

A seleção dos catadores será feita pelo corpo técnico da SEMADS – assistentes sociais – para que eles possam ser incluídos na rede municipal de proteção social.

Dois funcionários da área de contabilidade da rede municipal disponibilizarão duas horas por mês para consolidar relatório financeiro com qualidade.

A Coordenação do processo caberá a Divisão de Desenvolvimento Social da SEMADS e cada parceiro indicará um membro para formação do Grupo Gestor do Programa.

São funções do Grupo Gestor:

- Atuar como facilitador do processo dentro de sua instituição
- Disseminar informações internas e externas
- Providenciar locais adequados para o armazenamento do papel, assim como as pessoas envolvidas na sua operação.

- Examinar e aprovar relatórios físicos/ financeiros.

As parceiras estabelecidas tornam viável a Gestão Compartilhada do Programa, gerando participação e transparência.

A coleta e triagem do papel seguirá a seguinte metodologia : **Entrada** → A coleta será realizada diariamente junto aos parceiros/geradores e transportado até a oficina de triagem pelos catadores, onde serão pesados e feitos os registros. **Processos** → Os triadores farão a separação e disposição dos papéis em quatro categorias: 1- papel branco, que será ensacado. 2- papelão, que será aberto e empilhado. 3- revista, que será ensacada. 3- jornal, que será enfardado. **Saída** → Toda vez que o estoque atingir quatro toneladas o material será vendido diretamente para a indústria ou para aparistas que oferecerem melhores condições de preço e serviço.

Apurado o valor da venda, uma parte será reservada para cobrir algumas despesas da oficina e o restante será rateado entre os catadores de acordo com o volume apurado para cada um.

Está prevista uma verba mensal para manutenção das atividades do programa no seu primeiro ano, prazo que estamos estabelecendo para sua consolidação , para que possa absorver gradativamente seus custos operacionais.

2.2 Coleta e Destinação Final de Plástico

O produto será arrecadado em *ecopontos*, transportado por catadores / carrinheiros até o local de armazenamento, onde serão pesados e feitos os registros.

A **Cogumelo**, indústria local, que produz madeira plástica a partir da reciclagem, procederá a retirada do material e o pagamento pela matéria prima, que será rateado entre os catadores de acordo com a quantidade coletada.

2.3 Coleta Domiciliar

Para viabilizar a coleta domiciliar de resíduos sólidos, com a organização de vários grupos de catadores, pelos vários setores da cidade é necessário a construção de um galpão de triagem, que atenda a demanda. Esta é a parte do programa que exige maiores investimentos e também a que vai gerar maior volume da taxa de desvio do aterro sanitário. A Prefeitura através da Secretaria de Agronegócios disponibilizou terreno adequado para a construção do galpão. Essa parte do programa envolve as Secretarias de Ação e Promoção Social, do Meio Ambiente, da Educação, de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Jurídicos e Serviços.

3. Forma Legal

De acordo com a lei municipal n. 3557 de junho de 2003, que modifica dispositivos da lei 3181 de junho de 1999, que dispõe sobre limpeza pública, a coleta seletiva só pode ser realizada com autorização expressa do Poder Público local. Portanto, o programa pode ser instituído pela Prefeitura.

Os catadores autônomos poderão ter registro na Prefeitura com isenção do ISS instituída através de decreto lei para este fim.

4. Objetivos Gerais

- Aumentar a Vida Útil do aterro sanitário desviando a disposição de resíduos sólidos para a reciclagem
- Gerar renda para os catadores beneficiários do programa
- Conscientizar e educar para a necessidade de desenvolvimento sustentável
- Incluir as famílias dos catadores na rede de proteção social do município

5. Indicadores

- Calcular mensalmente a taxa de desvio do aterro sanitário.
- Avaliar a cada dois meses os resultados das campanhas informativas e ações educativas dirigidas a População.
- Avaliar a cada trimestre a evolução dos indicadores sociais das famílias incluídas no programa.

6. Recursos Humanos

Caberá a divisão de desenvolvimento social da SEMADS o gerenciamento do processo de coleta e triagem, assim como a seleção, capacitação e acompanhamento dos catadores. Serão formados, inicialmente dois grupos, um para coleta e triagem dos papéis e outro para coleta de plástico. Serão incluídos na triagem do papel, além de catadores, egressos do sistema penitenciário e portadores de necessidades especiais.

Para a coleta domiciliar formaremos outros grupos conforme a demanda, destinando sempre dois catadores para cada seis quarteirões do setor delimitado.

Pelo menos dois funcionários da rede municipal ligados a contabilidade e finanças para fechar relatórios físico/financeiros em caráter voluntário.

Dois funcionários da rede municipal para supervisão, um para limpeza e um motorista para cada oficina de triagem.

7. Recursos Matérias e Custos de Implantação da Oficina de triagem de papel.

Objetivo – Implementar Programa de Coleta e Triagem de Lixo Reciclável com a Organização de Catadores

Meta – Implantar duas oficinas de triagem de lixo reciclável

1ª – nas instalações da SEMADS em local adequado para triagem de papéis

DESCRIÇÃO	QUANTIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANO (R\$)
Bancada para seleção	1	800,00	800,00
Bancos altos	4	50,00	200,00
Tablado para depósito de papel triado	1	600,00	600,00
Balança industrial mecânica	1	800,00	800,00
Caixas plásticas para o depósito de papel	30	20,00	600,00
Carrinhos para coleta	12	700,00	8.400,00
Bags, sacos de entulho, redes	----	----	800,00
Carrinhos para transporte (carregamento dos caminhões)	2	900,00	1.800,00
Uniformes	50	40,00	2.000,00
TOTAL	-----	-----	16.000,00

2ª – Galpão de Triagem de lixo reciclável (todos os materiais)

DESCRIÇÃO	QUANTIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Construção de galpão com alvenaria e estrutura leve em terreno disponibilizado pela Prefeitura e adequado para este fim	1	55.000,00	55.000,00
EQUIPAMENTOS PARA A TRIAGEM	QUANTIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Bancadas para triagem	5	1.500,00	7.500,00
Bancos altos	20	50,00	1.000,00
Balança industrial mecânica	6	800,00	4.800,00
Caixas plásticas para o depósito / tambores	40	30,00	800,00
Carrinhos para coleta	20	700,00	14.000,00
Bags, sacos de entulho, redes	-----	-----	1.000,00
Carrinhos para transporte	6	900,00	5.400,00
Prensa	3	8.000,00	24.000,00
Computador / Impressora	-----	5.000,00	5.000,00
Telefone / Fax	-----	600,00	600,00
Fogão / Gás - Geladeira	-----	1.800,00	1.800,00
Veículo utilitário	1	30.000,00	30.000,00
TOTAL	-----	-----	150.900,00

8. Manutenção das atividades por 1 ano

DESCRIÇÃO	VALOR MÊS (R\$)	VALOR ANO (R\$)
Custo estimado (água, energia elétrica, telefone, gás)	600,00	7.200,00
Combustível / manutenção veículo	800,00	9.600,00
Manutenção e limpeza	600,00	7.200,00
Serviços de terceiros – pessoa física	300,00	3.600,00
Serviços de terceiros – pessoa jurídica (consultoria técnica, consultoria em comunicação, campanhas educativas dirigidas à população)	Variável	15.000,00
TOTAL	-----	42.600,00

APÊNDICE

INSTRUMENTOS DE SONDAGEM

Instrumento de sondagem utilizado com os catadores do Projeto Piloto de Coleta Seletiva de Bragança Paulista e com os autônomos.

- 1 – Nome, idade, estado civil, filhos.
- 2 – Cidade de origem, local onde mora em Bragança Paulista.
- 3 – Profissões que já exerceu antes de ser catador.
- 4 – Procura por trabalho registrado (com carteira assinada) em Bragança.
- 5 – Como começou como catador, onde normalmente faz a coleta.
- 6 – Como se sente sendo catador, já sofreu discriminações.
- 7 – Como os comerciantes o tratam, eles permitem e facilitam a coleta.
- 8 – Para quem vende, o dinheiro dá para sustentar a si e a família.
- 9 – Como é o trabalho do programa da prefeitura – o que mudou do que já fazia - você gosta de trabalhar junto com a prefeitura – é suficiente.
- 10 – Qual o lixo que mais encontra freqüentemente – é fácil de vender.
- 11 – Você coleta na casa, nos bairros – e no aterro sanitário (lixão).
- 12 – O que é o meio ambiente, você acha que esta ajudando o meio ambiente.
- 13 – O que você gostaria de fazer se não fosse catador.
- 14 – O que você espera sendo catador.

Roteiro de entrevista com comerciantes

- 1 – Nome, idade, estado civil, filhos.
- 2 – Cidade de origem, local onde mora em Bragança Paulista.
- 3 – Há quanto tempo tem comércio.
- 4 – O seu comércio gera lixo reciclável.
- 5 – O que você faz com esse lixo recalcável.
- 6 – O que você acha dos catadores – você acha que eles ajudam a manter a cidade limpa.
- 7 – O que acha de o catador pertencer a uma cooperativa.
- 8 – Você tem interesse em vender o seu próprio lixo reciclável.
- 9 – Você sabe que existe o programa da prefeitura de associação de catadores – você acha que isso pode mudar alguma coisa para o seu comércio.
- 10 – Como cidadão qual o lixo que mais encontra freqüentemente.
- 11 – Você coleta na sua casa lixo reciclável, se sim para onde envia.
- 12 – O que é o meio ambiente para você.